

PPGNEIM

Programa de Estudos Interdisciplinares
sobre MULHERES, GÊNERO e FEMINISMO
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / UFBA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO - PPGNEIM

SUZANA MAIARA COSTA

**“COMO É QUE EU NÃO ME DEI CONTA DISSO?” TRANSFORMANDO DOR EM
LUTA: OS FEMINISMOS COMO FORMA DE EMPODERAMENTO DE MULHERES
QUE VIVENCIARAM VIOLÊNCIAS DE GÊNERO**

SALVADOR - BAHIA

2022

SUZANA MAIARA COSTA

“COMO É QUE EU NÃO ME DEI CONTA DISSO?” TRANSFORMANDO DOR EM LUTA: OS FEMINISMOS COMO FORMA DE EMPODERAMENTO DE MULHERES QUE VIVENCIARAM VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Santana Tavares

SALVADOR – BAHIA

2022

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Costa, Suzana Maiara,
C837 “Como é que eu não me dei conta disso?” transformando dor em luta: os feminismos como forma de empoderamento de mulheres que vivenciaram violências de gênero/
Suzana Maiara Costa. – 2022.
130f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Santana Tavares
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022.

1. Violência contra as mulheres – Brasil. 2. Feminismo. 3. Identidade de gênero. 4. Mulheres – Papel social. 5. Psicologia social. I. Tavares, Márcia Santana. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDD: 305.42

“COMO É QUE EU NÃO ME DEI CONTA DISSO?” TRANSFORMANDO DOR EM LUTA: OS FEMINISMOS COMO FORMA DE EMPODERAMENTO DE MULHERES QUE VIVENCIARAM VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Márcia Santana Tavares
(Orientadora e Presidenta da Sessão – PPGNEIM/UFBA).

Prof.^a Dra. Darlane Silva V. Andrade
1^a examinadora (PPGNEIM/UFBA)

Prof.^a Dra. Rosana Silva
2^a examinadora (UFBA)

Prof.^a Dra. Salete Maria Silva
3^a examinadora (PPGNEIM/UFBA)

Salvador, Junho de 2022

Com muito carinho e admiração,

Dedico este estudo a todas as mulheres de luta que vieram antes de mim e que me ensinaram o tanto que sei e sou hoje.

Em especial as três Marias que me acolheram como filha,
Minhas tias Maria José, Maria Izabel,
E minha vó Maria José Gomes (in memoriam).

Às mulheres desta pesquisa que confiaram a mim a riqueza e
potência das suas histórias de vida.

E com muito afeto, a todas nós feministas que continuamos
fazendo nossos enfrentamentos diários.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao PPGNEIM-UFBA que abriu as portas para que este estudo fosse possível. Nesse espaço eu pude mergulhar nas teorias, mas acima de tudo, a partir de encontros potentes com outras mulheres eu pude me reencontrar enquanto mulher, psicóloga, e feminista que ainda tem muito a aprender.

Agradeço com grande carinho a minha orientadora Márcia Tavares, pois passar por esse processo de escrita em um contexto de pandemia sem sua orientação sensível e cuidadosa não teria sido nem de longe a mesma coisa. Senti-me abraçada e acolhida em um dos momentos mais desafiadores da minha vida. Seu apoio foi fundamental para a concretização deste estudo.

Minha gratidão a psicóloga Joana Lima que esteve na minha banca de qualificação e deu excelentes sugestões. E as professoras Darlane Andrade, Salete Silva e Rosana Silva pela participação na defesa de mestrado. Foi muito importante para o meu desenvolvimento enquanto pesquisadora a presença e contribuição de todas vocês.

Aproveito para agradecer a uma das minhas inspirações nos estudos de gênero e saúde mental, Valeska Zanello que não pôde estar na minha banca, mas que sem saber influenciou, consideravelmente, minha escolha pelos estudos de gênero no mestrado e, principalmente, por esse programa.

Fico muito feliz e agradecida pelas companheiras de luta e de jornada que tive a oportunidade de conhecer nesse caminho de grandes desafios que é a pós-graduação. As colegas, professoras e ao grande aprendizado que me proporcionaram.

Meu muito obrigada ao Núcleo de Estudos e Formação em Saúde – NEFES que tive a honra de participar durante alguns anos, que fez parte da minha trajetória acadêmica, e que teve uma importância significativa na figura de Rosana Silva que sempre me apoiou e acreditou no meu potencial quando eu ainda não acreditava.

Meus agradecimentos também vão para o Curso Abdias do Nascimento, que me abriu as portas para que eu conhecesse e aprendesse mais sobre o mundo da pós-graduação. Às professoras, ao professor de inglês Henrique, e as demais colegas que estiveram junto comigo nesse percurso, vocês me ajudaram a acreditar no meu potencial, obrigada!

Agradeço, imensamente, ao Conselho Regional de Psicologia da Bahia, com muito carinho, ao Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia – GTRGP que me apresentou ao NEIM, a militância e o compromisso ético-político da psicologia feminista. A Comissão De Mulheres e Relações de Gênero – COMREG que segue me acolhendo na coordenação.

Obrigada a Coletiva Muitas Psi pelo apoio e trocas de sempre, e principalmente, por ter ajudado a tornar realidade o sonho da psicologia clínica. Aprendi e continuo aprendendo todos os dias com as mulheres inspiradoras que são.

Em especial, agradeço as minhas ancestrais, minhas tias que me deram todo o suporte afetivo e financeiro necessário para que tudo isso fosse possível, e a minha vó um dos meus maiores exemplos de mulher nordestina.

Meu agradecimento especial também vai para a minha rede de apoio que tanto fez e faz por mim. O suporte, cuidado e dedicação de sempre da minha amiga Graciete de Souza. As minhas irmãs de coração do meu refúgio aos finais de semana, Laiz Campos, Gildete de Souza e Nilmaci Campos, meu carinho e eterna gratidão.

A Melina Maia, minha psicóloga que esteve desde o início de todo esse processo, acolhendo minhas dores e angústias, meus altos e baixos, mas também, comemorando junto comigo minhas alegrias e conquistas. Você também faz parte disso. Muito obrigada!

Minha gratidão infinita e emocionada as protagonistas das histórias compartilhadas neste estudo, que permitiram meu pequeno mergulho nas suas vivências. Essa pesquisa não teria a mesma beleza não fosse à significativa participação de vocês.

Gratidão a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram com esse processo. Sigamos!

COSTA, S. M. “COMO É QUE EU NÃO ME DEI CONTA DISSO?” TRANSFORMANDO DOR EM LUTA: OS FEMINISMOS COMO FORMA DE EMPODERAMENTO DE MULHERES QUE VIVENCIARAM VIOLÊNCIAS DE GÊNERO. Orientadora: Márcia Santana Tavares. 2022. 130p. il. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

O presente estudo consistiu em analisar o processo de empoderamento de mulheres que vivenciaram violências de gênero e encontraram nos feminismos um caminho possível de superação. A partir da escuta da história de vida de mulheres autodeclaradas feministas, a pesquisa pretendeu, portanto, investigar como se deu o encontro das mulheres com os feminismos, identificar subjetividades no descobrir-se feminista, compreender as vivências a partir dos atravessamentos das violências de gênero e conhecer quais estratégias são utilizadas para o alcance a outras mulheres. A articulação teórica envolveu contribuições de bell hooks, Leone Walker, Joice Berth, Cecília Sardemberg, com destaque para as psicólogas do campo da psicologia feminista Grada Kilomba, Valeska Zanella e Conceição Nogueira. A metodologia utilizada teve caráter qualitativo e a coleta de dados feita a partir do método de história de vida com cinco entrevistadas na modalidade remota. Foram criadas cinco categorias de análise, sendo elas intituladas, Vivências e o atravessamento das violências de gênero; Conhecendo o feminismo, o primeiro contato; Tornando-se feminista, um (re) encontro de si; “Eu era feminista sem saber”; Lutas, desafios e o alcance a outras mulheres. Sendo a análise dos dados alinhada ao método de análise de conteúdo de Laurence Bardin. Os resultados encontrados nesta pesquisa confirmam que, de fato, os feminismos se mostraram uma grande potência transformadora na vida das mulheres com histórico de violências, intervindo significativamente, na autonomia, no reconhecimento de si, influenciando e potencializando um modo de pensar crítico, de ser e estar no mundo. Para, além disso, a influência do pensamento feminista fortaleceu a compreensão de que o pessoal também é político, e que o empoderamento não é apenas um processo individual, mas principalmente, construído coletivamente.

Palavras-chave: Violências de gênero, Feminismos, Feministas, Empoderamento.

COSTA, S. M. "HOW DID I NOT REALIZE THAT?" TURNING PAIN INTO A STRUGGLE: FEMINISM AS A WAY TO EMPOWER WOMEN WHO EXPERIENCED GENDER VIOLENCE. Advisor: Márcia Santana Tavares. 2022. 130p. il. Dissertation (Master in Interdisciplinary Studies on Women, Gender and Feminism) – Graduate Program in Interdisciplinary Studies on Women, Gender and Feminism, Federal University of Bahia, Salvador, 2022.

ABSTRACT

The present study consisted of analyzing the process of empowerment of women who experienced gender violence and found in feminism a possible way of overcoming it. From listening to the life stories of self-declared feminist women, the research intended, therefore, to investigate how the encounter of women with feminisms took place, to identify subjectivities in discovering themselves as feminists, to understand the experiences from the crossings of gender violence and to know which strategies are used to reach other women. The theoretical articulation involved contributions from bell hooks, Leone Walker, Joice Berth, Cecília Sardemberg, with emphasis on psychologists in the field of feminist psychology Grada Kilomba, Valeska Zanello and Conceição Nogueira. The methodology used was qualitative and data collection was carried out using the life history method with five interviewees in the remote modality. Five categories of analysis were created, which are entitled, Experiences and the crossing of gender violence; Knowing feminism, the first contact; Becoming a feminist, a (re)encounter of oneself; "I was a feminist without knowing it"; Struggles, challenges and reaching out to other women. Being the analysis of the data aligned to the content analysis method of Laurence Bardin. The results found in this research confirm that, in fact, feminisms have shown to be a great transforming power in the lives of women with a history of violence, intervening significantly in autonomy, self-recognition, influencing and enhancing a critical way of thinking, of being and be in the world. In addition, the influence of feminist thought strengthened the understanding that the personal is also political, and that empowerment is not just an individual process, but mainly, collectively constructed.

Keywords: Gender violence, Feminisms, Feminists, Empowerment.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPEE	Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem
CD	Ciclo da Violência
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CEJIL	Centro para a Justiça e o Direito Internacional
CIDH/OEA	Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos
COMREG	Comissão de Mulheres e Relações de Gênero
COVID-19	Doença do Coronavírus
CLADEM	Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CRP-03	Conselho Regional de Psicologia da Bahia
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
GT	Grupo de Trabalho
GTRGP	Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia
MNU	Movimento Negro Unificado
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
PPGNEIM	Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo
ONU	Organização das Nações Unidas
SPM	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. GÊNERO, PAPÉIS SOCIAIS E PATRIARCADO	32
1.1 Violências contra as mulheres	37
1.2 Vivências e o atravessamento das violências de Gênero	44
2. OS FEMINISMOS NO BRASIL: FEMINISTAS, LUTAS E CONQUISTAS	59
2.1 Conhecendo o feminismo, o primeiro contato	73
2.2 Tornando-se feminista, um (re) encontro de si	80
3. PENSAMENTO FEMINISTA E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES	88
3.1 “Eu era feminista sem saber”	97
3.2 Lutas desafios e o alcance a outras mulheres	104
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	124
APÊNDICE II – CARTA-CONVITE	127
APÊNDICE III – ENTREVISTA	129
ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA	130

Cheguei à teoria porque estava machucada – a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada querendo compreender – aprender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim, mas importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura.

bell hooks, 2019

INTRODUÇÃO

Que existir seja um dia possível, para todas nós.

(Laysa Gonçalves)

A princípio gostaria de trazer de onde escrevo e a partir de que lugar e motivação essa pesquisa parte. Como mulher, sigo atravessada por abusos e diversas formas de violências todos os dias, o que nem sempre foram reconhecidas por mim, visto que foi um longo processo até que eu aprendesse a identificar esses atravessamentos. Sempre fui muito questionadora, mas ao mesmo tempo, introspectiva, falava pouco, gostava mesmo de ler e escrever sobre o que pensava e sentia, pois escrever me fazia sentir livre e me conectava com as pessoas. Apesar de ter me distanciado da escrita por um tempo na graduação, foi àquela antiga sensação de liberdade que me trouxe de volta à escrita agora enquanto pesquisadora na pós-graduação.

A partir do lugar de mulher cis, branca, feminista, militante e psicóloga, inserida nesse contexto, me proponho fazer uma pesquisa que é ao mesmo tempo um exercício de auto-análise, assim sendo, me coloco como autora que também faz parte desse processo. Pois a partir das epistemologias feministas, é impossível separar as inquietações e angústias da minha escrita. E é a partir desse lugar que inicio aqui essa jornada.

O meu primeiro contato com os feminismos começou ainda na minha trajetória acadêmica, e veio ganhar força a partir do ingresso no Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP) do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03). No curso de Psicologia não havia disciplina relacionada especificamente às questões de gênero com o aprofundamento que eu precisava. O que havia era uma ou outra professora que trazia questões pontuais e que me despertavam sempre muito interesse. A partir dessa inquietação resolvi buscar esses estudos em outros espaços, fora da graduação. As primeiras experiências com o movimento feminista foram a partir do meu engajamento na luta contra as violências de gênero através da minha inserção em movimentos sociais ligados ao enfrentamento das violências contra as mulheres.

Considerava-me extremamente tímida e por isso não me sentia confortável em expor o que tanto me inquietava, faltava posicionamento, pois estava nos

espaços, mas não conseguia expressar o que estava pensando. No ambiente do GTRGP pude conviver com várias feministas que me apresentaram a militância, e que questionavam essa timidez. Afinal, eu era tímida ou isso era consequência de uma vida sendo silenciada pelo machismo? Momento que gerou muitas reflexões acerca do conhecimento que eu tinha de si e do mundo. E a partir disso, percebi a necessidade de me aprofundar ainda mais, agregando o feminismo à minha vida. Quanto mais conhecia sobre os feminismos, mais sabia sobre mim, mais eu entendia sobre as questões históricas, políticas e sociais, e foi aí que comecei a me identificar enquanto feminista.

O aprofundamento teórico que eu buscava só veio acontecer depois de formada a partir da entrada no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM-UFBA). O meu interesse no tema da dissertação veio surgir a partir das trajetórias e inquietações de nós mulheres que somos submetidas a violências diárias. Seja no ambiente público ou na esfera privada, seja por parceiros íntimos, desconhecidos ou pelo estado. As violências de gênero fazem parte do nosso cotidiano e não há como ignorar esse fato que já é considerado um problema social e de saúde pública, como também, uma violação aos direitos humanos e das mulheres.

Apesar de existir uma grande parcela de mulheres presas em diferentes situações de violências, sem conseguir sair por inúmeras questões, há também, por outro lado, muitos casos de mulheres que conseguiram de alguma forma se libertar com ajuda de outras mulheres que também foram atravessadas por formas variadas de violências. Nesse sentido, conhecer como se deu esse processo de empoderamento a partir dos feminismos é o foco de estudo dessa pesquisa. Deste modo, faço uma relação entre mulheres que vivenciaram violências de gênero e o seu processo de empoderamento a partir dos feminismos.

Fazer pesquisa num período atípico de pandemia da Covid-19 trouxe desafios constantes, o principal deles se deu no primeiro ano, momento em que se iniciou esse contexto. Trabalhar como pesquisadora em uma temática tão sensível à situação das mulheres em um momento de crise sanitária, social, política e econômica, reverberou em grandes crises de ansiedade, medo, desesperança e bloqueio na minha escrita e leitura, passaram-se meses até que esse trabalho fosse retomado devido a essa conjuntura que atravessou e atrasou muito a escrita e todo o processo criativo.

A mudança na metodologia também foi um desafio ao qual tivemos que lidar, pois foi preciso alterar a dinâmica das entrevistas da forma presencial, pensada inicialmente, para o modo remoto, sendo todos os encontros realizados online. Apesar de tudo isso, o trabalho se manteve, novos nomes foram surgindo e as entrevistas foram feitas enriquecendo assim esse trabalho que pôde contar com a participação de cinco feministas que confiaram a mim suas histórias de vida, lutas e superação.

Além de falar do lugar de mulher, atravessada, cotidianamente, por inúmeras situações de violências, a urgência em trazer à discussão essa temática se dá pelos altos índices que mulheres são submetidas todos os dias. Os dados estatísticos sobre essas violências são alarmantes. Há uma estimativa de dados mundiais de publicação da Organização Mundial de Saúde (OMS), indicando que uma a cada três mulheres (35%), em todo o mundo, sofreu violência por parceiro ou por parte de terceiros durante a vida, aproximadamente. Sendo que um terço das mulheres, no mundo, sofre violência exclusivamente por parceiros íntimos. (BRASIL, 2017)

Trazendo esse contexto atual de pandemia da Covid-19, momento em que foi imposta a obrigatoriedade do distanciamento social e o confinamento dentro de casa como forma de diminuição de contágio do Coronavírus, a desigualdade entre os gêneros ficou ainda mais evidente. A realidade atual tem nos mostrado situações de muita sobrecarga e violências cada vez mais intensas contra as mulheres, além de ser “maioria entre trabalhadores da saúde e informais, o que as expõe a maior risco de infecção pelo vírus, perda de emprego e renda”. (Campos, Tchalekian e Paiva, 2020, p.2). As violências praticadas por parceiros íntimos acabaram se intensificando e com isso pôde-se perceber um significativo aumento da violência doméstica. Nesse período de isolamento social, de acordo com uma pesquisa feita pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), entre março e abril de 2020 houve um aumento de 22,2% nos casos de feminicídio, o número de chamadas para o disk 190 com denúncias no mês de abril disparou em 37,6%.

De acordo com o Atlas da violência divulgado em 2020, no ano de 2018, 4.519 mulheres foram vítimas de assassinato no Brasil, representando uma taxa de 4,3 mortes para cada 100 mil mulheres, evidenciando, assim, que uma mulher é morta a cada duas horas. Entre os anos de 2008 e 2018, houve um aumento de 4,2% no assassinato de mulheres no país. O estado do Ceará teve seu maior índice, chegando a ter um aumento exorbitante de 278,6%.

Observando a desigualdade racial que atinge o Brasil, o Atlas revelou que em 2018 as mulheres negras foram as mais atingidas pelas violências, o número de assassinatos em relação a esse público chegou a 68%. Enquanto entre as de raça branca há um percentual de 2,8 por 100 mil mulheres, entre as pretas e pardas a taxa praticamente dobrou chegando a 5,2 por 100 mil mulheres. Dados esses que mais uma vez denunciam as violências como um grande problema de saúde pública de estrutura sexista e racista, revelando assim, os marcadores de raça e gênero que atuam como determinantes sociais. “Observa-se que 30,4% dos homicídios de mulheres ocorridos em 2018 no Brasil teriam sido feminicídios – crescimento de 6,6% em relação a 2017”. (BRASIL, 2017).

Apesar dos números expressivos, suspeita-se que ocorra ainda uma subnotificação pela falta de registro das notificações compulsórias¹ por parte das/os profissionais da área de saúde. Isso é preocupante, pois os números que se tem já são alarmantes. Essa notificação deve ser feita, obrigatoriamente, pelas/os profissionais de saúde em um formulário próprio que registre as violências de que a paciente foi vítima. Não se trata de denúncia, mas de um protocolo que dará visibilidade as violências que atingem as mulheres, servindo de base ao estado para calcular os percentuais desse crime e, construir as políticas públicas necessárias. O Atlas da violência (2020) revela ainda que na Bahia foram registrados 427 homicídios, 5,5 por cada 100 mil mulheres em 2018. Sendo que 89,3% eram pretas e pardas e 10,7% entre branca, amarela e indígena².

Entender o porquê e de que forma as violências se manifestam é importante para que possamos trabalhar a prevenção e promoção da saúde. Um dos espaços em que essa discussão tem sido feita é a partir dos movimentos feministas, estes que vêm assumindo um papel de extrema importância na luta contra as violências. E

¹Lei nº 10.778/03 - Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Art. 5º. A inobservância das obrigações estabelecidas nesta Lei constitui infração da legislação referente à saúde pública, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. (BRASIL, 2003). Sobre a subnotificação das violências contra as mulheres, ver, por exemplo, a dissertação de SILVA, Crislane Isabela Ferreira da (2022), em que a autora faz um levantamento das produções bibliográficas que discutem a notificação compulsória de violência nos serviços da atenção básica.

² Apesar do Atlas ter se referido as mulheres brancas, amarelas e indígenas a partir do mesmo índice de violências, torna-se importante destacar que há diferenças entre essas mulheres, pois da forma que está descrita se impõe uma falsa ideia de homogeneidade entre os grupos que passam por formas distintas de violências.

tem problematizado questões como as desigualdades de gênero, englobando o machismo, racismo, sexismo, empoderamento das mulheres, como também, as discussões em torno do ciclo das violências que pode ter como expressão máxima o feminicídio, ou seja, a morte de mulheres baseada no gênero. Estudar formas de emancipação das mulheres e compreender como se dá tal processo é extremamente necessário diante de uma estrutura machista, racista e patriarcal que vivemos.

Assim sendo, a presente dissertação traz como objetivo geral analisar o processo de empoderamento de mulheres que vivenciaram violências de gênero e encontraram nos feminismos um caminho possível de superação. Como objetivos específicos pretendo: 1. Investigar como se deu o encontro das mulheres com os feminismos; 2. Identificar subjetividades nesse processo de perceber-se/descobrir-se feminista; 3. Compreender as vivências a partir dos atravessamentos das violências de gênero; 4. Conhecer quais estratégias são utilizadas para o alcance a outras mulheres.

Aqui, busco problematizar: Como se deu o processo de empoderamento de mulheres que vivenciaram violências de gênero e encontraram nos feminismos um caminho possível de superação? Para tanto, apresento os seguintes pressupostos: a) Há o reconhecimento de que o envolvimento de mulheres com os feminismos interfere de alguma forma na sua autonomia levando-as ao empoderamento? Se sim, de que forma? b) Havendo uma relação entre feminismos e empoderamento, existe uma pedagogia feminista que reproduza essa forma de pensamento, garantindo o alcance a outras mulheres que vivenciam essas violências? Existindo, como isso é feito?

Para tramar as articulações teórico-metodológicas, optei pela História de vida, método em que as mulheres tiveram a oportunidade de contar suas experiências, entre vivências pessoais e profissionais, sendo esse o ponto chave para que este estudo se tornasse uma experiência cheia de trocas e aprendizado. Como psicóloga, pude exercitar a escuta a partir das vivências compartilhadas, estas que só ampliaram a discussão de uma forma muito interessante, cheias de conteúdo, nem sempre fáceis de serem contadas, mas histórias de muita força e beleza.

Neste estudo pude contar com leituras muito importantes e fluidas, como também, tive a oportunidade de ver se materializar problemáticas que estavam presentes em dezenas de leituras, mas que agora se tornaram vívidas. Assumi,

nesse sentido, uma responsabilidade imensa em escutar e analisar histórias potentes de vida, e que também atravessaram a minha própria vida.

Vários dos compartilhamentos me tocaram profundamente como os diversos tipos de violências vivenciados, as relações de poder influenciando, significativamente, as dinâmicas familiares, conflitos internos, sofrimento mental, entre tantas outras questões. Tudo foi compartilhado e analisado sob a lente de gênero, através dos estudos feministas, sob o olhar interseccional, como também, a partir do campo da psicologia social crítica. Nesse momento, contei com os ensinamentos sobre interseccionalidade da professora estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002), que discute de forma brilhante esse termo e seu significado, e que atravessou meus estudos ao trazer à discussão os determinantes de raça, classe e gênero.

As leituras da socióloga Heleieth Saffioti (1987; 2007) e da historiadora Gerda Lerner (1986) trouxeram uma visão necessária sobre as relações de poder e patriarcado que foram utilizadas para as articulações teóricas. Os escritos sobre empoderamento foram bem demarcados a partir das discussões trazidas pelas intelectuais brasileiras Joice Berth (2018), Cecília Sardenberg (2004; 2006), Ana Alice Costa (1994; 2005,) como também, a socióloga colombiana Magdalena León (1997), que através dos seus estudos entrega uma discussão muito rica acerca dessa temática. Em Margareth Rago (2004; 2019), pude ter um maior entendimento sobre a subjetividade do que é ser feminista em uma sociedade de estrutura patriarcal.

Para além dos campos de estudos já mencionados, é importante destacar, o campo da psicologia social crítica e a psicologia feminista que também embasam esse trabalho. A psicologia feminista tem como um dos seus objetivos a desconstrução do masculino como norma, se guiando a partir dos estudos feministas e de gênero. “As perspectivas feministas representaram certamente um papel determinante, por todo o trabalho de desconstrução do paradigma dominante que orientava de forma soberana a ciência tradicional.” (NEVES; NOGUEIRA, 2004).

Ao romper com o paradigma da ciência psicológica individualizante, a psicologia social crítica também inclui novos terrenos de investigação, passando a incorporar determinantes que vão além do modelo psicológico hegemônico. Trabalhando, assim, a partir de uma perspectiva política, social e histórica.

Os escritos da psicóloga e filósofa, Valeska Zanello (2018), contribuíram na

compreensão sobre as violências de gênero e seu panorama histórico. O apoio dos escritos da psicóloga portuguesa, escritora e artista, Grada Kilomba (2019), trouxe questões muito pertinentes e bem delineadas acerca dos intercruzamentos de raça, gênero e as dinâmicas do racismo e sexismo na vida das mulheres. Para os alinhavos e reflexões das análises, trago também, os estudos da psicóloga Conceição Nogueira (2001; 2004), que contribuiu ao delinear o discurso de gênero e os feminismos na perspectiva da psicologia social crítica.

E por fim, os estudos sobre psicologia social da educadora Silva Lane (1984). Ainda no campo da psicologia, as psicólogas brasileiras, Maria Aparecida Silva Bento (2002) e Lia Vainer Schucman (2012), me fizeram aprofundar as discussões acerca dos efeitos da branquitude e do racismo no Brasil, discussão necessária que suscitou várias reflexões a nível pessoal acerca do privilégio branco, mas também, nos atravessamentos a partir dessas questões observados nas narrativas das entrevistadas.

Diante da análise crítica feita ao longo da pesquisa sobre o apagamento das feministas negras dentro do movimento feminista hegemônico, trago a contribuição dos escritos de teóricas como Lélia Gonzalez (1998), Sueli Carneiro (1995; 2019), Djamila Ribeiro (2018), Luiza Bairros (1995), com seus textos potentes, cheios de vida e sentimento. A professora, feminista e artista, bell hooks (2000; 2013; 2019), uma intelectual que tenho grande admiração ao seu trabalho e escrita, várias de suas obras contribuíram, significativamente, com este estudo, ao trazer sua visão apaixonante e crítica sobre as mulheres, os feminismos e o seu alcance. Trabalhar com o aporte teórico dessas autoras abriu um leque de possibilidades para o estudo, ampliando de forma muito rica seu embasamento, análise e reflexões.

Ao começar a pensar sobre como seria a escrita desse estudo, soube, desde o começo, que não seria mais uma reprodução da perspectiva clássica da ciência dominante, em que as referências são baseadas apenas em homens brancos europeus, invisibilizando a escrita de mulheres, principalmente mulheres negras latinoamericanas através de práticas epistemicidas. Nem seria uma escrita com linguagem rebuscada e inacessível, o que para bell hooks (2000), significa dizer “que precisamos alcançar além da palavra acadêmica e até mesmo da palavra escrita. Há uma multidão que não tem habilidade para ler a maioria dos livros feministas.” (p. 28). O conhecimento sobre os feminismos, não deve ser excludente, afinal, deveriam alcançar todo mundo como a autora proclama em uma das suas obras.

Nesse sentido, com o intuito de subverter esse apagamento epistêmico da academia, faço dessa escrita uma prática ético-política e social, enquanto mulher, pesquisadora, profissional e feminista, de modo que o referencial teórico foi construído, em sua maioria, a partir da escrita de mulheres, entre autoras negras e brancas, com destaque para as brasileiras e latinoamericanas. Com isso, a intenção não é, obviamente, excluir os homens da discussão, e sim, trazer uma proposta de equidade e justiça de gênero que a ciência hegemônica segue negligenciando a partir da falsa ideia de neutralidade e imparcialidade.

A perspectiva da epistemologia feminista trouxe contribuições importantes e necessárias para pensar a desconstrução desse modelo tradicional de episteme que a academia vem reproduzindo há anos. Para as autoras feministas Maria Conceição Nogueira e Sofia Neves (2005), o compromisso político da epistemologia feminista está a serviço da transformação social. Seus valores são alicerçados no “reconhecimento da influência dos fatores sociais, históricos, culturais e políticos na construção do conhecimento, [...] e do envolvimento dos/as investigadores/as na produção da ciência e dos seus discursos.” (NOGUEIRA; NEVES, 2005, p. 411).

Ainda sobre a epistemologia feminista e sua insubmissão na escrita acadêmica, proponho, ainda, a subversão na lógica habitual das regras de citação, e trago as autoras de forma inteira, incluindo, como compromisso político de reparação, nome e sobrenome ao referenciá-las, visto que, ao longo da história, o referencial bibliográfico se deu de forma masculinizada, a partir do apagamento das mulheres.

E por fim, seguindo essa linha, e compartilhando do mesmo pensamento dos escritos de pesquisadoras feministas como a antropóloga Ângela **Figueiredo** (2020), destacarei em negrito, como exemplificado, o sobrenome de todas as autoras negras que contribuíram com este estudo como forma de reivindicação de uma vasta escrita feminista negra invisibilizada. Faço deste estudo um manifesto feminista.

Trata-se de um estudo qualitativo, sendo uma pesquisa de campo de natureza exploratória. A pesquisa qualitativa baseia-se na compreensão da complexidade do objeto, “a subjetividade, cujos elementos estão implicados simultaneamente em diferentes processos constitutivos do todo, os quais mudam em face do contexto em que se expressa [...]” (REY, 2005, p. 51). Nesse sentido, a história narrada e o contexto em que se apresenta vão caracterizar e marcar a singularidade de cada participante.

Para tal, com o objetivo de trazer de forma mais livre as narrativas das participantes, sem apoio de um questionário estruturado, e interferindo o mínimo possível nos seus relatos, foi escolhido como base para as entrevistas o método de História de vida. Para Gaulejac (apud Silva, et e tal, 2007), este método tem como objetivo acessar “uma realidade que ultrapassa o narrador. Isto é, por meio da história de vida contada da maneira que é própria do sujeito, tentamos compreender o universo do qual ele faz parte.” (p. 31).

Nesse sentido, o método de história de vida deu espaço para que cada participante falasse livremente acerca do que considera mais importante, resgatando memórias antigas e atuais através das suas experiências de vida. Além disso, implicou em “tê-lo como um parceiro, como alguém que é ativo no estudo e que reflete sobre sua própria vida.” (SANTOS; SANTOS, 2008, p.715).

Sua análise se alinhou ao método de Análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977). De acordo com a autora, o método em destaque corresponde a um conjunto de técnicas cujo objetivo é analisar as formas de comunicação. Essa análise apresenta “um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias.” (MORAES, 1999, p. 2).

Para melhor apresentar as etapas do método de análise utilizado, Moraes (1999), faz uma divisão em cinco etapas, sendo elas: a) Preparação das informações; b) Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; c) Categorização ou classificação das unidades em categorias; d) Descrição; e) Interpretação. Todas essas etapas foram precedidas das definições de questão problema e objetivos.

O campo e o encontro com as mulheres

Participaram da pesquisa mulheres atendendo a critérios como idade adulta, de qualquer etnia, raça, classe social, envolvidas com os feminismos e que já tenham vivenciado alguma situação de violência de gênero. A coleta de dados se deu com feministas, de locais pré-determinados como Coletivos, Movimento de mulheres, locais de conhecimento prévio da pesquisadora por já possuir uma ampla rede de contatos com mulheres autodeclaradas feministas.

A busca por participantes se deu, inicialmente, através de indicações da rede de contatos da pesquisadora que se utilizou também de redes de comunicação como *Instagram* e *Whatsapp*. Ao contatar possíveis candidatas, foi endereçada por e-mail uma Carta-convite e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) contendo informações sobre a pesquisa e convidando-as a participarem da entrevista online. Todo o processo foi feito de forma remota devido ao contexto de pandemia da Covid-19 que impossibilitou os encontros de forma presencial.

O momento de convocação das mulheres foi um grande desafio, pois apesar de terem prontamente aceitado o convite para participarem da entrevista, também foram impactadas pela pandemia o que dificultou o retorno para o agendamento das entrevistas. As dificuldades foram diversas como sobrecargas de trabalho, cansaço físico e mental, perdas de parentes por causa do Coronavírus e até mesmo por terem sido contaminadas. Com isso, houve atraso nas entrevistas e impacto na permanência das mulheres na pesquisa gerando algumas desistências, havendo a necessidade de novos contatos e convites, o que atrasou ainda mais as entrevistas.

Ao aceitarem o convite para participação da entrevista, o contato inicial foi feito por mensagem de texto através do *Whatsapp* para marcação de um momento com cada uma das participantes, sendo o intuito dar maiores informações acerca da pesquisa, seus objetivos, dúvidas a respeito e explicar seus benefícios e possíveis riscos. Este momento também ocorreu de forma online como todas as outras etapas da entrevista, através da plataforma de comunicação por vídeo chamada *Zoom*. Depois de feita a explicação dos objetivos, a mulher que se dispôs a participar, foi convidada a assinar o TCLE que já havia sido enviado por e-mail com o pedido de reencaminhamento para a pesquisadora logo que lido e assinado (digitalmente) pela participante. Posteriormente, cada participante foi convocada à entrevista online em horário de sua preferência, com pedido de permissão para gravação da chamada de vídeo.

As entrevistas foram feitas a partir de apenas três questionamentos iniciais, sendo eles: Como foi o seu processo de encontro com o feminismo, que tipo de violências de gênero vivenciou e de que forma seu feminismo alcança outras mulheres. O instrumento utilizado no momento das entrevistas foi apenas um computador para realização das chamadas de vídeo. Para posterior transcrição e análise as entrevistas foram gravadas a partir da própria plataforma, objetivando registro permanente das informações. Depois de feita a escuta das narrativas, a

pesquisadora transcreveu todos os relatos de forma cuidadosa, analisando e trazendo à discussão os resultados com base na análise de conteúdo de Laurence Bardin.

A transcrição das entrevistas foi feita de forma fidedigna ao modo que as palavras foram ditas com o objetivo de manter a originalidade das falas, excluindo apenas repetições. Após esse processo foi realizada uma leitura flutuante a fim de destacar pontos importantes a serem considerados para posterior categorização, análise e discussão do conteúdo selecionado.

Com o objetivo de apresentar as protagonistas deste estudo, destaco a seguir, os marcadores identitários trazidos pelas entrevistadas, como também, fragmentos de seus próprios relatos com o comprometimento ético-político de abrir espaço para falarem por si mesmas, destacando aqui a importância de assumirem os lugares de fala. Após as entrevistas decidiu-se, em comum acordo, a manutenção dos seus nomes de registro com o objetivo de aproximar as suas vivências à realidade de mulheres que vivenciam situações semelhantes e, sobretudo, para reafirmar o compromisso político feminista das participantes. São elas, em ordem alfabética:

Edna Abadia

Nascida em Brasília, mas morando a muitos anos em Salvador, Edna é uma mulher cisgênera, preta, 56 anos, classe média, casada, heterossexual. Hoje trabalha como psicóloga do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mas também tem formação em design de interiores e já foi redutora de danos. É pós-graduada em Direitos humanos e gestão em saúde pública. Não tem religião, porém, diz acreditar em Deus.

“Quando eu olho minha história, que morava numa roça, né? Onde as coisas boas eram as galinhas, as árvores, os cavalos, [...] os rios. Essa lembrança muito boa, eu adoro, né? Mas, assim, a violência tava ali presente, né? A falta de alimento que tinha que ser controladíssimo, e se a gente comesse um pouquinho mais que o outro era problema e ia ser espancado, porque não tinha, tinha que regar, tinha que dividir, né? Então assim, aí quando você sai aos onze anos, você sai daquela

roça, daquele lugar que você nem sabia que existia outro, nem que existia outro mundo, não sabia, porque não tinha televisão, não tinha luz, só tinha um rádio, não, acho que não tinha rádio não, não lembro nem uma música ter ouvido lá, então não tinha, né? Então você chega na cidade com 11 anos sem ser ninguém, porque se você não tem registro você não é ninguém, você é um pouco, mas você não tem uma identidade, você tem uma história só que essa história não dá pra ser contada, porque se você não tem nome de quem é essa história, é de ninguém, né? Então eu me lembro que meu registro que a minha mãe tirou foi uma alegria.” (Edna, 56).

Francisca Eleonora Schiavo

Fran, como gosta de ser chamada, tem 63 anos, é uma mulher cisgênera, se declara mestiça³, heterossexual, é casada, não tem filhas/os. É classe média, formada em pedagogia, e hoje trabalha como funcionária pública em assuntos técnicos educacionais. É pós-graduada em educação, gênero e desigualdade. Considera-se ateia. Participa do GT Fem (Grupo de Trabalho sobre Femicídio da Bahia) e da Rede de Enfrentamento a violência contra as mulheres de Salvador.

“Eu tinha 4 anos, mas não é uma coisa de mulher, mas é um pouco também que eu acho que anda junto. Eu tava no maternal, eu faço aniversário em julho, ta? Então eu tava com 4, só que as crianças de 5 anos já estavam no jardim, e eu fiz 5 anos e continuei no maternal, porque eu tinha começado o ano no maternal. No maternal a gente tinha colchãozinho e você tem que dormir depois do recreio, depois do lanche e tal. E eu lembro que aquilo começou a me incomodar muito, porque eu falava eu não sou mais criança, eu já fiz 5. E eu pedi pra professora, eu falei pra ela, olha eu já fiz 5 anos eu já tenho idade pra ta no jardim, eu não quero mais ta no maternal. Ela falou, não, não pode, porque você ainda ta no maternal, você fez aniversário agora, você começou no maternal tem que

³ A utilização do termo “mestiça” ainda é muito controverso no Brasil, mas é mantido nessa pesquisa em respeito à autodeclaração de Fran. Ler mais sobre a temática em Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. (SCHUCMAN, 2012).

terminar o ano no maternal. Aí eu lembro que falei com minha mãe ela me disse a mesma coisa, eu fui falar com a diretora da escola, ela me falou a mesma coisa, e não queriam deixar eu entrar, eu ir pra o jardim. [...] Não era uma escola tão alternativa assim, mas era uma escola diferenciada nesse sentido das relações, da autoridade, enfim, você tinha mais liberdade que outros espaços. E aí eu lembro que depois do lanche, nessa hora que as crianças tem que deitar, eu deitei e tava com esse negócio na cabeça e o jardim ficava na classe do lado, [...] aí eu levantei, saí da sala, fui na outra sala bati, a professora abriu a porta, eu falei assim, professora, eh... eu vou ficar aqui agora, porque eu já tenho 5 anos e eu não sou mais criança pra ta no maternal, peguei, entrei sentei na cadeira e fiquei lá, e aí a escola achou, assim, a escola moderna, né? achou tão interessante eu ter feito aquilo que não quis me tirar essa iniciativa e me deixaram ficar no jardim de infância.”
(Fran).

Gilmara de Oliveira

Mulher, baiana, cisgênera, se declara negra enquanto identidade política, 34 anos, é heterossexual, casada, tem uma filha. Não tem religião. Tem formação em Serviço social, poetisa, e está concluindo uma pós-graduação na sua área. No momento não tem renda fixa. Integra a Comissão de Raça e Gênero do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS BA; Integrou a gestão do Projeto Socioracial Curso Popular de Pré-vestibular Quilombo do Orubu. Gilmara iniciou a entrevista cantando um pequeno trecho de uma música seguida de uma poesia de sua autoria, conforme destaque a seguir.

“Eu vim do ventre da minha mãe, ela me deu semente boa, nutriu meu corpo se espalhou em benção, sou plantadeira de semente boa.” (Trecho da música).

“O ano era 1986, uma palavra doce ecoou do assoalho de madeira lá na terra do cacau em uma linguagem de choro ela anunciou que falaria ao silêncio não se submeteria. O cenário era a casa de madeira, tudo do jeitinho da simplicidade. Não

tinha muito espaço para uma família tão extensa, mas era imensa em amor. Quem a acolheu no mundo? uma parteira que nenhuma técnica científica possuía, mas pela tamanha sabedoria a ninguém ela devia. A mulher que pegou, limpou, acariciou e para a mãe dela entregou, virou uma estrela e com certeza brilha, brilha todos os dias iluminando o seu caminho. Ela cresceu, foi alimentada e fortalecida de princípios e valores na sua cidade natal, lá ela estudou o ensino fundamental fechou e depois de ter sido ensinada a andar com as próprias pernas pela sua mais velha avó mãe, ela caminhou outros horizontes vislumbrou com dor no peito, partiu em busca de realizar sonhos seguiu e dizia, vou ter nível superior e um trabalho que seja digno para ajudar quem sempre a sustentou. Uma parte da história aconteceu, formação superior ela conquistou, o orgulho da família ela se tornou, mais do que já era antes, tinha gente que não dava nada por ela menina espivitada, não levava desaforo pra casa, dava um boi pra não entrar em uma briga, mas aumentava a boiada para não sair. Depois de árdua as caminhadas hoje ela é pós-graduada ecoa palavras, navalhas, doçuras para lavar a alma e honrar sua família por tantas vezes negligenciada do direito a palavra. Essa menina mulher que veio do assoalho hoje alça vôos, e desde cedo entendeu o recado que a sua missão é disseminar palavras navalhas doçuras que centralize o afro-amor. Quer saber a cidade? Ubaitaba, Bahia, Brasil, prazer. Sou Gilmara Silva de Oliveira, filha de mulheres guerreiras e de um homem lutador." (Poesia do seu livro "Palavras, Navalhas, Doçuras, Libertam!).

Laysa Gonçalves

Mulher cisgênera, branca, 34 anos, formada em Psicologia, de Salvador, heterossexual. Vive em união estável, não tem filhas/os. Não define uma religião, foi criada no espiritismo, gosta do Camdomblé, mas também reza o terço e vai à missa. No momento não está fazendo parte de nenhum coletivo feminista ou de mulheres, mas mantém contato com mulheres do PT e da Marcha Mundial de Mulheres de SP.

"Sou Laysa. Uma mulher do sertão da Bahia, nascida e criada por mulheres do sertão da Bahia. Sou Psicóloga e escutadora de mulheres em processo de autonomia e emancipação. Sou feminista por não ter outra opção a não ser ficar do meu lado. Não somente para saber identificar e denunciar as violências, mas por querer me saber muito maior do que elas. Não apenas para resistir, mas para me reinventar. Sou uma mulher habitada por muitas mulheres, com dores parecidas, histórias repetidas. Mas desta vez, fui aos escombros da minha alma para me buscar. E sempre me lembro de um trecho de uma cantiga de roda que minha avó cantava, e dizia "A sertaneja tem a alma na garganta", mesmo ela, silenciada tantas vezes, cantava para se lembrar de que tinha voz. Hoje canto eu, mas escolhi cantar a mesma música, em outro tom. Com a vida que me coube dizer à mim mesma que eu tenho condições de não repetir as minhas mais velhas na caminhada mais difícil. Que existir seja um dia possível, para todas nós." (Laysa, 34).

Jacinta Marta Leiro

A assistente social Marta, como é conhecida, tem 53 anos, é natural de Salvador, mulher cis, branca, heterossexual, divorciada, tem uma filha e um filho, não tem religião. Coordena o Coletivo de Mulheres do Calafate que criou há 29 anos.

"Na adolescência e na juventude a educação patriarcal me silenciou, então por mais que eu sentisse incomodada, revoltada, indignada com as posições da educação patriarcal, conservadora da minha família eu não podia reclamar, né? eu dava sinais de que não aceitava, mas não podia, porque se não existia evidentemente um silenciar até com a violência, né? Então segui o tempo mesmo exercitando a obediência. E depois, eh... por mais que essas questões me incomodassem, o sistema, ne? essa forma educacional é tão forte que eu acreditei que realmente dava pra eu ceder, não ser tão, eh... questionadora e tentei reproduzir aquilo que eu criticava, né? [...] E tem a Marta feminista, e essa Marta feminista tem que

fazer as suas conquistas, [...] conquistas de estar no mundo, as conquistas materiais, profissionais, dos sonhos, as realizações, porque sempre era algo muito coletivo na minha vida, né? Mas aí eu consegui já administrar o que é e quais os meus caminhos como feminista pra questão coletiva e meu caminho como feminista das minhas conquistas pessoais, mas sempre na perspectiva feminista como disse, né? nunca fugindo, porque é o que me traz essa animação, é o que alimenta a minha utopia, né? Porque se a gente não tem essa utopia pra ser guiada por ela, a gente não acredita em mudança nenhuma pelo que tá aí o mundo, né? Tem um descaso que é melhor cuidar do seu quadrado, e eu não consigo cuidar só do meu quadrado eu estou sempre com a dimensão coletiva, mas dessa vez, né? sabendo que é bom estar comigo, é bom ser Marta, forte, viva pra essa própria dimensão coletiva que eu tenho, né?" (Marta, 53).

Feita a apresentação das participantes desta pesquisa, cabe indicar as categorias analíticas utilizadas para decodificar as suas narrativas. As categorias de análise foram definidas a partir do que as participantes trouxeram de semelhante nas narrativas das suas histórias de vida. De acordo com Moraes (1999), a categorização "é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo". (p. 6). Nesse sentido, foram criadas cinco categorias de análise que serão explicitadas mais à frente. De acordo com esse mesmo autor,

A amplitude e precisão das categorias estão diretamente ligadas ao número de categorias: em geral, quanto mais subdivididos os dados e quanto maior o número de categorias, maior a precisão da classificação. Entretanto é preciso ter em consideração que um número grande de categorias pode introduzir dificuldades de compreensão. O objetivo básico da análise de conteúdo é produzir uma redução dos dados de uma comunicação, o que, em geral, exigirá um número reduzido de categorias. (MORAES, 1999, p. 6).

A primeira categoria intitulada *Vivências e o atravessamento das violências de gênero* traz o despertar das mulheres para as relações desiguais de gênero, vivências a partir de um histórico de violências diversas e as influências que tiveram de outras mulheres. *Conhecendo o feminismo, o primeiro contato* é a segunda

categoria e mostra o contato inicial com o feminismo, como também, quando e como se deu esse momento. Na terceira categoria, *Tornando-se feminista, um (re) encontro de si*, as entrevistadas trazem, especificamente, o processo de encontro com os feminismos, qual o momento em que se nomearam e tornaram-se feministas.

Na próxima categoria, *“Eu era feminista sem saber”*, podemos observar a busca pela teoria, é o momento em que as mulheres relatam a necessidade de se aprofundarem nos estudos feministas, sejam sozinhas ou a partir de algum tipo de especialização. A quinta e última categoria denominada de *Lutas, desafios e o alcance a outras mulheres*, são trazidas ações enquanto militantes, como também, os desafios de continuarem atravessadas pelas violências cotidianas de gênero e a multiplicação do que foi aprendido para alcançar outras mulheres.

Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, esse projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em acordo com a portaria nº 510 de 2016, com apreciação e aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem (CEPEE). Só após esta aprovação que as entrevistas foram iniciadas. Todas as participantes foram solicitadas a assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com o fim de registrar e assegurar a autorização na pesquisa, atendendo à Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

A dissertação é constituída, inicialmente, pela introdução que explica a escolha do tema da pesquisa e de onde parte a escrita, vindo logo em seguida as considerações relativas à justificativa do estudo, objetivo geral, objetivos específicos, a questão problema, alguns pressupostos, abordagem teórico-metodológica, o campo de pesquisa apresentando e caracterizando as participantes, e por fim, os aspectos éticos do estudo.

Posterior a introdução, o trabalho apresenta os capítulos teóricos articulados as categorias de análise já descritas anteriormente. No capítulo GÊNERO, PAPÉIS SOCIAIS E PATRIARCADO é feita uma breve discussão em torno do significado do conceito de gênero, a dinâmica dos papéis sociais na vivência de homens e mulheres em sociedade, e o funcionamento do sistema patriarcal, a partir de autoras feministas como Conceição Nogueira, Gerda Lerner, entre outras contribuições. Nesse momento são trazidos também conceitos e tipos de violências, como também, o ciclo da violência da psicóloga Lenore Walker e sua dinâmica. Para dialogar com

esse capítulo trago a categoria *Vivências e o atravessamento das violências de gênero* em que as entrevistadas trazem relatos das suas vivências com as violências. Valeska Zanello, Saffioti, Maria Cecília Minayo, Conceição Nogueira são algumas das autoras que trago para essa discussão.

O próximo capítulo trata-se, especificamente, sobre o movimento feminista, intitulado OS FEMINISMOS NO BRASIL: FEMINISTAS, LUTAS E CONQUISTAS. Neste capítulo é feito um panorama histórico dos feminismos, assumindo uma posição meta-crítica, cuja pretensão é trazer uma reflexão crítica acerca das lacunas deixadas pelo próprio movimento, como também, recupera as lutas e contribuições dos feminismos no Brasil ao longo das décadas. As categorias trabalhadas nesse capítulo chamam-se *Conhecendo o feminismo, o primeiro contato e Tornando-se feminista, um (re) encontro de si*. E para respaldar e enriquecer essa discussão trago autoras como bell hooks, Ana Alice Costa, Djamila Ribeiro, Cecília Sardemberg, Sueli Carneiro, entre outras.

Por fim, o capítulo PENSAMENTO FEMINISTA E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES, traz ao debate questões como a busca por mais conhecimento sobre os feminismos, o alcance a outras mulheres, conceito de empoderamento e o esvaziamento do termo. *“Eu era feminista sem saber”* e *Lutas, desafios e o alcance a outras mulheres* são as categorias presentes que conversam com este capítulo. Nomes como Vânia Bonfim, Grada Kilomba são algumas das contribuições que fazem parte desse diálogo. E para finalizar é feita a análise dos dados adquiridos a partir de um referencial teórico que incluem psicólogas e autoras feministas, concluindo com as considerações finais, referências, apêndice e anexo.

Para melhor visualização, segue abaixo a descrição das mulheres participantes desta pesquisa.

Participantes da pesquisa	
Edna Abadia	Mulher cisgênera, preta, 56 anos, classe média, casada, heterossexual, tem uma filha e um filho, Psicóloga do SUAS. Também tem formação em Design de interiores e Redutora de danos. Possui

	pós-graduação. Não tem religião.
Laysa Gonçalves	Mulher cisgênera, branca, 34 anos, classe média, recém casada, heterossexual, não tem filhas/os. É psicóloga clínica com especialização na área. Não define uma religião.
Jacinta Marta Leiro	Mulher cis, branca, 53 anos, classe média, divorciada, heterossexual, tem uma filha e um filho, Assistente Social com pós-graduação. Não tem religião.
Gilmara de Oliveira	Mulher cisgênera, negra, 34 anos, classe média baixa, casada, heterossexual, tem uma filha. É assistente social, pós-graduanda. Não tem religião.
Francisca Eleonora Schiavo	Mulher cisgênera, se autodeclara mestiça, 63 anos, classe média, casada, heterossexual, não tem filhas/os. É pedagoga e possui pós-graduação. Considera-se ateia.

1. GÊNERO, PAPÉIS SOCIAIS E PATRIARCADO

"É subvertendo os verbos que nos animam que nos assombraremos com os efeitos do patriarcado em nós e nas outras. Somente juntas nos fortaleceremos para celebrar e desobedecer às maldições do patriarcado que estão na crença religiosa, nas leis, no que se chama tradição ou normalidade da vida."

(Débora Diniz, 2022)

No Brasil, os estudos de gênero emergiram com mais força a partir da década de 1980. Conceituar esse termo é no mínimo complexo, pois há uma variedade de autoras que levam em consideração diferentes enfoques e perspectivas. De acordo com Susan Okin, "os estudos feministas em várias disciplinas colocaram na agenda uma nova categoria de análise, 'gênero', que levanta muitas novas questões sobre distinções prévias entre a esfera pública e privada". (OKIN, 2008, p. 305). As relações de gênero são hierarquizadas, pois o poder é vivenciado de forma desigual entre homens e mulheres, o que existe é uma relação de subalternidade em que as mulheres são vistas como seres inferiores. Na concepção de Joan Scott (1990), o gênero é uma categoria que tanto dá significado, como também, é uma das formas de articulação das relações de poder. Trazendo a visão geral de Alessandra Czapski (2017). Pode-se dizer que:

O termo gênero representa e reflete a construção histórica do cotidiano vivido entre os sexos na sociedade, para outros, não apenas os papéis culturais de homens e de mulheres construídos historicamente por meio das relações sociais podem definir gênero, mas as relações sociais como um todo, entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens, levando em conta não apenas a determinação dos papéis construídos historicamente, mas também, as diferenças biológicas entre os sexos. (CZAPSKI, 2017, p. 19)

As categorias de gênero homem/mulher foram, por muito tempo, estudadas e analisadas conforme o sexo biológico, essencializando características de personalidades ditas como femininas e masculinas, influenciando, assim, a relação entre mulheres e homens e a sociedade. Na visão da pesquisadora Karen Giffin (1994), "o objeto de estudo destas análises — a construção social dos gêneros — tinha de ser 'liberado' de sua submersão em diferenças biológicas cujo significado

principal são justamente as diferenças genitais”. (p. 150).

A partir de críticas severas a esse pensamento, o conceito de gênero desenvolvido pelas feministas como forma de estudar essas categorias vêm justamente desconstruir essa ideia essencialista de que as mulheres são inferiores aos homens e de que existe um modelo universal de mulher. Foi preciso grande esforço para demonstrar em estudos que o aparato sexual não era destino para um estático lugar de inferioridade das mulheres. Para a historiadora Margareth Rago (2004), cabe salientar que,

Dentre as suas inúmeras críticas, o feminismo investiu incisivamente contra o sujeito, não apenas tendo como alvo a figura do homem universal, mas visando a própria identidade da mulher. Desnaturalizando-a, mostrou o quanto a construção de um modelo feminino universalizante foi imposta historicamente pelo discurso médico vitoriano, pelo direito, pela família, pela igreja, enfim, pelo olhar masculino reforçado, principalmente nos centros urbanos, pelos estímulos da indústria de consumo. (RAGO, 2014, p. 4)

Foi a partir dessa forma de pensamento essencialista e hegemônica que nasceu toda a carga social demarcada para cada gênero, os papéis sociais. Nesse sentido, são estabelecidas aí as relações assimétricas de poder, em que o homem é autorizado a violar mulheres por ser historicamente reconhecido enquanto superior. Trazendo os estudos dessa mesma autora, “anunciando que ‘o privado é político’, as relações sexuais/de gênero são enfocadas como um campo de luta estruturado, fundamentalmente, pelas recorrentes diferenças de poder entre homens e mulheres.” (GIFFIN, 1994, p. 150).

Diante do pensamento essencialista, a partir das especificidades de aspectos biológicos como o potencial de gerar filhos, por exemplo, as mulheres foram estrategicamente educadas como um ser para o cuidado, mas não de si, sempre para os filhos, o pai, o marido e a casa. O que irá influenciar, consideravelmente, a construção de uma identidade feminina no âmbito privado e que, conseqüentemente, refletirá na esfera pública, em que a mulher é historicamente invisibilizada, violada de todas as formas e subjugada em vários setores da sociedade. Ao analisarmos os aspectos sociais dessa diferença sexual, Carmem Campos (2011), afirma que a mudança na posição das mulheres na sociedade vem romper com esses estigmas ao estarem em espaços como o mercado de trabalho e campo político. Se assemelhando a concepção de Scott (1990), acerca do conceito de gênero, os estudos de Sandra Harding (1996), revela que,

A constituição dessa percepção social da diferença de gênero dá-se [...] através de três processos distintos assim identificados: simbolismo de gênero, estrutura de gênero e identidade de gênero. Esses processos não são isolados e interagem entre si. O simbolismo de gênero configura a atribuição de metáforas dualistas de gênero a diversas dicotomias percebidas, mas não necessariamente relacionadas ao sexo. A estrutura de gênero refere-se à divisão do trabalho de acordo com o gênero e a identidade de gênero diz respeito à construção da subjetividade. (HARDING, 1996 *apud* CAMPOS, 2011, p. 2).

O instinto sexual dos homens, pensamento reproduzido culturalmente pela sociedade, é outro exemplo desses essencialismos de que há um impulso de ordem biológica e que foge completamente do controle do macho. Os estudos de gênero vão demonstrar “que esta visão da sexualidade como impulso biológico instintivo é historicamente aplicada muito mais à sexualidade masculina, que domina, controla e é violenta”. (GIFFIN, 1994, p. 150). A violência sexual tem crescido assustadoramente e ainda hoje se concentra na ideia de culpabilização das mulheres, com a justificativa de que o homem não consegue controlar seus instintos, pois é da sua natureza. Discursos como "ela não estava com a roupa adequada", ou questionamentos acerca do seu direito ao espaço público como "isso são horas de estar na rua?", ainda são bastante utilizados como forma de justificar abusos e desresponsabilizar os homens como agressores.

A partir desse contexto, observa-se a importância dos estudos de gênero como categoria de análise para questionar fenômenos como os das violências contra as mulheres e as relações desiguais de gênero. A emergência do termo violências de gênero também assume um lugar de luta relacionada às violências contra as mulheres, como também, vem reivindicar mudanças de ordem social, política, econômica e legal. Sobre a complexidade e importância dessa expressão, Lourdes Maria Bandeira (2014), destaca:

Remete aos lugares sociais sexuados, expõe as múltiplas desigualdades, às quais as mulheres estão presas, e possibilita uma interação face a face, envolvendo a ordem simbólica. A inteligibilidade e o uso dessa expressão estão associados a campos teóricos e políticos específicos, o que permite determinadas análises e aplicações do termo ao se eleger uma perspectiva e não outra. A própria categoria insere-se num jogo de forças entre tradições acadêmicas e políticas, que visam legitimar, cada uma, suas respectivas definições. Do mesmo modo, deve-se considerar que, da perspectiva metodológica, os conceitos dialogam, se complementam e interagem. Dada a complexidade do fenômeno, não há como contê-lo em um sistema de classificação ou de codificação com fronteiras nítidas de diferenciação. (BANDEIRA, 2014, p. 461).

A relação de dominação do homem em relação às mulheres é o que configura a estrutura patriarcal da nossa sociedade. A família, nesse sentido, de acordo com Gerda Lerner (1990), se constitui como reflexo de uma sociedade que educa pessoas reforçando a obediência à ordem existente. Os papéis sociais de gênero são bem demarcados, nesse sentido, as crianças antes mesmo de começarem a falar já são formatadas para tais papéis. Para a dita masculinidade não lhes cabe demonstrar fraqueza e o choro deve ser reprimido, afinal, o discurso que ainda continua sendo reproduzido é de que “homem não chora, tem que ser forte e viril”.

Nesse contexto, “essas construções vão enquadrando homens e mulheres em certos comportamentos que são vistos pela sociedade como naturais [...] e internalizados por uma maioria como a verdade”. (SANTOS, 2013, p. 20). Os brinquedos são pensados estrategicamente para cada sexo. Geralmente os dos meninos com a temática de raciocínio lógico, carros, ambientes de trabalho, sempre considerando como possibilidade o espaço público. Estudos feministas afirmam que “a divisão social entre espaço público e privado foi construída com base em uma distinção hierárquica entre o gênero masculino e feminino.” (DIAS, 2007, n.p). E é a partir desse padrão que as relações vão sendo constituídas socialmente.

Historicamente, as mulheres estiveram em posição desprivilegiada por não ocuparem espaços ditos como masculinos e pela diferença de salário que ainda existe após décadas de luta. De acordo com a psicóloga Helena Santos (2013), ainda são os homens que estão em cargos de chefia recebendo salários mais altos exercendo a mesma função, e ainda que entrem em áreas ditas femininas, como chefes de cozinha – que são homens em sua maioria – logo assumem cargos de liderança. Trazendo Conceição Nogueira (2001), referência nos estudos sobre psicologia feminista,

Os papéis de gênero são definidos como aquelas expectativas partilhadas acerca das qualidades e comportamentos apropriados dos indivíduos em função do seu gênero socialmente definido. Estes papéis de gênero induzem quer direta quer indiretamente a diferenças sexuais estereotipadas. (NOGUEIRA, 2001, p. 15).

A construção social das mulheres foi pautada por muito tempo na posição de submissão e inferioridade determinada pela estrutura patriarcal que as consideravam como propriedades do homem. De acordo com os estudos de Heleieth Saffioti

(2011), patriarcado é “o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (p. 44). Nesse sentido, são impostos papéis que constroem a imagem das mulheres de modo a estarem sempre assumindo o lugar de esposas, mães, filhas, sendo atribuído a estas, responsabilidades e obrigações de forma desigual. Durante toda a vida será destinado a elas o lugar do não-poder, pois sua existência se resumirá ao ambiente privado, existindo apenas para servir e atender a necessidade dos homens.

O patriarcado traz a visão de subordinação e inferiorização das mulheres como base, conforme já mencionado anteriormente nesse estudo, e esta ocorre independentemente de classe, raça, etnia, sexualidade ou faixa etária, porém, é importante ressaltar que há distinção em relação ao tratamento às mulheres negras. Apesar de o patriarcado englobar todas nós como seres inferiores, as mulheres negras ainda são as que mais sofrem violência em decorrência da raça e classe. O que algumas/alguns autoras/es, segundo a psicóloga e pesquisadora Grada Kilomba (2019), chamam de “duplo fardo” ao considerar as categorias de raça e gênero, ou até mesmo “triplo fardo” ao se referir as mulheres negras LGBTQIA+ que vivenciam a lesbofobia e transfobia. Para conceituar a interseção de duas ou mais opressões, a professora e pesquisadora Kimberlé **Crenshaw** (2002), traz em seus estudos o termo interseccionalidade. A respeito deste conceito, Crenshaw (2002), destaca que,

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

São as mulheres negras que ainda estão em maior número nas estatísticas de feminicídio como já visto nos índices trazidos anteriormente. São elas as que mais sofrem violência obstétrica em hospitais, chegando ao percentual de morte muito superior ao das mulheres brancas sob a justificativa de “serem mais fortes”, de “aguentarem mais a dor”, são as que seguem ganhando menos no ambiente de trabalho e que, em sua maioria, estão em trabalhos autônomos inferiorizados. Para Lélia **Gonzalez**, “lidar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo

universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco.” (p.129). Esses discursos específicos direcionados às mulheres negras nos remetem, mais uma vez, à visão essencializada de gênero, invisibilizando as mulheres negras. Nesse sentido, é impossível pensar essas estruturas de forma isolada, pois as “formas de opressão não operam em singularidade; elas se entrecruzam”. (KILOMBA, 2019, p. 98).

1.1. Violências contra as mulheres

"Liberdade é não ter medo."

(Nina Simone)

Os crimes de feminicídio durante décadas foram tratados como de menor potencial ofensivo, inclusive, previstos no judiciário brasileiro, dessa forma, a mulher era vista como propriedade do homem. De acordo com os estudos de Margarita Ramos (2012), essa apropriação da mulher dava a ela o dever de guardar sua virgindade para resguardar a honra do pai e de se manter fiel para respeitar a honra do marido. Como afirma Heleieth Saffioti (2011), esse é “um dos elementos nucleares do patriarcado, o controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido”. (p. 49).

As mulheres no Brasil sejam elas jovens, adultas ou idosas, de diferentes etnias e classes sociais, já foram atravessadas de alguma forma pelas violências relacionadas ao gênero. Essas violências são complexas e sua compreensão, tipos e definições levam em conta situações vivenciadas em diferentes contextos. Falando, especificamente, das violências contra as mulheres, existem várias possibilidades, pois são muitas as formas de perpetração. No ambiente público as violências podem se manifestar através do “assédio sexual e moral no trabalho, pelas agressões sexuais, pelo estupro, pelo tráfico sexual, pelo uso da mulher na pornografia, pela escravidão e pelas esterilizações forçadas, dentre outras.” (MINAYO, 2006, p. 95).

Caracterizada não somente por danos físicos, mas também por prejudicar a saúde mental das mulheres, as violências afetam a vida social, abalando-as psicologicamente, como também, interferindo na sua autoestima e autonomia. Seja quando tem que escolher uma roupa menos curta para usar em determinados lugares, devido ao medo do assédio ou no transporte público ao ser vítima de

importunação sexual. Porém, o ambiente em que mais acontece a violência é no convívio familiar. Segundo os estudos de Maria Cecília Minayo (2006), a violência contra as mulheres,

[...] manifesta-se no seio da família com a violação incestuosa, com as mutilações genitais, com o infanticídio, com a preferência pelo filho homem, com os casamentos forçados. Dentro do casamento, expressa-se na relação por meio do estupro conjugal, pelas pancadas, pelo controle psicológico, pelo proxenetismo, pelo crime de honra ou, às vezes, pelo assassinato da esposa. (MINAYO, 2006, p. 95).

Por ocorrer em sua maioria na esfera privada a punição das violências acaba por depender de denúncias externas de familiares, vizinhança ou da própria mulher que se vê exposta ao dilema de separação do que é público com o que é privado. Pois, “se a esfera social/pública, por um lado, cria normas que condenam a violência contra as mulheres, por outro lado, é ainda controlada pelos próprios perpetradores da violência, que permanecem protegidos por um sistema social androcêntrico.” (TIMM; PEREIRA; GONTIJO, 2011, p. 251). As mulheres que vivenciam as violências passam pela subjetividade de escolher a denúncia ou o confinamento naquele ambiente aversivo de violências. Ainda trazendo os estudos das pesquisadoras,

Percebe-se, aqui, uma tensão entre a dimensão subjetiva e a dimensão ético-política: do ponto de vista da subjetividade, é necessário que se faça uma escolha. As mulheres podem decidir denunciar a agressão, mesmo sob o risco de romper o vínculo, o que significaria a conquista da autonomia, a emancipação em relação às normas massificadas. Mas podem também permanecer vinculadas ao agressor, recusando-se a denunciá-lo, por diversos motivos, entre eles, a própria dificuldade de contar com o apoio de instituições sociais, mas também por se tornarem reféns do dispositivo psicológico, que já assumiu as normatizações do mundo social, consolidando a culpa e o sentimento de fracasso por terem acreditado nas promessas de amor do agressor ou por assumir unilateralmente a responsabilidade pelo projeto de família. (TIMM; PEREIRA; GONTIJO, 2011, p. 251).

Parte dessa decisão vem de como a sociedade vê tal comportamento. A vítima é apontada como culpada, enquanto o homem é protegido pelo sistema patriarcal que acoberta e naturaliza tal comportamento. De acordo com Gerda Lerner (1986), “homens de sociedades patriarcais que não podem proteger a pureza sexual de suas esposas, irmãos e filhas sentem-se impotentes e desonrados”. (p.152). E a sociedade os vê dessa forma, consentindo abusos constantes, violências

historicamente naturalizadas e vistas comumente como algo aceitável, “freqüentemente, são toleradas, silenciadas, desculpadas pela dependência das mulheres em relação aos homens ou por explicações psicologizantes inaceitáveis, tais como: os homens são incapazes de controlar seus instintos” [...] (MINAYO, 2006, p. 95).

A história das mulheres tem como marco principal as lutas como forma de resistência a séculos de violências. Foi um longo período histórico de subjugação e negação de existência das mulheres como seres humanos autônomos e de direitos. Os casos graves de violências direcionados a elas lhes causaram revolta, indignação e com isso a necessidade de se organizar, tomar providências legais e jurídicas nesse sentido, o que as levaram a ocupar lugares de lutas seculares e reivindicações através dos movimentos feministas e grupos de mulheres. Há inúmeros casos de crimes ditos passionais ao longo da história, mas falarei aqui de apenas um deles. E, trarei ainda, um caso de tentativa de feminicídio por ser considerado emblemático nas lutas referentes ao enfrentamento das violências contra as mulheres no Brasil. Os dois casos envolvem crimes cometidos por parceiros íntimos em sua forma mais grave e uma delas letal.

O primeiro ocorreu em 1976 e é o famoso caso do assassinato da *socialite* Ângela Maria Fernandes Diniz pelo seu companheiro Raul Fernandes do Amaral, conhecido como Doca Street. O crime, que aconteceu no Rio de Janeiro, foi muito noticiado e acompanhado pela sociedade como uma série policial. O caso foi a júri popular e a defesa trazia em seu discurso a culpabilização de Ângela Diniz sob a alegação de um comportamento promíscuo e amoral. Num primeiro momento o caso foi sentenciado como legítima defesa da honra e Doca Street condenado a reclusão de apenas dois anos em que não precisaria submeter-se a prisão, e só alguns anos depois condenado a uma pena de 15 anos de reclusão.

Esse caso expôs o tom moral e sexista da condição das mulheres à época em que o crime ocorreu, mas ainda hoje são vistas situações semelhantes em tribunais do judiciário brasileiro, pois o que foi e ainda é julgado não é o crime em si, mas continua sendo a reputação das mulheres. Nesse sentido, “a honra, então, que já era tida como um tesouro a ser portado, passa, a partir daí, a ser legitimada – sendo vista como um bem jurídico tutelado pelo Estado”. [...]. (RAMOS, 2012, p. 62). Esse caso foi acompanhado com várias mobilizações de feministas que achavam um total absurdo a forma como estava sendo conduzido. Na ocasião as mulheres saíram às

ruas para fazerem protestos em defesa da vida e dignidade das mulheres, houve muita reivindicação e revolta na época.

O segundo exemplo se passa em 1983 com uma dupla tentativa de feminicídio direcionada a Maria da Penha Maia Fernandes, cometida pelo então marido Marco Antonio Heredia Viveros. Nesse caso, o companheiro da vítima também tentou matá-la com uma arma de fogo, mas não obteve sucesso e Maria da Penha acabou ficando paraplégica. Após o ocorrido, houve ainda uma segunda tentativa de assassinato em que ele tentou eletrocutá-la no banho. O caso só veio a julgamento 8 anos mais tarde, mas foi anulado. Posteriormente, houve ainda mais dois julgamentos, novamente sem sucesso.

Diante disso, o caso ganhou notoriedade internacional quando Maria da Penha recorreu a instituições como o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) e o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e, abriu um processo contra o estado brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). Em 2001, após essa denúncia, o Brasil foi finalmente responsabilizado por sua omissão e negligência nos casos de violência doméstica contra as mulheres e, Maria da Penha conseguiu, após 19 anos de peregrinação e luta que o seu ex-companheiro recebesse uma condenação de 10 anos de prisão, embora ele tenha permanecido apenas dois anos em regime fechado.

O que esses dois casos têm em comum? Além de se tratarem de casos emblemáticos de violências de gênero, direcionados às mulheres, eles ilustram a repercussão das lutas feministas no enfrentamento dessas violências, e nos mostram também que a conquista de políticas públicas, que falarei mais adiante, nasce da luta de mulheres que não aceitaram a forma com que a sociedade tratava seus corpos. Foi a partir de lutas como essas que o movimento feminista brasileiro rompeu barreiras antes inegociáveis, mas que diante de reivindicações e protestos trouxeram várias conquistas para a sociedade brasileira. Uma delas, decorrente da denúncia por negligência do Brasil à CIDH/OEA no caso de Maria da Penha e da luta de mulheres por direitos foi a Lei nº 11.340/2006, sancionada em 7 de agosto de 2006, e que recebeu o nome de Lei Maria da Penha. (BRASIL, 2006).

A Lei Maria da penha reflete a luta feminista no enfrentamento da violência doméstica no Brasil. Anterior a ela, os crimes eram tratados pela Lei 9.099/1995, de responsabilidade dos Juizados Especiais Criminais, assim as violências contra as

mulheres eram julgadas como crimes de menor potencial ofensivo, chegando a serem comparadas com o roubo de galinhas. A aprovação dessa lei vem representar "um acúmulo das discussões realizadas desde a década de 1970, um resultado de uma grande revolução feminista, uma vitória oriunda da problematização feita ao tratamento da sociedade para com as mulheres". (KUZMA; NEVES; SILVA, 2017, p.58).

Sabemos que existem vários tipos de violências, e várias delas já foram citadas nessa pesquisa como violências de gênero. Mas quais são as descritas na lei? De quais violências estamos nos referindo ao falarmos sobre violências de gênero na Lei Maria da Penha? Algo importante a ser observado é o conceito de violência trazido por esta Lei. Como seu surgimento tem relação direta com os crimes relativos a parceiros íntimos e violências ocorridas no ambiente privado a lei 11.340/2006 traz, especificamente, o conceito de violência doméstica e familiar. Nesse sentido, "configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial." (BRASIL, 2006, p. 13). Ou seja, a lei traz como objetivo principal o combate às violências doméstica e familiar contra as mulheres. No seu artigo 1º a disposição dessa lei,

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL, 2006, p. 11).

A violência doméstica e familiar em grande parte acontece no ambiente privado do convívio familiar, porém, há diferença entre uma e outra. De acordo com a lei Maria da Penha, enquanto a violência doméstica ocorre no âmbito privado em que as pessoas da casa podem ter ou não vínculo, a violência familiar pode não ocorrer nesse mesmo espaço, nesse caso o âmbito espacial não importará, pois o que contará é o tipo de relação. Apesar dessa diferenciação, ambas são casos de violência contra as mulheres, independente das partes morarem juntas ou não. Esta Lei, em seu capítulo II, artigo 7º, traz cinco tipos de violências. Seguem na íntegra suas definições:

I – *Violência física*, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II – *Violência psicológica*, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – *Violência sexual*, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV – *Violência patrimonial*, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – *Violência moral*, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

(BRASIL, 2006, p. 14, grifo meu)

Para as pesquisadoras Milene Moraes e Thais Rodrigues (2016), é importante compreender que a violência doméstica acontece dentro de um ciclo, criando dessa forma, um vínculo diferenciado entre o agressor e a mulher. A psicóloga norte-americana Leone Walker (2009), traz em suas pesquisas o modelo de Ciclo da Violência para auxiliar no entendimento acerca do comportamento de homens e mulheres no convívio com a violência doméstica.

O ciclo da violência (CV) segundo a psicóloga Walker (2009) é a forma como homens e mulheres se comportam diante das situações de violências. Esse modelo foi difundido pela autora ao observar na sua prática, durante muitos anos, como esse tipo de violência se manifestava nos relacionamentos íntimos. A partir desses estudos, Walker apresentou três fases para o CV, são elas: (1) aumento da tensão acompanhada de crescente sensação de perigo, (2) o incidente agudo de espancamento e (3) contrição amorosa. (WALKER, 2009, p. 91, tradução minha⁴). Essas fases foram amplamente divulgadas e também ficaram popularmente

⁴Do original: [...] (1) tension-building accompanied with rising sense of danger, (2) the acute battering incident, and (3) loving-contrition.

conhecidas como fase de tensão, episódio da violência e a terceira como fase de lua-de-mel.

A primeira fase é o momento em que ocorre a prevalência das violências psicológica e moral, podendo ocorrer também a patrimonial. Xingamentos, ameaças, discussões constantes e humilhações são comportamentos que levam à fase de tensão. Nesse momento, o “agressor expressa insatisfação e hostilidade, mas não de forma extrema ou explosiva ao máximo”. (WALKER, 2009, p. 91, tradução minha⁵). A violência psicológica é certamente a mais invisibilizada por acontecer de forma silenciosa. Pode ter seu início a partir de comportamentos controladores do companheiro ao ditar o tamanho da roupa da mulher, insinuando ser a “mais apropriada” para a ocasião, exigir as senhas das redes sociais, impedir a companheira de sair com amigos e familiares, fazendo-a crer que só eles dois bastam, o que a vítima pode acreditar ser apenas por amá-la demais ou ciúme sem importância. É Na Violência psicológica que se encontram os primeiros sinais de que há algo errado no relacionamento, mas por aparentarem situações naturalizadas no cotidiano são ignoradas.

Na segunda fase é onde acontece o “episódio de violência”, em que além dos xingamentos, as agressões passam também a serem físicas, tendo episódios mais agudos de violência, podendo chegar ao feminicídio que é a morte de mulheres. A terceira e última é a fase da “lua de mel”, também conhecida como fase de arrependimento. Nesta, acontece o pedido de desculpas do agressor, presentes, flores, tudo acontece de uma forma que dá à mulher a impressão de que o companheiro mudou e que tudo irá passar, ele se arrependeu e as violências não se repetirão. Para Leone Walker, essa fase “fornece o reforço positivo para a permanência no relacionamento, para a mulher. Muitos dos atos que ele fez quando ela se apaixonou por ele durante o período de namoro ocorrem novamente aqui”. (WALKER, 2009, p. 94)

Muitos são os motivos que fazem mulheres permanecerem com seu agressor no ciclo de violências. De acordo com um estudo feito por Patrícia Souza e Ros (2006), sobre os possíveis motivos da permanência de mulheres no convívio com seus agressores, as autoras trazem alguns pontos importantes como “a convivência com o medo, a dependência financeira e a submissão [...], tempo de vida juntos e da

⁵Do original: The batterer expresses dissatisfaction and hostility but not in an extreme or maximally explosive form.

anulação durante o relacionamento”. (p. 51). Nesse sentido, esse companheiro que passa a ser visto como agressor foi a pessoa escolhida para compartilhar a vida, ter filhos, e por ser alguém por quem se teve/tem muito afeto, pensar nessa mesma pessoa de outra forma é, muitas vezes, tarefa extremamente difícil para as vítimas de violências. “A primeira relação que se estabelece é de confiança. O companheiro ou marido traz para ela aspectos positivos e ela projeta nessa pessoa perspectivas de vida e relacionamento de longo prazo com ele.” (MORAES; RODRIGUES, 2016, p. 93).

Sair de um relacionamento amoroso de exclusiva dedicação é algo bastante difícil para as mulheres, pois de acordo com a psicóloga e pesquisadora Valeska Zanello (2018), o amor é identitário para elas, há uma relação desigual de dedicação. A autora nos apresenta como a forma de amar das mulheres é diferenciada em nossa cultura, pois enquanto os homens, no decorrer da vida, aprendem a amar várias coisas, no caso das mulheres, elas aprendem a amar, exclusivamente, os homens. Segundo essa mesma autora, “o amor romântico seria um amor corrompido pelas relações de poder, pois estimula e pressupõe uma dependência psicológica das mulheres”. (ZANELLO, 2018, p. 84). E é nesse sentido que mulheres se vêm presas nesse ciclo sem conseguir se desvincular do agressor. São situações muito complexas que envolvem questões socioculturais, como também, a história de vida e subjetividade de cada mulher.

Esse modelo de sociedade que invisibiliza, violenta, desumaniza e mata as mulheres tem adoecido e dificultado muito o alcance à equidade de gênero ao lugar de empoderamento, de respeito e igualdade. A partir dessa realidade, para sair desse lugar de sub-poder, muitas de nós precisam criar rotinas de enfrentamento, formas alternativas através de lutas individuais e coletivas para estarmos em espaços antes não alcançados e ainda pouco explorados. Para os estudos feministas, *teto de vidro* ou *teto de cristal* (SILVA, 2018), tem sido um conceito utilizado para se referir a essas dificuldades impostas, cotidianamente, na vida das mulheres em sociedade. São “barreiras invisíveis que, de alguma forma, impedem as mulheres, enquanto grupo social, de avançarem em suas carreiras, públicas ou não, e de desenvolverem todo o seu potencial”. (SILVA, 2018, p. 98).

1.2 Vivências e o atravessamento das violências de gênero.

"Sofri o mesmo preconceito que a minha bisavó sofreu quando ela foi divorciada naquela época há 60 anos atrás. "

(Laysa Gonçalves).

Diante disso é importante destacar que essa categoria foi subdividida em dois momentos, tendo em vista que durante os relatos apareceram fases distintas na ocorrência das violências e que, por isso, demandaram análises diferentes. A primeira surge a partir da tomada de consciência ao se verem atravessadas por questões específicas de violências de gênero, questionando a realidade imposta, e a outra, ao relatarem novas experiências de violências quando já se nomeavam feministas.

No primeiro momento as entrevistadas trazem experiências muito particulares e significativas a partir de vivências atravessadas por violências enquanto ainda eram jovens. Entre uma partilha e outra elas foram trazendo relatos de quando começaram a perceber como se davam às relações desiguais entre homens e mulheres dentro do seu próprio convívio familiar. Naquela época ainda não sabiam nomear suas inquietações, mas percebiam a dimensão do incômodo e impacto que as situações lhes causavam. Os estudos feministas se referem à violência de gênero como um fenômeno único, que se diferencia de outras violências. Nesse sentido, bell hooks (2019), ressalta que,

"As ativistas feministas assumem frequentemente que esta violência é diferente de outras formas de violência nesta sociedade, pois está ligada especificamente às políticas do sexismo e da supremacia masculina: o direito dos homens de dominarem as mulheres." (hooks, 2019, p. 92.)

Marta traz em seu relato inquietações ainda na adolescência, quando notava que havia algo errado e que não concordava com os comportamentos e concepções da forma de educar trazida pela sua família na figura do seu pai:

[...] Minha adolescência foi muito de questionar as ordens patriarcais estabelecidas, impostas na minha família. E não concordava com a maneira de educar de meu pai, aliás, eu não concordava com a maneira da minha família estar organizada, só que eu não sabia, né? Achava que era uma rebeldia sem causa. [...] Só que eu não achava certo as imposições, a violência, eh... a maneira de tratar minha mãe.

Nós somos uma família de 4 filhas, ele teve 4 filhas mulheres e era uma educação muito autoritária, né? patriarcal mesmo, só que naquela época, naquele tempo eu não sabia o que era patriarcado, eu não sabia, né? não tinha compreensão dessas coisas, mas era algo que me incomodava. Então isso, hoje, eu reflito que era uma predisposição a ir de contra as ordens estabelecidas do patriarcado e um caminho fácil de eu me identificar feminista, eu acredito nisso, né?” (Marta, 53)

A vivência de Marta nos remete a visão do paternalismo que de forma estrutural ainda se mantém na nossa cultura a partir do sistema patriarcal. A historiadora e pesquisadora Gerda Lerner (1986), no livro *A criação do Patriarcado*, escreve sobre como o patriarcado estrutura a sociedade. De acordo com os estudos, “a base do paternalismo é um contrato de troca não escrito: sustento econômico e proteção oferecidos pelo homem pela subordinação em todos os campos, serviço sexual e trabalho doméstico não remunerado oferecido pela mulher.” (LERNER, 1986, p.359).

No caso de Gilmara, por não se comportar dentro do modelo de feminilidade esperado pela sociedade, relata o quanto sua infância e adolescência foram palco de cobranças e falas marcadas pelos estereótipos de gênero ditando como deve se comportar uma menina:

[...] “Quando eu fui ficando adolescente, eh... eu não tinha essas construções assim na minha cabeça de que ali era um questionamento pra o papel socialmente construído para mulheres, mas eu percebia, né? [...] Eu era bem espevitada, né? Fazia aquela menina que não era briguenta, mas também não saia da briga se rolasse e gostava muito de brincar com os meninos, né? Não era muito de brincar com as meninas. [...] Como eu tinha muito essa relação com os meninos as pessoas ficavam naquela expectativa de uma gravidez precoce, né? Ficava naquela expectativa de casar também precocemente. [...] Eu era adolescente que as pessoas lá no interior, inclusive as mais velhas, tinha essa ideia de que eu poderia hoje, por exemplo, estar com pelo menos uns três filhos, né? espancada pelo marido, porque era aquela menina que não queria

saber de aprender cozinhar, não queria saber dessas tarefas domésticas que eu só fazia mesmo, porque minha vó, em casa orientava de fazer e tal, lavava os pratos pra ajudar nas tarefas de casa. [...] A perspectiva machista que constrói sobre meninas adolescentes, né? Principalmente de interior onde as concepções é essa de que você tem que ser a boa mulher pra dar conta do seu marido. (Gilmara, 34)

Os estudos da psicologia social sobre as teorias das diferenças sexuais, aqui apresentado pela psicóloga feminista Conceição Nogueira (2001), mostram que a visão biologicista da psicologia trouxe aspectos que devem ser considerados para essa análise. As diferenças entre homens e mulheres eram medidas, inicialmente, através da inteligência, passando depois a ser baseada em temperamentos que orientavam a personalidade. “A teoria posterior de Parsons nos anos 50, incide sobre a estrutura da família e a socialização dos papéis sexuais, sendo a divisão das tarefas na família a componente sociológica desta teoria.” (p. 10). Apesar dos avanços a partir de estudos e críticas de psicólogas feministas, no relato de Gilmara podemos ter acesso a essa forma de pensar ainda na atualidade.

Essa visão da Psicologia rendeu severas críticas das feministas a partir da segunda onda. “As incongruências observadas e salientadas pelas críticas feministas vão estar na origem essencialmente da teoria da androginia formulada inicialmente por Sandra Bem, e na teoria do papel social de Alice Eagly.” (NOGUEIRA, 2001, p. 12). No relato de Gilmara é perceptível o quanto esse modelo conservador de mulher – comportada, prendada, para casar e reproduzir – atravessou a sua família a partir de cobranças que lhes eram feitas sendo ainda tão jovem.

No relato de Laysa sua vivência como mulher divorciada, ainda muito jovem, trouxe várias inquietações e a fez refletir sobre a discriminação que sofreu da sociedade sempre que precisava mencionar o divórcio. Ela traz memórias relacionadas à experiência da sua bisavó 60 anos atrás. O que nos leva a pensar sobre a repetição dessas violências entre gerações.

De acordo com os estudos da pesquisadora brasileira e cientista social Alda Mota (1999), “gênero e idade/geração são dimensões fundantes de análise da vida social. Expressam relações básicas, por onde se (entre)tecem subjetividades,

identidades e se traçam trajetórias.” (p. 207). Ao se referir a sua vivência, Laysa traz uma experiência marcada por violências que ainda repercute nos dias atuais.

“Eu me casei muito nova, com 18 anos eu já estava casada no papel mesmo, no civil e me divorciei aos 23 anos. Então, assim, eu tinha uma cara de menina, menina veia (risos) com 23 anos e sofri o mesmo preconceito que a minha bisavó sofreu quando ela foi divorciada naquela época, há 60 anos atrás. Eu chegava nos lugares e precisava apresentar algum tipo de documento, e quando a pessoa via que eu era divorciada com 23 anos já me olhava com cara estranha, mas oxe! você, 23 anos já ta divorciada, novinha assim, o que foi que aprontou? Eu ouvi isso diversas vezes, diversas vezes, né? As mesmas coisas, mas não na mesma dimensão que a minha bisavó Secondina ouviu quando saiu de casa grávida, ne! Porque levou uma surra do marido e naquela época mulher divorciada ela só podia morar em lugares que eram considerado, assim, mais vulneráveis ainda, ou seja, ela morou do lado de um prostíbulo com minha vó e as irmãs da minha vó, era esse o lugar da mulher divorciada naquela época e foram frases que eu ouvi agora, tipo há, sei lá, 10 anos atrás, 11 anos atrás, ne!” (Laysa, 34)

A psicóloga Valeska Zanello (2018), a partir dos seus estudos acerca das relações de gênero no Brasil, apresenta um panorama histórico sobre as relações amorosas entre homens e mulheres pra entendermos como o casamento e a forma de amar foram construídos na nossa cultura. Segundo a pesquisadora, no século XVIII, Portugal por ser muito influenciado pela igreja católica e colonizador do Brasil, trouxe forte influência de um moralismo extremista em relação à forma que as relações deveriam ser. Moralismo que no contexto de outros grupos minoritários – negras escravizadas, povos indígenas – não se sustentavam, pois nessas populações a forma de se relacionarem era outra, a exemplo do concubinato, as escolhas amorosas eram mais livres, por não possuírem patrimônios para justificar um casamento arranjado.

Para Del Priore (1994 *apud* Zanello, 2018, p. 63), “a defesa do casamento interessava tanto ao estado quanto para a igreja católica”, para o desenvolvimento e ocupação do país, como também, para propagação do ideal cristã. Ainda sobre a

forma que era visto o casamento, Zanello (2018), destaca que,

[...] Ao torná-lo sacramento, quebrá-lo seria um dos maiores pecados que o ser humano poderia cometer. [...] O casamento legítimo era aquele colocado a serviço da prole e da família. Nesse sentido, o controle do casamento passou a ser cada vez mais um projeto político e religioso. (ZANELLO, 2018, p. 62).

Hoje podemos ver mudanças na esfera conjugal, mas ainda na sombra de um passado que insiste em se perpetuar. Falas problemáticas como as do relato de Laysa ainda são reproduzidas, e nos remete, novamente, ao conservadorismo no julgamento da conduta das mulheres. Edna traz em uma pequena passagem a lembrança do que ouviu da sua mãe na época em que esteve pensando em se divorciar do marido:

“Eu me lembro, assim, lá muito atrás, né? Eu tenho hoje 35 anos com meu marido. A gente se conheceu na infância e, assim, teve momentos difíceis na minha vida, de falar, assim, olha acho que eu vou me separar, não quero mais. E a primeira coisa que a mãe fala: - ruim com ele pior sem ele. Olha que tragédia, né?” (Edna, 56 anos).

Apesar dos matrimônios atualmente terem uma duração bem menor comparando décadas atrás, a fala conservadora no relato de Edna é um reflexo do que ainda tem sido reproduzido hoje. “Mulheres solteiras e independentes causaram e ainda causam bastante incômodo ao *status quo*. (ZANELLO, 2018, p. 93). A concepção de que as mulheres devem casar e manter a todo custo o casamento, apesar das violências que venham sofrer, traz uma visão culturalmente construída de que o mais importante para elas é estar envolvida com um homem, e independente do quão adoecida essa relação esteja, cabe a elas o dever de consertá-la. Para Zanello (2018),

Várias tecnologias de gênero participam da criação, recriação e manutenção da crença de que é possível mesmo transformar uma besta em um príncipe encantado dependendo apenas do amor, da dedicação e da paciência da mulher. Não podemos esquecer nunca que o término de uma relação amorosa, em nossa cultura, coloca identitariamente, em xeque a mulher, e não o homem, mesmo que o pivô da separação tenha sido algum comportamento dele. (ZANELLO, 2018, p. 95).

No segundo momento as mulheres relataram as várias formas de violências que foram submetidas, sejam vivenciadas por elas mesmas ou por mulheres da própria família. A maioria das experiências trazidas nessa subcategoria faz referência ao momento em que as entrevistadas já estavam envolvidas com os feminismos. O que nos leva a pensar na complexidade desse processo, visto que mesmo com todo conhecimento sobre as formas de violências que estamos submetidas, não estamos imunes a vivenciá-las novamente, pois ainda estamos inseridas na mesma estrutura social, que apesar de todas as lutas e conquistas, permanece imutável.

Entre as várias violências descritas pelas entrevistadas, podemos perceber situações de intenso sofrimento, adoecimento físico e mental, como também, movimentos de resistência a partir de experiências diferentes de violências, mas que se revelam comuns. Doméstica, psicológica, política, moral, física, simbólica, entre outras, essas foram algumas das violências reveladas nos depoimentos.

Marta relata não ter se atentado aos sinais do machismo nas relações que investiu afeto. Afirma ter sofrido violência doméstica e vivenciado relações abusivas por vários anos nos seus quatro casamentos:

[...] Eu tentei através do casamento, dos relacionamentos afetivos, construir, realmente, uma família e corresponder, não a forma que eu tive de referência na minha família, mas acabei sendo pega, né? Não fiquei atenta aos sinais quando eu vi eu já estava envolvida por sinais do machismo, dos relacionamentos tóxicos e da própria violência doméstica envolvida no deslumbramento do amor romântico e isso marcou quatro relacionamentos meus, né? [...] Meus quatro relacionamentos foram relacionamentos por subordinação, da obediência, da violência doméstica, né? E tudo em nome do amor, de acreditar que a pessoa, o companheiro ia mudar, na tentativa de acertar. [...] Os quatro relacionamentos eram tóxicos, né? Mas o que marcou com a presença da violência física foi o terceiro casamento, [...] Aquela dimensão de parecer que está tudo sob controle, né? Por eu ser feminista, mas quando fui me perceber eu que estava sendo controlada. [...]” (Marta, 53)

Milena Moraes e Thais Rodrigues (2016) apontam para uma falta de

coerência, pois no Brasil, a violência doméstica alcança, anualmente, milhares de vítimas, sendo uma das formas mais comuns de violência contra as mulheres. “No entanto, uma das mais invisíveis, sendo uma das violações dos direitos humanos mais praticadas e menos reconhecidas do mundo.” (p. 94). Marta destaca em seu relato sua tentativa de corresponder ao que lhe era esperado enquanto mulher, casar e ter filhas/os, assim ela o fez, mas a que custo? Todos os seus casamentos foram baseados em relações de violências.

O problema não está no matrimônio em si, a ideia aqui não é demonizar a instituição do casamento, apenas chamar a atenção para o quanto esse modelo tem sido reproduzido de forma problemática na sociedade, adoecendo as mulheres. O casamento pode significar algo positivo, “se for apenas uma *opção*, uma escolha pautada tanto na capacidade da mulher em estar bem sozinha, [...] quanto nas qualidades do seu parceiro e no que ele tem para lhe oferecer/proporcionar”. (ZANELLO, 2018, p. 98). Porém, o que se vê é uma falta de parceria levando a constante sobrecarga para as mulheres, no cuidado com as/os filhas/os, a casa e as atividades externas para aquelas que exercem atividades laborais.

A psicóloga Laysa relembra em detalhes os anos em que vivenciou um relacionamento abusivo, e fala sobre a violência psicológica que sofreu com seu ex-namorado. Relata que os abusos a fizeram duvidar da sua própria capacidade mental, gerando abalos físicos e emocionais significativos prejudicando sua vida pessoal como também profissional:

“Essa situação do relacionamento abusivo, eh... foi uma violência psicológica muito grande que eu sofri, muito grande. Tem situações que eu nem lembro mais, ou melhor, eu recalquei de tão profundas que foram, sabe? Ele fazia, de verdade, todos os dias, eu desacreditar da minha própria percepção das coisas. Minha percepção, a percepção normal que a gente tem sobre as situações, cada coisinha ele dizia que não era aquilo que eu tava pensando, não era aquilo que eu tava falando, nunca era certo, nunca. [...] Como é que eu ia atender as pessoas enquanto psicóloga se a minha percepção estava errada? Se a minha percepção sobre aquela situação estava errada, ne? Diversas vezes eu tive crise de ansiedade, crise de pânico, achando que eu estava enlouquecendo. [...] Ele sempre negando a minha percepção, eu tava realmente

entrando num parafuso, assim, ansiedade, estresse, tudo muito alto, eu só conseguia dormir com remédio. [...] Ele não falava você tá doida, porque se ele falasse que eu tô doida eu ia falar você é machista. Então ele se utilizava, ele sabia muito bem o que ele podia falar e o que ele não podia falar pra não ser lido enquanto machista. Então ele falava de uma forma doce. Esses homens abusivos eles tem um caráter de morde e assopra, então ao mesmo tempo que ele faz uma coisa, ele faz você duvidar da sua percepção das coisas, da sua capacidade mental". [...] (Laysa, 34)

A violência psicológica deixa marcas emocionais profundas à saúde mental das mulheres, é silenciosa, e por isso, de difícil identificação, tanto por elas como também pela sociedade que a naturaliza. (COSTA; SILVA, 2021). Os estudos demonstram sua gravidade e como essa dinâmica violenta traz sequelas que podem perdurar durante toda a vida.

Apesar da invisibilidade dos danos sofridos, isto pode deixar sequelas bem visíveis, como processos de somatização e interferência na construção da identidade e subjetividade. Pode-se dizer, contudo, que a violência psicológica contra a mulher é a forma mais cruel delas, porque, além de deixar sequelas irremediáveis, pode durar até mesmo toda a vida, invadindo os limites do bem-estar, causando pânico e provocando danos mentais que podem anular e destruir a personalidade de uma pessoa (ECHEVERRIA, 2018, p. 135).

Esse tipo de violência se dá de forma sutil e acontece não somente no ambiente privado, mas também em vários âmbitos do convívio social das mulheres, podendo ocorrer em instituições públicas como ambiente acadêmico e de trabalho. (AZEVEDO, GUERRA, 2001). Porém, os estudos mostram que acontece com maior frequência no ambiente doméstico a partir da relação desigual de poder com o parceiro íntimo. Em um estudo realizado pelas pesquisadoras Camila Siqueira e Ellen Rocha (2019), sobre o levantamento das causas da violência psicológica contra as mulheres, encontraram como pano de fundo a importante influência da cultura. O que se justifica ao considerarmos a estrutura patriarcal em que estamos inseridas, ainda sendo vistas como seres inferiorizados.

Mulheres que vivenciam, cotidianamente, a violência psicológica, podem passar por traumas emocionais e psíquicos no decorrer da sua vida íntima e social, afetando, consideravelmente, sua saúde integral. De acordo com a pesquisa de

Camila Siqueira e Ellen Rocha (2019), a violência psicológica traz graves prejuízos como o isolamento social, a perda de interesse no autocuidado, baixa e perdas na qualidade de vida, cansaço e esgotamento mental, baixa autoestima, medo, e até tentativas de suicídio.

Edna traz a experiência de ter sofrido violência física no seu casamento, mas que não se dava conta da sua dimensão, adquire entendimento de que se trata de uma violência de gênero anos mais tarde. Relata ainda o machismo que continua enfrentando no seu relacionamento conjugal, através da diminuição da sua autoestima e valor enquanto profissional, vivenciando, assim como Laysa, a violência psicológica e moral. Apesar disso, hoje diz sentir-se livre ao conseguir se impor após ter adquirido o conhecimento necessário ao enfrentamento das violências que lhe faltava à época:

“Teve um dia que eu tive que ter uma crise aqui de grito de falar assim, oh, você para com isso! [...] Isso não está certo. [...] Por que você acha que a minha especialização, a minha qualificação vai te desqualificar? A gente tem que se somar, não se desqualificar, então eu senti isso muito, viu? Foi pouco não, e até hoje eu ainda sinto isso. Outra coisa, ah, você estudou tanto e só ganha isso? eu estudei bem menos que você e ganho quatro vezes mais que você! [...] Isso pra mim é muito perverso, né? Então assim, antes ele tentava, eh... me desqualificar nisso, ou seja, mesmo você estudando mais, mas eu sou melhor que você. [...] E, assim, eu acho ele muito machista. Nossa, ele detesta que eu falo, mas eu acho ele muito machista. E já melhorou, viu? Porque eu não dou corda e falo. [...] Eu hoje, eu me sinto livre, sabe? Em alguns momentos eu tinha medo, porque na verdade eu não sabia o que era a violência. Hoje não, ele tá muito prestando atenção, porque, ele sabe o que eu sei e antes não, né? [...] Mas logo no início do casamento a gente brigava muito, dava tanto tapa um no outro, era tanto murro, era, assim, era aquela confusão, é tanto que minha mãe dizia, meu Deus do céu, que é isso? Só que assim, não entendia como uma violência, eu não sabia que era, não sabia.” (Edna, 56)

Edna traz em sua fala, por mais de uma vez, o seu desconhecimento das

formas de violências que vivenciava com seu companheiro, apesar de até a sua mãe demonstrar estranheza no comportamento do casal. O que nos remete a pensar a complexidade e dificuldade que uma mulher submetida às violências no ambiente doméstico tem de identificar suas variadas formas e dimensões. Muitas vezes, sendo vista de forma naturalizada, pois lhe foi ensinada desde cedo que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, nos fizeram acreditar que “se estamos apanhando é porque demos motivo”, o que a sociedade tem a ver com isso? Por que então a mulher irá considerar injusta a violência que está sendo submetida se ela aprendeu a acreditar que fez por merecer? Assim nos foi ensinado, e essa desconstrução tem sido feita pelos feminismos.

De acordo com os estudos de Angelim e Glaucia Diniz (2009), através das lutas do movimento feminista foi se criando espaços de discussões, como também, condições para que violências como essa, citada por Edna, pudesse ser interpretada como um tipo de violência de gênero, “tornando ilegítimas as ações de homens e reivindicando a atuação do Estado para reconfigurar as relações de poder no espaço doméstico.” (ANGELIM; DINIZ, 2009, p. 263). Através desse tensionamento das feministas, a violência doméstica passou a ser considerada como um problema social, indo na contramão da forma naturalizada que a sociedade incorporou durante muito tempo.

No depoimento de Fran, apesar de afirmar não ter sofrido violência doméstica no seu casamento de mais de três décadas, recupera episódios em que era nítida a desigualdade que enfrentava no dia a dia da convivência com seu marido. A entrevistada destaca que:

“[...] Se você é mulher, ta num casamento, apesar de não sofrer violência doméstica, você acaba sofrendo as violências que as mulheres sofrem no geral, apesar de eu considerar minha relação bastante igualitária. Por exemplo, na divisão do trabalho doméstico, se eu for comparar meu marido com outros maridos ele é super trabalhador em casa, mas não é de igual pra igual, né? eu não consigo, por exemplo, planejar uma divisão de tarefas meio a meio. Ele, as vezes, pode até fazer bastante, até fazer mais que eu, mas é quando ele quer. Eu não consigo estabelecer uma rotina de divisão de trabalho doméstico, né? não sei se posso chamar isso de violência, mas é uma desigualdade. [...] Teve momentos que a gente

já viveu tensões sempre ligadas a, tipo, quando eu tava no movimento sindical que ele também era, mas quando eu entrei aqui mais profundamente, eu passava muitas horas fora de casa, né? não era como se eu tivesse o tempo todo aqui sem ter momentos de tensão. (Fran, 63)

O relato da pedagoga e funcionária pública Fran é bastante enriquecedor, pois ilustra bem a forma como a desigualdade de gênero funciona, cotidianamente, no ambiente privado. Ao analisar seu depoimento cabe destacar o quanto o atual contexto de Pandemia tem mostrado de forma muito mais evidente essa realidade. Num quadro de crise sanitária mundial em que há um número significativo de pessoas adoecidas e precisando de cuidados, momento em que o isolamento social foi imposto e que milhares de pessoas tiveram que ficar em casa, os trabalhos que já faziam parte da rotina de mulheres recaíram ainda mais sobre elas.

Fran destaca em seu relato que considera sua relação bastante igualitária, porém, ao detalhar a dinâmica na divisão das atividades revela estar longe do que seria o ideal, pois a contribuição do seu companheiro se revela bem aquém do esperado, contribuindo apenas quando sente vontade. Esse contexto acaba causando tensões, sobrecarga física e mental para a companheira, se caracterizado como um tipo de violência simbólica, visto que há um campo de submissão coletiva em que a mulher é colocada no lugar do cuidado, seja das atividades domésticas ou no cuidado com a família. Segundo os estudos da pesquisadora Letícia Maria Schabbach (2020), “o conceito de violência simbólica envolve a imposição de signos e valores culturais dominantes, que são, com frequência, depreciativos dos grupos sociais dominados. (p. 326)

O acúmulo de atividades e a sobrecarga de trabalho têm levado as mulheres à exaustão, pois lhes é destinada a tarefa de conciliar trabalho remoto remunerado, trabalho doméstico e cuidados com a família. É importante ressaltar que a partir dos estudos feministas, é possível saber que a origem dessa distribuição desigual de poder entre os sexos, não deriva “da natureza biológica do homem ou da mulher – ao contrário, ela é socialmente construída. Justamente por isso, temos no horizonte possibilidades de pensar na subversão e na superação de tais relações de poder.” (CASTRO; CHAGURI, 2020, p. 25). Sobre a discrepância dessa relação de poder entre homens e mulheres, e demonstrado o quanto essa desigualdade é gendrada,

Bárbara Castro e Mariana Chaguri (2020) consideram que nesse cenário,

As atividades da vida doméstica, como limpeza, preparo de refeições e atenção aos filhos, se confundem com as atividades com demandas variadas da vida profissional. [...] Enquanto o tempo e o espaço das atividades laborais dos homens tendem a ser preservados e respeitados, mulheres nas mesmas condições têm relatado a constância das interrupções pelas crianças e por outros membros da família, o que, no caso específico das professoras e pesquisadoras, torna impossível a concentração constante e duradoura que é exigida para o conjunto de tarefas que conformam o conteúdo de seu trabalho. (CASTRO E CHAGURI, 2020, p. 24).

Enquanto pesquisadora feminista, a assistente social Gilmara, relata sua militância contra o machismo e sexismo dentro do movimento negro, espaço político que acolhe as questões raciais, mas que por outro lado, continua reproduzindo violências de gênero. Nesse sentido, traz em seu depoimento, a sobreposição de atividades que mulheres negras são constantemente submetidas sob a justificativa dos discursos estereotipados que ainda têm sido associados à ideia de mulher forte e guerreira, o que Gilmara vem tentando desconstruir através da sua resistência dentro do movimento.

“Assim, em relação à violência no contexto do movimento negro, eh... tendo também mulheres negras eu conseguia perceber, né? Algumas nuances de machismo na relação com outros homens negros de movimento negro, né? Existe isso, mas aprendi com Lélia Gonzalez, né? [...] que dentro do movimento negro também existem os homens negros que querem esculachar, né? Que também querem, muitas vezes, orquestrar uma ideia de que a negra é forte e guerreira, porque infelizmente também reproduzem isso. Forte, guerreira né? Que tem que tá ali recebendo todas as demandas pra executar no contexto das nossas relações, né? [...] Eu tenho aqui uma outra prioridade e isso não vai minimizar nem menosprezar o meu papel, a minha função aqui nesse espaço. Dentro do movimento negro também, eh... eu percebo isso, né? Essas coisas, as vezes, de você tá transferindo demandas, porque acha que a mulher que tem facilidade de articulação, de comunicação eu ouço muito isso. [...] Pra carregar aquelas demandas todas, eu até posso, mas nesse momento eu não quero, porque eu tenho outras coisas pra fazer.”

(Gilmara, 34)

De acordo com o ponto de vista feminista, a experiência de mulheres negras no movimento negro desempenhou grande importância ao possibilitar uma abertura na discussão das dimensões de raça e gênero. Para a escritora brasileira Luiza **Bairros** (1995), “as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação política, uma não existe sem a outra.” (p. 461). Sobre a luta das mulheres negras contra as opressões raça/gênero, a filósofa Sueli **Carneiro** (2019), reitera essa discussão afirmando que a ação política do feminismo e do anti-racismo, vem possibilitando uma maior discussão envolvendo as questões raciais e de gênero na sociedade brasileira.

A tomada de consciência das mulheres negras das opressões de gênero foi um caminho longo. Segundo a pesquisadora Cláudia Cardoso (2013), ocorreu com base na “compreensão do racismo e da discriminação racial como determinantes para a exclusão das mulheres negras, pela participação nos movimentos de mulheres negras e pelo embate político com o feminismo hegemônico.” (CARDOSO, 2013, p. 2). De acordo com os escritos de Lélia **Gonzalez** (1988), no 1º Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1979, as mulheres negras levaram a importante discussão sobre a situação que vivenciavam dentro do movimento. Segue trecho em que a autora descreve a resolução que conseguiram aprovar no Congresso,

Finalmente aprovamos uma resolução sobre o que se poderia chamar de “dupla militância”. Isso significa que, externamente, nossa prioridade é a luta contra a discriminação racial. Nesse nível, as mulheres estão lado a lado com seus irmãos. Internamente, porém, as atividades das mulheres serão direcionadas à denúncia do machismo de nossos companheiros e ao aprofundamento das discussões sobre nós mesmas. Se realmente quisermos provocar o nascimento de uma nova sociedade, isso só pode ocorrer na medida em que nós próprias nos tornemos novos seres humanos; ou seja, apenas se resolvermos nossa alienação seremos capazes de transformar a sociedade que estamos denunciando. (GONZALEZ, 1988, p. 111).

Para a professora estudiosa das questões de gênero e raça, Kemberlé **Crenshaw** (2002), “quando as mulheres permitem que contestações às tradições culturais patriarcais dentro de suas comunidades sejam silenciadas, elas perdem a oportunidade de transformar práticas que são prejudiciais às mulheres em geral.” (p.

181). Fica evidente na fala de Gilmara, a importância da sua resistência enquanto feminista negra na luta contra as violências de gênero dentro da sua própria comunidade. Desse modo a discussão ganha espaço, dando visibilidade a violência política, tornando-se necessária e parte do movimento.

Assim como Gilmara, todas as outras entrevistadas trouxeram e descreveram aspectos importantes acerca das inúmeras violências as quais foram acometidas apenas por serem mulheres. Experiências únicas, mas com pontos que se entrelaçam na sua forma e permanência. A violência psicológica, sendo vista como ponto de partida para todas as outras formas de violência, está atrelada as relações hierarquizadas de poder e em cada narrativa foi possível observar sua dinâmica.

Alguns pontos são importantes ressaltar nessa categoria como a subjetividade do tempo, visto que cada uma das mulheres vivenciou o rompimento das violências em um tempo próprio, independente de já terem o reconhecimento enquanto feministas ou não; a resistência e vigilância constante às violências mesmo após o processo de identificação e superação, tendo em vista que o reconhecimento enquanto feministas não nos deixa imune a novas situações de violências.

Violência simbólica e política experienciada por Fran e Gilmara, psicológica por Laysa, física e psicológica vivenciada por Edna. E por fim, Marta que se viu envolvida em vários ciclos de violência doméstica nos seus quatro casamentos. Todas essas histórias de violências evidenciam a vulnerabilidade que enfrentamos nas relações familiares e amorosas cotidianamente, realidade que nos impõe uma vigilância constante. Frente às diversas realidades de mulheres que vivenciaram/vivenciam violências de gênero, atreladas aos estudos feministas, elas seguem compartilhando saberes no cotidiano a partir da troca com outras mulheres, direcionando a ação antes individualizada para o coletivo.

Para Joice **Berth** (2019), as experiências na prática têm nos mostrado a dificuldade que existe no “processo de empoderamento⁶ de um grupo, tendo alguns atores, ainda que conscientizados a respeito da existência da opressão, atuando de forma reducionista e cuidando apenas de erradicar aquilo que o aflige.” (p. 64). Esse é o modelo de empoderamento psicológico, visto apenas como mudança interna, individualizada, sem um compromisso coletivo de transformação. O que se mostrou

⁶ Os conceitos e significados do termo empoderamento serão trazidos com mais aprofundamento posteriormente.

não ser o caso das entrevistadas deste estudo.

A partir de uma análise crítica acerca da própria realidade, as mulheres desta pesquisa não apenas passam por uma conscientização a nível individual como adquirem autonomia, reconhecimento de si e autoconfiança, mas também, começam a considerar o coletivo enquanto um caminho possível de superação, luta e resistência. Abrindo espaço para a transformação política e social de outras mulheres, trocando saberes e vivências a partir de um lugar próprio de reconhecimento que antecede as teorias feministas, mas que ganham corpo a partir do pensamento e convicções feministas que são coletivas.

2. OS FEMINISMOS NO BRASIL: FEMINISTAS, LUTAS E CONQUISTAS

“Não nos juntamos para ficar contra os homens; juntamo-nos para proteger nossos interesses de mulher.”

(bell hooks, 2000)

Um dos primeiros livros que li sobre o pensamento feminista foi da professora e ativista bell **hooks**⁷ (2000), *O feminismo é para todo mundo*. Logo de início o título me levou a pensar em um feminismo abrangente, a que todas as mulheres tivessem acesso, sem distinção de raça, orientação sexual, classe, geração, como também, para os homens, afinal, todo mundo deveria conhecer no que consiste esse movimento. No entanto, a autora tece várias críticas acerca desse alcance e traz reflexões importantes sobre como este poderia ser. Se for isso o que deveria acontecer, por que não tem sido assim na prática? Nesse sentido, trago alguns questionamentos para a discussão. Mas, afinal, do que se trata o feminismo? Ele é universal? Alcança todas as pessoas da mesma forma? Bem, para responder a essas perguntas é necessário levar em conta, para além da sua definição, processos históricos, quem são as protagonistas envolvidas e, principalmente, a quem os feminismos se destinam.

As pessoas lidas como brancas já nascem portando privilégios. Essa leitura feita pela sociedade está totalmente influenciada por uma cultura racista que diz

⁷ Sobre bell hooks: A autora foi batizada como Glória Jean Watkins, adotou o nome bell hooks para homenagear sua bisavó Bell Blair Hooks. Sua escolha por escrevê-lo sempre com as iniciais em minúsculo é justificada como um ato político. Sua intenção é ressaltar a importância dos seus escritos para além do nome. (hooks, 2019).

como elas devem ser, o que podem ou não fazer, onde devem estar e de que forma se comportar, tudo isso olhando apenas a cor da pele. É nesse sentido que o feminismo hegemônico, composto majoritariamente por feministas brancas acabou por deixar de lado as mulheres negras, pois renunciar aos seus privilégios não estava em pauta. De acordo com Aparecida Bento (2002), “a discriminação racial teria como motor a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo sobre outro, independentemente do fato de ser intencional ou apoiada em preconceito.” (BENTO, 2002, p.3). Apesar de hoje termos feminismos que dialogam com as diferenças ainda existe muita discriminação dentro do movimento.

Primeiro é importante dizer que o movimento feminista ainda está em construção, cotidianamente, por diferentes mulheres, por isso não faz sentido falar, hoje, de um feminismo universal, porque não se encerra em um modelo único de mulher, e sim de mulheres. Para bell hooks (2000), “não existe um só caminho para o feminismo. Indivíduos de diferentes origens precisam de uma teoria feminista que dialogue com a vida que têm.” (p. 89). Porém, é preciso retomar um pouco dessa história para entender de que movimento está se falando, e o que o transformou.

No livro citado anteriormente, a autora traz logo em sua introdução o conceito de feminismo como sendo “um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão.” (hooks, 2000, p. 17). É um conceito importante e traz muito sentido, porque o sexismo é uma forma de discriminação com base na subjugação de um gênero em detrimento do outro, é o ponto central da estrutura patriarcal, a qual o movimento feminista tenta desconstruir. Ainda sobre esse conceito, Luiza **Bairros** (1995), vai afirmar que,

Feminismo é o instrumento teórico que permite dar conta da construção de gênero como fonte de poder e hierarquia que impacta negativamente sobre a mulher. É a lente através da qual as diferentes experiências das mulheres podem ser analisadas criticamente com vistas à reinvenção de mulheres e de homens fora dos padrões que se estabelecem a inferioridade de um em relação ao outro. (BAIRROS, 1995, p. 462).

Porém, existem muitas distorções que fazem dessa luta um grande desafio para o movimento alcançar as mulheres. No senso comum as feministas são vistas, muitas vezes, de forma estereotipada, sendo chamadas de “mal-amadas”, que “querem ser iguais aos homens”, ou até superiores, a ideia de feminista como antônimo de feminina, “anti-homens”. Muitas fantasias foram forjadas nesse longo

caminho e ainda permeiam o imaginário social nos dias de hoje, dificultando a repercussão do movimento e criando um mal-estar diante de grupos conservadores.

Se intitular feminista é um processo complexo, pois, além dos estereótipos descritos anteriormente, o sexismo também pode ser reproduzido pelas mulheres, ou seja, tornar-se feminista requer uma desconstrução diária de pensamento pelas próprias mulheres, afinal, nós não estamos alheias à reprodução do sexismo por justamente vivermos numa sociedade de estrutura sexista. Nesse sentido, “feministas são formadas, não nascem feministas. Uma pessoa não se torna defensora de políticas feministas simplesmente por ter o privilégio de ter nascido do sexo feminino.” (hooks, 2000, p. 23).

De fato, a desconstrução do pensamento sexista é um processo que requer uma nova forma de ver as relações de dominação masculina e de se relacionar com o mundo. A autora critica a ideia de um feminismo sem autocrítica e sugere que as feministas devem confrontar o seu sexismo interno, pois sem isso só causarão mais prejuízo. Esse argumento se tornou urgente e necessário para “compreender a maneira como a dominação masculina e o sexismo, expressos no dia a dia conscientizou mulheres sobre como éramos vitimizadas, exploradas e em piores cenários, oprimidas.” (hooks, 2000, p. 18).

Os feminismos são formados por mulheres autodeclaradas feministas de diferentes raças, classe social, idade e sexualidade, que acreditam na luta política a partir de ideais comuns, como também, específicos a cada grupo que buscam por justiça de gênero e reivindicações sociopolíticas. Para a autora “não existe um só caminho para o feminismo. Indivíduos de diferentes origens precisam de uma teoria feminista que dialogue com a vida que têm.” (hooks, 2000, p. 89).

Para a intelectual feminista Sonia Alvarez (2014), que vê os feminismos enquanto campos discursivos de ação, “em efeito, o poder, os conflitos, as lutas interpretativas, as disputas político-culturais também são elementos constitutivos do campo feminista.” (ALVAREZ, 2014, p. 19). Campo que objetiva a luta contra as formas de opressão e discriminação, o posicionamento contra as desigualdades de gênero e violações de direitos básicos como o direito ao espaço público, a cargos políticos, direitos reprodutivos assegurados, entre outras demandas extremamente importantes que tem feito parte de toda essa luta política e social. Ainda sobre o movimento feminista, para Sônia Alvarez citada por Ana Alice Costa (2005),

O movimento feminista, apesar de inserir-se no movimento mais amplo de mulheres, distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado, e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não-existência de esferas de decisões hierarquizadas. (ALVAREZ, 1990 *apud* COSTA, 2005, p.2)

Na história oficial do movimento feminista, a narrativa aceita foi contada por mulheres brancas renomadas, sendo legitimada e reproduzida como universal, deixando muitas lacunas para as gerações posteriores. Enquanto algumas vozes foram ouvidas e reverenciadas, outras foram silenciadas, tendo suas experiências subestimadas, ficando à margem por omissão de histórias não contadas. Para a Cláudia Cardoso (2013), “as mulheres negras, as trabalhadoras, as brancas pobres não foram vistas e aceitas como iguais, tampouco suas experiências de enfrentamento do sexismo foram respeitadas.” (p. 9). O pensamento feminista é uma teoria em construção e permanente desconstrução, cabe seu constante questionamento através de análise crítica para, assim, explorar novas possibilidades, e não reproduzir opressão e ainda mais violências.

O feminismo hegemônico, apresentado como modelo universal foi dividido a partir de ondas para demarcar um período histórico do outro. Quem ficou a margem das ondas e qual protagonismo foi omitido pela historiografia brasileira? É o que trarei a seguir, mas para isso nem sempre serei linear quanto aos períodos históricos. Trazer mulheres notáveis que ficaram à margem é o objetivo principal, algumas aparecerão em épocas distintas, podendo trazer uma ideia de anacronismo, mas a intenção aqui é apenas dar visibilidade às mulheres apagadas pela história. Acerca da presença da militância de mulheres negras no final da década de 1970, Sonia Alvarez (2014), destaca que,

[...] Muitas entre as “outras” do feminismo hegemônico logo também trilharam caminhos próprios. Já no final dos anos 70, por exemplo, algumas mulheres militantes articuladas no interior do movimento negro faziam as suas próprias reflexões sobre a subordinação da mulher, o feminismo, e a sua relação com o racismo. (ALVAREZ, 2014, p. 23).

O movimento feminista organiza-se, inicialmente, no final do século XVIII, mas ganha amplitude a partir do século XIX em países europeus. Surge a partir de inquietações, tensões e reivindicações de mulheres brancas pelo fim do isolamento

doméstico, em decorrência da Revolução industrial, princípios da Revolução Francesa, como também, de ideais iluministas⁸. Esse período ficou conhecido, mundialmente, como primeira fase do movimento feminista, chamado de primeira onda, mobilizando grupos de mulheres de diferentes partes do mundo como os Estados Unidos, países europeus e latino-americanos. No Brasil, teve seu início no início do século XIX, “as mulheres, na maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas numa rígida indigência cultural. Urgia levantar a primeira bandeira, que foi a de aprender a ler e escrever, até então, reservada ao sexo masculino.” (SILVA, 2008, p.2).

Essa primeira fase foi marcada pela luta sufragista caracterizada, principalmente, por reivindicações como a luta pelo direito ao voto e ao acesso à educação para as mulheres. É um feminismo que pregava a igualdade de direitos de trabalho, estudo, posição social entre homens e mulheres. Essas feministas acreditavam na igualdade moral e intelectual entre os sexos. O direito ao trabalho de forma igualitária e as questões sociais ligadas à família como a maternidade, também caracterizavam esse primeiro período histórico. (SILVA, 2008). De autoria da filósofa e escritora branca, Mary Wollstonecraft, o livro *A Vindication of the Rights of Woman* (Uma reivindicação dos direitos da mulher) de 1792, é conhecido com grande pioneirismo nessa época, a obra vem reivindicar os direitos políticos das mulheres.

No Brasil, Bertha Lutz, cientista, branca de classe alta que inicia sua luta pelo voto em 1910 é conhecida como protagonista entre as brasileiras sufragistas. No entanto, apesar de serem de épocas distintas, é importante destacar a presença da nordestina e feminista Dionísia Pinto Lisboa, conhecida por Nísia Floresta, primeira brasileira a publicar textos importantes na grande imprensa, um grande nome que surge ainda no século XIX. Em 1832, publica uma tradução livre cultural da obra de Mary Wollstonecraft, o livro chamado *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. Sua tradução ganha importância por trazer uma perspectiva da cultura nacional. Segundo Alana Oliveira, (2015), Nísia lutou durante muito tempo a favor do acesso a uma educação de qualidade para mulheres, uma educação inovadora que não só ensinasse a bordar e boas maneiras, mas ciências naturais, sociais, matemática, línguas e artes. Sobre a obra de Nísia Floresta, Oliveira (2015), salienta que:

⁸ Iluminismo ou dos iluminismos, a saber, a universalidade da razão, da liberação dos preconceitos, o horizonte de emancipação [...] (PETIT, 1993 *apud* COSTA, 2005, p.17).

Traduzir a obra de Wollstonecraft, levando em consideração a cultura, os atores e os problemas locais, deixava a obra com mais identidade. Afinal, o projeto de Nísia Floresta era falar sobre a situação das mulheres no Brasil de 32, e não simplesmente traduzir os ideais feministas europeus. [...] Ponderar diante das necessidades da mulher brasileira, através de uma epistemologia que fala da margem para o centro, que coloca a periferia como o lugar do discurso, do saber e da práxis social, num exercício contra hegemônico, foi a opção encontrada por Nísia Floresta para apresentar um produto com origem no Brasil. (OLIVEIRA, 2015, p.20).

Apesar de a história trazer de forma bem demarcada esses períodos de luta, divididos em ondas, principalmente de protagonismo branco, existiam outras vozes que já vinham contribuindo nesse processo como é o caso das militantes negras. A partir dos estudos de Ana Alice Costa (2005), a história hegemônica traz o discurso de um movimento feminista perdendo força nos anos de 1930, mas reaparecendo trinta anos depois na efervescência de 1960, ressurgindo “em torno da afirmação de que *o pessoal é político*”. (COSTA, 2005, p. 2). Porém, a partir dos achados das pesquisadoras Tauane Silva e Gleidiane Ferreira (2017), há evidências de que nesse meio tempo havia mulheres negras lutando de forma individualizada ou em pequenos grupos por direitos políticos e sociais em meio à repressão política que se instalara naquela época. Desse modo, para as autoras:

Os anos 1950 foram marcados por uma grande mobilização das mulheres brasileiras em torno de associações e conselhos, congressos nacionais e internacionais, campanhas pela paz, pela infância e contra a carestia. Elas se envolveram em muitas campanhas cívicas e se engajaram contra a repressão política que caracterizava esse momento, especialmente com a chamada ‘Guerra Fria’. (SILVA; FERREIRA, 2017, p.1017).

Houve um marco de mobilizações importantes de mulheres negras nesse cenário político. Eram “numerosas nas reuniões da Convenção Feminina de Vitória, organizada pela Federação de Mulheres do Brasil; e, também, nas reuniões da Associação Feminina do Distrito Federal e da União Feminina do Morro da Favela.” (SILVA E FERREIRA, 2017, p.1017). Muitas são as ativistas negras que lutaram em prol do direito das mulheres nesse cenário brasileiro. Trago agora algumas dessas protagonistas. São elas, a feminista e militante, Maria Rita Soares de Andrade, a comunista Maria Brandão dos Reis e a médica Maria José Camargo de Aragão. São três histórias de luta muito importantes nesse cenário político, porém, nesse estudo o enfoque será dado à primeira delas, Maria Rita.

Ainda em 1929, enquanto secretária e assistente jurídica, Maria Rita

contribuiu junto com Almerinda Gama na construção da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), foi a primeira juíza federal do Brasil a trabalhar na defesa de pessoas acusadas de subversão no período de ditadura militar dos anos 1937-1945. Além de atuar no jornalismo e ter várias obras publicadas, engajou-se a favor do ingresso de mulheres em carreira diplomática, cargo só para homens à época. Em 1954, Maria Rita candidatou-se ao cargo de Deputada Federal por um partido de orientação conservadora. Apesar de militante que lutava pelo direito das mulheres, tinha uma posição política conservadora, assumindo um modelo de feminilidade e moralidade exemplar, o que acabou lhe rendendo uma “boa reputação” diante da sociedade. Segundo as autoras Tauane Silva e Gleidiane Ferreira (2017), a partir das experiências de luta dessa militante, pode-se dizer que sua trajetória,

[...] É atravessada por constantes negociações no cenário político, sempre sob a retórica da mulher lutadora, sensível, católica e humana, características que apareciam na imprensa carioca como “prova” de sua qualidade como mulher. É fundamental destacar que esses usos certamente foram fundamentais para a vida pública de Maria Rita, já que essa “feminilidade”, que simbolicamente representava a branquitude e a experiência de vida das mulheres de classe média e alta no Brasil, era recorrentemente dissociadas da imagem das mulheres negras. (SILVA; FERREIRA, 2017, p.1022).

Após um período de desarticulação do movimento feminista em que, segundo Ana Alice Costa (2005), não significou a exclusão de movimentos políticos, “as mulheres se organizaram em clubes de mães, associações de combate ao aumento do custo de vida, nas associações de bairros, nas lutas por demandas sociais [...] direito a terra e à segurança.” (p.3). A segunda fase do feminismo, segunda onda, surge no Brasil por volta dos anos de 1960 e veio ganhar maior força em 1964, período de ditadura civil militar, que se tratou de um golpe militar caracterizado pela cassação de direitos políticos, censura, prisões arbitrárias, tortura e exílio.

Essa corrente baseará suas análises enfatizando “o modo de reprodução, a família, a questão da sexualidade, da violência sexual e dos direitos sobre o corpo.” (SARDENBERG, 2004, p. 9). Essa fase vai priorizar a luta contra o patriarcado, como também, o direito ao corpo e ao prazer. O feminismo radical salienta que a “*emancipação* ou a *igualdade* em termos masculinos não é o suficiente, uma revolução total das estruturas sociais e a eliminação dos processos do patriarcado são essenciais.” (ROWLAND; KLEIN, 2013). Feminismo marxista ou socialista e

feminismo liberal são as outras duas correntes presentes. Acerca dessas outras duas correntes feministas, Cecília Sardenberg (2004) explica:

O feminismo liberal tinha muito menos interesse em explicações sócio-estruturais, enfatizava (e ainda enfatiza) principalmente a questão do preconceito, da discriminação, lutava por igualdade de direitos, era bem modernista nesse sentido. Assim, enfatizava os estudos sobre a mulher no mercado de trabalho, mulher e política, mulher e educação. [...] O socialista, com a sua fundamentação na teoria marxista, voltava-se mais para a análise da exploração sexual, da exploração da mulher pelo capitalismo. As discussões centravam-se, sobretudo, na questão do trabalho doméstico no capitalismo, nunca tratada por Marx, nem por Engels. Foram debates calorosos, com trabalhos importantes, contribuições de grande valia para se entender melhor como o capital se beneficia do sexismo. (SARDENBERG, 2004, p. 8).

Nesse período de ditadura militar brasileira, muitas mulheres tiveram que se exilar em outros países, passando a ter forte influência dos movimentos feministas europeus. Nesse contexto, os primeiros grupos feministas brasileiros vão aparecer por volta de 1972 na cidade de São Paulo. Eram grupos fechados que se reuniam na casa das pessoas, apenas no âmbito do privado, e eram chamados de grupos de reflexão ou conscientização. (PINTO, 2003). As temáticas dos encontros eram variadas, desde a menstruação a questões sociais e políticas que eram discutidas a partir do compartilhamento de experiências individuais e coletivas.

As demandas abordadas pelas mulheres se confundiam entre o que era privado e o público, é nesse contexto que surge o *slogan* cunhado pela ativista e autora feminista Carol Hanish (1969), “o pessoal é político”, o que vai caracterizar essa segunda fase do movimento. Uma parcela dos movimentos de mulheres brasileiras nos anos 70 e 80 [...] “nasceu dos grupos de vizinhança nas periferias dos grandes centros urbanos. As mulheres dos bairros populares construíram uma dinâmica política própria.” (SOARES, 1995, p.39). Segundo Ana Alice Costa (2005), a bandeira de que o pessoal é político, chama a atenção para o caráter político da opressão das mulheres,

[...] O feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política. (COSTA, 2005, p.2).

Trazendo os estudos de Melanie Marques e Kella Xavier (2018), um dos nomes que ganhou muita visibilidade durante essa fase foi o da filósofa branca Simone de Beauvoir com o livro *O segundo sexo* (1959). Sua famosa frase “a mulher não nasce mulher, torna-se mulher”, ganha fama em todo o mundo. Nessa obra ela traz reflexões acerca do gênero como construto social, pois, para ela, está relacionado ao que o indivíduo se torna e não sob uma análise essencializada. A estado-unidense branca Betty Friedan, com o livro *A mística feminina* (1963), é outro nome de grande repercussão nesse cenário. A ativista americana Kate Millet, ganha destaque ao publicar o livro *Política Sexual* (1970), no qual fazia uma análise histórica das relações entre os sexos e da relação de poder prevalente em todas as culturas.

Essas obras trazem uma importante contribuição para o movimento feminista nos anos de 1960 a 1980 que passa a incluir nas lutas novas discussões acerca da sexualidade, construção social de dominação/subordinação e opressão. (MARQUES; XAVIER, 2018). Segundo as pesquisadoras Melanie Marques e Kella Xavier (2018), “o movimento passa a adquirir novas características e as reivindicações [...] passam também a questionar e a estudar o que causa essas desigualdades.” (p.5). Apesar de existir registros das lutas de mulheres no Brasil há décadas, a historiografia traz o ano de 1975 como referência para demarcar o desenvolvimento do movimento feminista no país.

De acordo com a escritora Celi Pinto (2003), o marco desse período se sustenta na decisão da ONU (Organização das Nações Unidas) em definir aquele como o Ano Internacional da Mulher, e com isso as questões relacionadas à temática ganharam mais destaque. Dentre alguns marcos históricos está a criação do SOS mulher, primeiro grupo de combate à violência contra as mulheres, inaugurado em 1981. Em 1985 foi criada a primeira delegacia especializada para as mulheres, que anos mais tarde já somavam 141 em várias regiões do estado brasileiro.

A partir dos anos de 1990 entra em cena a chamada terceira onda do feminismo, alavancada e influenciada pelas ideias de Judith Butler com a sua obra *Problemas de gênero* (1990). Essa fase é marcada por críticas à segunda onda e por grandes transformações no pensar e fazer feminista, por muito tempo marcado pelo classismo, racismo e homofobia. É o momento em que se critica a visão universal da mulher, questionando e denunciando a exclusão no movimento.

(MARQUES; XAVIER, 2018). Pensando a categoria mulher não apenas como ótica da opressão de gênero, mas sim, a partir de opressões distintas, trazendo à discussão mulheres negras, lésbicas, transexuais. Passou-se, então, a direcionar o olhar para as interseccionalidades, voltando-se para as questões de raça, classe e sexualidade, categorias que não poderiam continuar sendo analisadas de forma isolada, mas de modo transversal. Acerca dessa fase do feminismo Ana Alice Costa (2005), explicita muito bem ao salientar que,

No início dos anos 1990 se multiplicaram as várias modalidades de organizações e identidades feministas. As mulheres pobres articuladas nos bairros através das associações de moradores, as operárias através dos departamentos femininos de seus sindicatos e centrais sindicais, as trabalhadoras rurais através de suas várias organizações começaram a autoidentificar-se com o feminismo, o chamado feminismo popular. As organizações feministas de mulheres negras seguem crescendo e ampliando a agenda política feminista e os parâmetros da própria luta feminista. (COSTA, 2005, p. 8).

Concordo com Djamila Ribeiro quando ela afirma que “existe ainda, por parte de muitas feministas brancas, uma resistência muito grande em perceber que, apesar do gênero nos unir, há outras especificidades que nos separam e afastam.” (RIBEIRO, 2018, p.35). As mulheres negras sempre estiveram em suas lutas diárias pela sobrevivência antes de sequer se pensar no termo feminismo, seja de forma individualizada ou em pequenos grupos. Antes mesmo da luta das feministas pelo sufrágio, mulheres escravizadas já questionavam acerca do seu não lugar na sociedade, batalhando pela sobrevivência e reivindicando sua existência enquanto ser humano.

A ativista abolicionista Sojourner Truth é um dos nomes desse período com o seu famoso discurso *E não sou eu uma mulher?* Pronunciado em 1851 na Convenção dos Direitos da mulher em Ohio, seu discurso desafiador revelou sua indignação e descontentamento acerca do não lugar social e invisibilidade atribuído às mulheres negras à época. Trago aqui um pequeno trecho deste emocionante discurso retirado do livro *Quem tem medo do feminismo negro* (2018), da escritora Djamila Ribeiro,

“Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal, e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço!

Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou eu uma mulher? Consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem — quando tinha o que comer — e aguentei as chicotadas! Não sou eu uma mulher? Pari cinco filhos, e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou eu uma mulher?” (TRUTH, 1851 apud RIBEIRO, 2018, p.34).

O feminismo hegemônico brasileiro, representando apenas mulheres brancas e burguesas, incomodou as ativistas negras e de classe mais baixa que foram excluídas das agendas do movimento, o que Lélia **Gonzalez** (2011), apresenta como racismo por omissão, o que significa dizer que houve um apagamento das mulheres negras e pobres dentro do movimento. “Desde a década de 1970, militantes negras estadunidenses como Beverly Fisher denunciavam a invisibilidade das mulheres negras dentro da pauta de reivindicação do movimento.” (**RIBEIRO**, 2018, p.29).

Apesar das lutas e conquistas, esse modelo de feminismo hegemônico só cabia as mulheres brancas e burguesas, desse modo, havia um esquecimento das opressões raciais e de classe, pois as discussões sobre saúde, trabalho e violência a essas mulheres eram negligenciadas. A partir de tensões e questionamentos, fez-se necessário e urgente a reinvenção desse modelo para que fosse incluídas nas pautas novas categorias de análise. De acordo com os estudos feministas, as mulheres negras precisaram desafiar e desconstruir a categoria mulher, até então vista como universal. “Uma intervenção crítica que produziu uma revolução profunda no pensamento feminista e realmente questionou e perturbou a teoria feminista hegemônica produzida principalmente por acadêmicas brancas em sua maioria.” (**hooks**, 2013, p. 88).

Diante desse contexto de constante insatisfação é demarcado pela historia oficial o surgimento do feminismo negro. Para o pensamento feminista negro é importante que se tenha uma conexão entre teoria e prática, pois as construções desse pensamento e seu aprofundamento precisam estar conectados com a militância. Nas palavras de bel hooks, “não existe brecha entre a teoria e a prática. Com efeito, o que essa experiência mais evidencia é o elo entre as duas – um processo, que em última análise, é recíproco, onde uma capacita a outra.” (**hooks**, 2013, p. 85). Para a filósofa e escritora Sueli **Carneiro** (2019),

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas

demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras. (CARNEIRO, 2019, p. 3).

Diante de pressões dos movimentos feministas frente às violências contra as mulheres - discussão que surge a partir dos anos de 1970 - a sociedade começa a questionar os casos de violência, alcançando seu auge em 1980, a partir do pressionamento dos movimentos sociais. Nesse momento, o movimento feminista se engaja em várias lutas, assim, o tema mais emblemático desse período, discutido em estudos e trabalhado pelas feministas, gira em torno do combate e enfrentamento às violências contra as mulheres, principalmente a violência doméstica. (DINIZ; RIBEIRO; PEREIRA, 2010).

Os estudos sobre violência se desenvolvem nesse mesmo período e são consequência das mudanças políticas que estavam acontecendo no país, o movimento de mulheres se desenvolve em paralelo ao processo de redemocratização. De acordo com os achados de pesquisadoras brasileiras, só a partir da década de 1970 que o reconhecimento das mulheres como cidadãs e dignas dos direitos humanos é feito. Nesse sentido, “a politização da violência contra as mulheres teve nos palcos de debates da Organização das Nações Unidas (ONU) um apoio decisivo para pressionar os governos do mundo.” (DINIZ; RIBEIRO; PEREIRA, 2010, p. 265).

Através de mobilizações foram realizados protestos, assembléias, encontros, campanhas, seminários, entre outras. “O SOS Corpo de Recife, aberto em 1978, e o SOS Mulher de São Paulo, aberto em 1980, foram organizações pioneiras na elaboração de políticas de atendimento, conscientização e proteção de mulheres.” (ANGELIM; DINIZ; PEREIRA, 2010, p. 264). A partir de décadas de reivindicações e da preocupação acerca do alto índice de violências e mortes de mulheres por parceiros íntimos, as feministas coordenaram várias campanhas para o combate às violências contra as mulheres. Para as autoras,

Sem esse esforço político e histórico seria impensável a definição de uma agressão perpetrada por um cônjuge como um ato de violência passível de sanção penal. Na medida em que o movimento feminista demandou do

Estado uma definição específica da violência contra as mulheres e ações direcionadas ao seu controle e erradicação, foram viabilizadas as condições para que mulheres, individualmente, percebessem e denunciasses a violência que sofriam. (ANGELIM; DINIZ; PEREIRA, 2010, p. 263).

Em 1985 foram criados o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM's). As delegacias especializadas tiveram papel importante na proteção das vítimas e punição dos agressores nos casos de violência. Diante da complexidade das ocorrências e das dificuldades vivenciadas por muitas mulheres em manter a denúncia, como forma de facilitar a proteção e segurança nesses casos, foram criadas as Casas Abrigo, como também, as Defensorias Públicas das Mulheres.

Em 1994 aconteceu a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Doméstica – Convenção de Belém do Pará, momento importante que favoreceu a criação de leis para o combate à violência doméstica nas Américas. Porém, apesar da criação desses órgãos, as vítimas ainda tinham dificuldade em manter as denúncias feitas aos agressores. Os motivos são complexos e distintos, umas por medo, por sofrerem ameaças, outras por estarem emocionalmente dependentes e presas no ciclo da violência, o que trarei mais adiante.

Com características de ministério, em 2002 foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM, e o Brasil passou a ter em 2003 a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, uma grande conquista que tem por finalidade “estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência” [...] (BRASIL, 2011, p. 09). No ano seguinte é criada a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher (PNAISM) sendo um dos seus princípios a discussão sobre violências. (BRASIL, 2004).

A partir da intervenção da SPM junto aos parlamentares e movimentos sociais foi criado o projeto de lei que originou a Lei Maria da Penha. Segundo os achados de Angelim e Glaucia Diniz (2010), diante desse contexto de criação de políticas públicas conquistadas pelas lutas feministas, é importante destacar que

O apoio social, as campanhas de conscientização, as agências especializadas e as DEAM's permitiram que o problema da violência contra as mulheres pudesse ser contextualizado num espectro social mais amplo

de afirmação de direitos e de dignidade da pessoa humana, viabilizando que o espaço doméstico fosse objeto de atenção pública e que o sofrimento pessoal das mulheres se tornasse objeto de intervenção do Estado. (ANGELIM; DINIZ, 2010, p. 265).

Na lei orgânica de nº 8.080/90 houve uma importante alteração com o objetivo de garantir o atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica. Essa lei de nº 13.427 foi implementada em março de 2017 com o intuito de assegurar o atendimento, como também, o acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras. (BRASIL, 2017).

Foram muitos anos de luta, avanços e retrocessos para que hoje se tivesse um movimento forte, com compromisso social, crítico e interseccional. A luta das mulheres ainda continua firme, porém em outros moldes. Hoje já se tem falado em uma quarta onda, é o que vêm estudando algumas teóricas feministas. “A quarta onda⁹ no Brasil tem sido caracterizada a partir de três traços principais: a mobilização construída e divulgada na internet, a interseccionalidade e a atuação por meio de coletivos.” (PEREZ; RICOLDI, 2018, p. 5).

Na era do amplo acesso à internet e do ápice das redes sociais, esse, de fato, tem sido um novo espaço de diálogo e discussão para as feministas na atualidade, principalmente entre as mais jovens. As discussões acolhem todo tipo de demanda, fala-se sobre as várias opressões vivenciadas por grupos distintos. Entre *likes* e cancelamentos de pessoas com opiniões contrárias e compartilhamentos de *hashtags* feministas, as temáticas discutidas entre as feministas na contemporaneidade têm sido sobre “identidade e corpo [...] visibilidade da questão trans e da gordofobia, [...] novos ativismos em torno de questões ainda não resolvidas, mas já levantadas em outros momentos do feminismo: violência (estupros coletivos, assédio em transportes)”. (SOLLE, 2015 *apud* PEREZ; RICOLDI, 2018, p. 5). Ainda acerca dos feminismos, Leone Walker (2009) destaca que,

“Havia muitos tópicos na agenda feminista há quase 40 anos que ainda precisam ser resolvidos. Estes incluem os direitos das mulheres de controlar seus próprios corpos, incluindo se e quando reproduzem filhos, igualdade de mulheres e homens na força de trabalho com salário igual para trabalho igual, remoção do chamado ‘teto de vidro’ no mundo corporativo que só permite que algumas mulheres

⁹ Sobre a quarta onda dos feminismos, ver, também, (TAVARES; CRUZ, 2019).

cheguem ao topo e livre da violência na comunidade e em sua casa.” (WALKER, 2009, p.25, tradução minha¹⁰).

Como já mencionado nesta pesquisa a história oficial do movimento feminista traz muitos silenciamentos, longos períodos de discriminação racial e de classe, o que tem nos convocado a rever, cotidianamente, produções e práticas. O feminismo é plural e deve ser para todas as mulheres, levando em consideração posicionamentos políticos de inclusão, justiça social e equidade de gênero. Nesse sentido, essa luta política perpassa, principalmente, pela mudança de mentalidade e, conseqüentemente, de comportamento de uma sociedade historicamente produtora de opressões e violências.

O feminismo negro nos traz diversas contribuições para se pensar uma sociedade antirracista. Os escritos de Sueli **Carneiro** (2005) ressaltam que as reivindicações e lutas conduzidas pelas mulheres negras contra as opressões raciais, de classe e gênero, “vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.” (**CARNEIRO**, 2005, p. 2) Nesse sentido, para as feministas de raça branca é de crucial importância estar atentas a sua atuação nos feminismos, e principalmente, pensando e articulando, cotidianamente, de modo crítico, atitudes e práticas numa perspectiva antirracista.

2.1 Conhecendo o feminismo, o primeiro contato

"O que eu queria era ser aceita ali naquele espaço".
(*Fran Schiavo*)

Como visto anteriormente, os estudos feministas destacam a importância que os grupos de conscientização tiveram no início do movimento, pois tinham como objetivo principal a abertura de discussões críticas entre as mulheres acerca das opressões de gênero, avaliação do sexismo, mudança de crenças das participantes do grupo, e criação de estratégias de luta sócio-política. Essa era uma das formas

¹⁰ Do inglês: There were many topics on the feminist agenda nearly 40 years ago that still need to be resolved. These include women's rights to control their own bodies, including whether and when they reproduce children, equality of women and men in the workforce with equal pay for equal work, removal of the so-called 'glass ceiling' in the corporate world that only allows some women reach the top and free from violence in the community and in their home.

que as trocas aconteciam. De acordo com a escritora e intelectual bell **hooks** (2015), “a conscientização feminista revolucionária enfatizou a importância de aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação, como ele se institucionalizou e como é disseminado e mantido”. (p. 18). Nessa categoria vamos perceber o primeiro despertar ao pensamento crítico feminista, como este foi adquirido e como se deu essa troca de conhecimento.

Ao refletirem sobre seu encontro com os feminismos, as entrevistadas trazem vivências a partir de trajetórias diversas, partindo de pontos de referências distintos. Seja a através do convívio pessoal com violências sofridas em casa, ou de outras mulheres na esfera pública, seja através de estudos e influência de feministas mais antigas, ou a partir do incômodo em perceber sua condição enquanto mulher em sociedade. Todas trazem, a sua maneira, seu ponto de partida nesse processo, e como essa influência de pensamento as impactou, pessoal e politicamente.

Laysa conta que seu primeiro contato com os feminismos se deu a partir de um caso emblemático de violência de gênero ocorrido no Brasil em 2008 e que a mobilizou muito. Um acontecimento que pôde ser acompanhado pela população, pois a mídia transmitiu amplamente em todas as redes de televisão:

“O primeiro contato da minha vida que eu tive com o feminismo marcou pra mim, porque foi um caso emblemático nacional que foi o caso Eloá. [...] E eu tinha uma colega de trabalho que era feminista. [...] E aí o que é que aconteceu? Aconteceu esse caso Eloá que foi um caso emblemático no país inteiro, acho que foram um ou dois dias de cárcere e aí as pessoas foram se mobilizando e aí tiveram diversos erros midiáticos que culminou na morte dela, ne? e no tiro da amiga dela e aquilo me mobilizou muito, porque eu tava trabalhando e essa minha colega de trabalho foi discutindo comigo sobre isso, ela foi falando eh... Na época ainda a gente não entendia o termo feminicídio, ne? [...] E aí eu lembro que essa minha amiga ela participava de grupos que auxiliavam mulheres em situação de prostituição na Estação da Luz e ela contava alguns relatos de algumas situações de exploração, exploração sexual, me contava de casos que o movimento feminista que ela estava ajudava vários tipos de mães solteiras ou então que tinham sido agredidas. Naquela época a lei Maria da Penha era meio que recente [...] E aí eu

trabalhando com ela, ela discutia comigo sobre isso e aquilo foi me inquietando. Só que me inquietou não a ponto de eu me entender enquanto feminista mesmo, entendeu? Foi me inquietando aquelas reflexões que ela foi atravessando, foi me fazendo alguma movimentação interna, né?” (Laysa, 34)

Para a socióloga Sonia Alvarez (2014), os discursos feministas se constituem em “um universo de significados que se traduzem ou se (re) constroem ao fluir ao longo de diversas teias político-comunicativas, norteando as estratégias e identidades das atoras/es que se coligam nesse campo.” (p. 7). Apesar de ainda não ter se identificado enquanto feminista nesse primeiro momento a influência do discurso na figura da sua colega de trabalho diante de um episódio trágico de violência de grande repercussão, despertou Laysa para os ideias políticos do feminismo. Discurso que começou a dar sentido as suas inquietações enquanto mulher que também já vivenciou uma série de violências.

A assistente social Marta, assim como Laysa, viu sua aproximação com o feminismo se relacionar com a própria história de vida, através das opressões que vivenciava junto às outras mulheres do seu ciclo familiar a partir de um modelo de educação patriarcal reproduzida pelo seu pai. Diante disso, percebia que tinha algo errado na forma que a família estava estruturada e se organizava. Porém, na época, ainda muito jovem, lamenta não ter encontrado o suporte necessário de outras vozes para seu enfrentamento:

“Quando eu passei a conhecer o feminismo teoricamente, né? através do movimento, através das falas das feministas, através de conhecer, através de conhecer as feministas, né? esse conhecimento se relacionou com a minha história, né? de adolescente, de jovem. Só que na adolescência e na juventude você não encontra um aparato assim, né? [...] eu não encontrei pares, outras mulheres, não tinha adolescente feminista, não tinha jovens feministas, então a errada era eu, né? a gente se vê sozinha então o problema tava em mim, não no que tava ali já naturalizado, era assim mesmo, né? que acontece a organização das famílias na sociedade, aí depois que a gente vai compreendendo. Então na adolescência e na juventude a educação patriarcal me silenciou, então por mais que

eu sentisse incomodada, revoltada, indignada com as posições da educação patriarcal, conservadora da minha família eu não podia reclamar, né? eu dava sinais de que não aceitava, mas não podia, porque se não existia, evidentemente, um silenciar até com a violência, né? Então segui o tempo mesmo exercitando a obediência.”(Marta, 53)

No relato de Marta, pôde-se perceber o despertar para as opressões e um olhar crítico a partir da realidade que vivenciou desde muito cedo. A escritora brasileira Joice **Berth** (2018), ressalta que “o fato de um sujeito pertencente a um grupo oprimido ter desenvolvido pensamento crítico acerca da sua realidade, não retira a dimensão estrutural que lhe coloca sob situações degradantes”. (p.43). Marta é silenciada pela violência e permanece em posição de subserviência e de readequação ao modelo de comportamento imposto na educação da sua família. Nesse sentido, apesar de ter um movimento importante de compreensão crítica acerca das suas vivências, ainda não há uma ação política nesse despertar que altere essa realidade.

Porém, na história de Fran, apesar de haver semelhanças com a de Marta por assumirem posições questionadoras, e serem contra as ordens estabelecidas na sociedade desde muito cedo, a forma de lidar com as opressões se diferenciam a partir do momento em que Fran parte para a ação política, a fim de alterar sua realidade. Nesse trecho conta sobre como sua atitude insubmissa, ainda na adolescência, de questionar o que era posto e lutar pelo lugar que considerava de direito, levou-a a conquistar um espaço que era visto até ali apenas para os homens:

“Eu fiz um intercâmbio quando era adolescente nos EUA e na escola você escolhe as disciplinas, né? que você faz. E eu lembro que eu escolhi marcenaria como uma das disciplinas, e na minha casa o meu pai nunca fez nada dessas coisas, nada de mão, nem trocava lâmpada, nada. Então nunca tive esse costume, até minha mãe fazia mais que ele, esse tipo de conserto pequeno, né? Mas nunca tive isso no meu entorno, e resolvi que lá eu achava legal, e elas me falavam, mas porque que você quer fazer marcenaria? isso é uma coisa que só tem menino, só os homens fazem essa disciplina, e eu falava, não, mas eu quero, eu quero, eu quero. Eu sei que depois de

muito ir e vir aceitaram que eu entrasse na classe de marcenaria. Aí quando me aceitaram eu desisti, aí fui fazer outra coisa, porque o que eu queria era ser aceita ali naquele espaço, né?” (Fran, 63)

Na experiência de enfrentamento de Fran, mesmo sem estar vinculada a nenhum movimento ativista ou se reconhecer enquanto feminista, naquele momento, tenta alterar essa realidade e consegue seu objetivo. Para bell **hooks** (2018), a complexidade na forma de lidar com as opressões é uma das razões pelas quais o empoderamento é um processo gradual. Nesse sentido, cada mulher terá o seu tempo nesse processo.

Conforme ressalta Edna cujos estudos e o trabalho como psicóloga no SUAS com mulheres assistidas a desperta para a própria violência de que foi alvo em seu relacionamento. Violências sofridas por muitos anos, mas que naquele momento não puderam ser nomeadas, sendo vistas de forma naturalizada, pois na época não era de seu conhecimento que aquelas situações eram de violências.

“E aí eu fui perceber a partir dessas mulheres, a partir desse estudo, entender o quanto eu era feminista sem saber, o quanto eu militava em prol das causas das mulheres, mas só que eu não entendia que como elas também falam assim:- ah eu não sabia que um puxão de cabelo é uma violência, eu não sabia que um chute é uma violência, eu não sabia que queimar meus documentos é uma violência, eu não sabia que ter meus documentos rasgados é uma violência, eu não sabia que o meu marido não deixou eu ir trabalhar [...] e me deixar presa dentro de casa é uma violência. E aí eu comecei a me estalar pra isso e ver o quanto eu também não sabia que isso também era violência e já sofri também essas questões todas que essas mulheres traziam só que eu também não sabia que era violência. Então o que acontecia? O que acontece muitas vezes? O que acontecia é que as mulheres por não saber que é violência, não saber dos órgãos que existem pra dar proteção, elas são as próprias mãos, elas tentam resolver, só que não conseguem resolver. [...] Eu tenho trabalhado de uma forma muito linda com essas mulheres, eu começo a mostrar pra elas o quanto de potencial que elas têm e o quanto elas podem se ver”. (Edna, 56)

Ainda em relação ao contato inicial com os feminismos, ao estudar em um cursinho preparatório para entrada na universidade, a assistente social Gilmara começa a ter acesso, nesse espaço, à leituras mais aprofundadas de feministas negras. E assim como Edna, ao entrar em contato com esse conteúdo, retoma situações da sua vivência enquanto filha de empregada doméstica, atravessada pelo racismo, sexismo e desigualdade de classe. Como é ressaltado em seu relato emocionado:

”Conheci o curso popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu e nesse espaço foi ali no Quilombo do Urobu que eu tive contato, né? com esse feminismo, porque foi quando eu conheci intelectuais negras como Lélia Gonzalez, como Maria Beatriz Nascimento, foi num cursinho pré-vestibular, né? Que é o lugar onde valoriza e potencializa a identidade racial negra, foi como eu vim ter acesso a essas informações, mais assim, elaboradas, né? sobre racismo, sobre sexismo. Mas anterior na minha experiência de vida eu já tive contato com essas estruturas. [...] Minha mãe ela trabalhou por muito tempo como empregada doméstica e eu acabei vivenciando também esse lugar mesmo que indiretamente de empregada doméstica, né? [...] Minha mãe deslocou o afeto dela que seria pra mim para os filhos da patroa, né? Onde ela teve que maternar desde pequenininho os filhos da patroa, da família branca. E ali se construía uma relação, aparentemente, uma relação entre família que hoje eu entendo que era uma relação resultante também de um processo escravagista, né? das mulheres pretas que viviam na casa grande e que maternava e eram as amas de leite, né? Que eram as mulheres que dedicava todo tempo da sua vida pra cuidar dos filhos das pessoas brancas, [...] limitando a possibilidade da minha mãe estar comigo e com meus irmãos, construindo e fortalecendo afeto entre nós, né? Mas, hoje eu também entendo que ali foi uma forma que a minha mãe encontrou, né? Na verdade a única oportunidade que ela teve na época de também sobreviver. Ela foi, na verdade, condicionada a passar por aquilo, porque não tinha outras habilidades, né? Não tinha uma outra profissão.” (Gilmara, 34)

Este relato é bastante enriquecedor ao mostrar a forma como o sexismo e o

racismo estão entranhados na ideologia patriarcal de uma sociedade capitalista. Ao trazer a experiência da sua mãe enquanto empregada doméstica, mulher negra que trabalhava para sobreviver e manter as/os filhas/os faz-me lembrar dos escritos da professora e filósofa Ângela **Davis** (1982) em seu livro *Mulher, raça e classe*, acerca do trabalho doméstico na percepção da classe trabalhadora. De acordo com a autora, as mulheres negras precisaram se transformar na mulher forte para conseguir manter sua família e comunidade que dependia da sua força de trabalho. E como consequência do trabalho doméstico como forma de manutenção do sustento da casa, tinham que deixar suas famílias para cuidar de outras, transferindo os cuidados para a família branca. Conforme a autora destaca a seguir,

A enervante obrigação doméstica provocou nas mulheres em geral um flagrante sexismo. Por causa do intruso racismo, um vasto número de mulheres que tinham de fazer as suas tarefas, bem como as daquelas para quem trabalhavam e esse trabalho algumas vezes conduziu à situações de mulheres negras negligenciarem a sua própria casa e até os seus filhos. Como assalariadas de serviço doméstico foram chamadas para substituir esposas e mães em milhões de casa de brancos¹¹. (DAVIS, 1982, p. 164).

A partir desses relatos podemos perceber que o encontro com os feminismos se deu de forma diferente para cada uma das entrevistadas. Porém, existem algumas semelhanças que se faz necessário ressaltar. O despertar político para a maioria veio muito cedo, ainda na adolescência, ao perceber as desigualdades e injustiças que estavam submetidas, principalmente, dentro da estrutura familiar, lugar de reprodução das violências. Como é visto nos casos de Marta, Fran e Gilmara, ambas, desde muito novas, já se questionavam acerca da realidade em que viviam, algumas com mais atitude do que outras, mas ambas com o pensamento crítico presente antes mesmo do primeiro contato com os ideais feministas.

É possível observar também, entre um depoimento e outro, a crença de sempre ter sido feminista mesmo antes de conhecer o movimento, conforme resalta Marta ao dizer acreditar já ter nascido feminista, sugerindo que essa posição política possa ser inata. Esta forma de pensar entra na contramão do que foi proposto pela feminista bell **hooks** (2000), que na sua concepção, as mulheres não nascem

¹¹Apesar de Ângela Davis está fazendo referência ao contexto dos EUA no livro mencionado, no Brasil a situação não foi diferente. Ver, também, *Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador*. Natália Mori, Soraya Fleischer, Angela Figueiredo, Joaze Bernardino-Costa, e Tânia Cruz. Orgs. 2011.

feministas, elas são formadas a partir do momento em que se tornam adeptas as políticas por ação e escolha. A autora traz uma discussão interessante e bastante pertinente ao dizer que as feministas precisam de uma constante conscientização para mudar suas crenças, estas que ainda lhes aprisionam perante os valores sexistas e patriarcais da sociedade.

O relato de Laysa aponta para outra direção, caracterizado por uma perspectiva de construção social. Marcada por uma trajetória de silenciamentos e violências constantes, o seu despertar ao pensamento crítico do feminismo só é acionado a partir do primeiro contato e quando passa a conhecer mais profundamente através dos estudos. Esse aprofundamento às teorias feministas como aperfeiçoamento de uma prática política, trarei mais adiante em outra categoria.

2.2 Tornando-se feminista, o (re) encontro de si.

“Ser feminista é ser livre, nessa dimensão utópica da palavra liberdade, livre.” (Marta Leiro)

Nessa categoria é possível compreender o processo de autodescoberta e em que momento de suas histórias de vida as mulheres se identificaram enquanto feministas. Perceber-se feminista é um processo subjetivo e complexo, pois não existe um tempo específico e comum a todas as mulheres. Cada processo é único e varia conforme as vivências de cada uma. Algumas entrevistadas, inclusive, como já dito anteriormente, trazem a percepção de terem sido feministas desde sempre, antes mesmo de conhecer o termo e a complexidade dessa identidade política.

Porém, o que foi destacado nesta categoria, diz respeito ao momento em que há uma nomeação, inicialmente, a partir de uma compreensão a nível pessoal de identificação, mas que também se reverbera em atitudes e engajamento político voltados para a dimensão coletiva. Para a historiadora feminista Margareth Rago (2019), “a subjetividade nos feminismos é levada à dimensão política, já que constituir-se livre e eticamente significa uma luta ininterrupta contra as formas de sujeição, de captura e de sedução que incidem sobre as mulheres, a cada instante.” (p. 9).

Marta que foi educada dentro dos moldes de uma família conservadora que

oprimia as mulheres da casa conta que o momento em que se vê tentando constituir sua própria família é o momento que se dá sua identificação e transformação com o feminismo, enquanto teoria a partir da influência de outras mulheres, e enquanto prática nos movimentos feministas.

“Então, eh... evidentemente que eu tenho que reconhecer, né? que a Marta de sessenta e oito que nasceu não é a mesma de hoje, né? Hoje muito melhor, hoje eu estou me adorando, hoje é a feminista. Digo, assim, tem o aproximar do movimento feminista primeiro, eh... indagando, questionando porque aconteciam certas situações, né? certos sinais de opressão na própria estrutura da família, porque nós somos quatro irmãs e minha mãe, foram cinco mulheres. Meu pai ele não era satisfeito, né? Ele verbalizava que não era satisfeito pelo nascimento das filhas, ele queria filho homem. Então, eh... teve esse contexto da família, dessa família tradicional, dessa família patriarcal, né? sempre preservando os bons costumes. No momento que eu vou romper entro em conflito comigo mesmo, porque é muito forte a ideologia, o sistema patriarcal, então eu ingresso em relacionamentos, né? Vou apostar também em constituir família e nesse processo de constituir família é quando eu me encontro com o feminismo, mas com o feminismo, assim, feminismo na pessoa de algumas feministas, o feminismo na literatura, né? o feminismo dentro do movimento. Então é um processo de conhecimento, né? Eu me autoconhecendo e vendo, né? O que tem dentro das concepções feministas, vou me [...] identificando por demais, mas mesmo assim não é um processo que vai avançando, é um processo de vai e volta, né? Então eu vou, revisito essa Marta que foi educada na obediência e chamo, né? A Marta que indaga, que não quer aquilo como dito natural na sua vida. Então é nesse contexto aí que me aproximo do movimento feminista e do feminismo, né? Eu não poderia ser uma feminista teórica somente, sem fazer movimento.”
(Marta, 53)

Segundo os escritos da pesquisadora brasileira Margareth Rago (2019), os estudos feministas “entendem que a emancipação feminina passa por transformações estruturais que vão além dos sistemas políticos e econômicos,

atingindo as formas de pensar, de interpretar, de sentir e de se subjetivar.” (p. 7). Vimos no relato de Marta a identificação e autoconhecimento que se potencializam através das concepções feministas, esta que lhe aciona um olhar crítico sobre a forma de ver e se posicionar no mundo, não de forma linear, mas em um movimento de avanços e retrocessos, como afirma à entrevistada.

Para a autora, a interpretação do mundo na nossa sociedade, se dá a partir de um código de significados que são gendrados (sob o olhar, nesse caso, masculino) como sugere os estudos sobre a filosofia da diferença. Contudo, ao se envolver com o posicionamento feminista mais profundamente, as percepções de Marta acerca do sexismo e as desigualdades de gênero são modificadas. Momento em que, para além de um pensamento crítico, sempre presente nas suas vivências, essas novas convicções passam a alterar atitudes e comportamentos antes naturalizados.

Edna, além de trazer a perspectiva de que sempre foi feminista, mesmo antes de se nomear enquanto tal, fala sobre a importância da igualdade de gênero ao mesmo tempo em que faz uma tentativa de desmistificar o estereótipo que ainda existe na imagem da mulher feminista:

“Então, eu acho que eu sempre fui militante, eu acho que eu sempre fui feminista. E por que eu acredito no feminismo? Eu fico muito incomodada quando as pessoas falam que ser feminista é não gostar de homem, esse senso comum que ainda tá muito presente, que eu não sei como que a gente vai conseguir levar isso de uma forma mais clara pra as pessoas. E, assim, eu ficava antes muito com raiva, e aí eu comecei a entender que a raiva não ia ajudar essas pessoas a entender que feminismo nada mais é que querer uma igualdade de gênero onde que as mulheres possa ter o direito de ir e vir, onde que as mulheres possam querer estar na política. Dentro de uma política pública, onde que elas quiserem, né? Onde que as mulheres elas não precisam provar nada pra ninguém, né? Não é porque ela é feminista, porque ela quer tá no espaço que ela tem que, ah, como o senso comum diz, então põe ela pra trocar um pneu pra ver se ela vai dar conta, isso não é feminismo isso é competição de categorias, né? de homem e mulher e não é pra ter competição. Eu sempre falo que a gente é pra tá alinhados, né? Uns com os outros pra gente

conseguir um mundo melhor, porque quando a gente pensa numa política pública, pro negro o pardo também ele tá sendo beneficiado, [...] os companheiros também estão sendo beneficiados, porque se as mulheres estão em espaços de poder elas também vão ter uma condição melhor pra tá ajudando esses filhos como eu sempre fiz, pra tá ajudando em casa ou com o marido numa compra de alguma coisa, né? Numa qualificação.” (Edna, 56)

No artigo *A “Mulher cordial”: feminismo e subjetividade* da historiadora Margareth Rago (2004), é feita uma discussão pertinente acerca da estigmatização da imagem da mulher feminista ao longo da história, por vezes, “associada às figuras negativas da feiúra e da velhice, ou taxadas de *sapatão* e *mal-amadas*”. (p. 280). De acordo com a autora, o ideal de feminilidade, a romantização do espaço privado e a dessexualização das mulheres brancas que as décadas de 1950 e 1960 pregaram, foi sendo substituído pela “figura da “oradora”, da mulher que rompe o espaço público e toma a palavra, denunciando e revolucionando como os homens.” (p. 283). Ao passar dos anos essa imagem foi se modificando como destaca a autora,

A crítica feminista foi radical ao buscar a libertação das formas de sujeição impostas às mulheres pelo patriarcalismo e pela cultura de consumo da sociedade de massas e, se num primeiro momento, o corpo foi negado ou negligenciado como estratégia mesma dessa recusa das normatizações burguesas desde os anos oitenta no Brasil, principalmente, percebe-se uma mutação nessas atitudes e a busca de novos lugares para o feminino, o que implica a emergência de novas formas de feminilidade, de novas concepções de sexualização, beleza e sedução, inclusive corporais. (RAGO, 2004, p. 284).

No depoimento da psicóloga Laysa, o seu feminismo é visto enquanto lugar de transformação política e social, mas também, de transformação pessoal, o que afirma ao relatar que a primeira relação a ser modificada foi dentro de casa a partir da mudança de perspectiva e de atitude frente às atividades domésticas exercida pela sua mãe.

“[...] O feminismo entrou na minha vida e foi transformando aos poucos, não foi sem dor, mas foi me transformando aos poucos, me fortalecendo cada vez que eu via, que eu discutia com uma mulher sobre o feminismo sobre o que ela também tava vivenciando ou

sobre o que ela passou alguma vez que era parecido com a minha história que era parecido com a história da minha mãe, que era parecido com algumas coisas que minhas tias, minha vó... O feminismo entrou nesse sentido, eh... me libertando, e eu da mesma forma que eu via as outras mulheres compartilhando coisas, tanto na rede social quanto conversando comigo sobre as coisas que elas estavam vivenciando, eu fiz com as mulheres da minha família, eu fiz com a minha mãe, a primeira relação que eu fiz mudar quando eu me aproximei do feminismo foi com a minha mãe que mudou drasticamente. [...] O feminismo mudou isso, no sentido de fazer eu dizer eu desisto, eu desisto de tentar agradar esse modelo patriarcal, de funcionar desse modo, de repetir esses padrões familiares, essas feridas, ne? [...] A mulher tem que ter uma distância de proteção, de verdade, e quem da isso é o feminismo. Aquela visão, assim, de se proteger mesmo, porque a hierarquia ela já vem dada. O homem ele já entra numa relação com uma mulher, quando é uma relação heterossexual, ele já entra numa relação desigual, onde a palavra dele vale mais, onde ele trabalha domesticamente muito menos, onde ele fica performando inutilidade pra ter o privilégio da mulher ta fazendo coisa.. [...] É isso que o feminismo faz, ele modifica para além das estruturas maiores, ele modifica as dinâmicas na relação mesmo, íntima e isso pra mim é o mais importante, porque é o que me faz não adoecer.” (Laysa, 34)

Segundo Silva Lane (1984), um dos principais nomes da Psicologia social no Brasil, as pessoas são constituídas enquanto tal a partir das relações sociais, sendo ao mesmo tempo passiva e ativa na forma de se relacionar com o mundo. Para a autora, o grau de autonomia e iniciativa pode determinar a forma que atuamos em sociedade. No depoimento de Laysa é perceptível a transformação pessoal que se traduz em uma nova forma de pensar sobre si e de se relacionar com a sua própria realidade. Sua percepção de mundo passa a ser influenciada, significativamente, sob o crivo do seu posicionamento enquanto feminista. A partir das suas vivências e experiências do passado e do presente, os ideais, comportamentos e atitudes vão sendo reformulados a partir dessa nova perspectiva agora presente.

Na concepção da psicóloga social Kátia Maheirie (2002), o ser humano não pode ser reduzido a apenas uma dimensão, sob um olhar positivista de separação

mente/corpo, pois somos ao mesmo tempo, corpo e consciência, objetividade e subjetividade. Assim, “o Eu, ou a identidade, ou a especificidade do sujeito, aparece como produto das relações do corpo e da consciência com o mundo, consequência da relação dialética entre objetividade e subjetividade no contexto social.” (MAHEIRIE, 2002, p.35). Para a autora,

Como subjetividade objetivada (que se transforma em ato), o projeto é este movimento do sujeito (incluindo seu passado) em direção ao novo, ao inexistente, em um processo de superação que implica recusa e realização, ou seja, transformação e manutenção de uma situação. O homem se define baseado em seu passado, pois este é o que ele é e não pode deixar de ser, mas é em função de um futuro que tal definição acontece, já que é ele quem dá sentido às posições do sujeito. (MAHEIRIE, 2002, p. 35).

Assim como Laysa, Gilmara conta sua experiência compartilhando a forma como seu posicionamento e convicções feministas têm influenciado o relacionamento com a família através dos cuidados com sua filha e de uma educação libertadora a partir de um constante diálogo. Conforme relata a entrevistada,

“Eu posso dizer que eu sou feminista, acho que até minha filha é feminista quando a gente orienta ela, né? de como ela também tem que cuidar dela, cuidar do corpo dela e cuidar pra que mesmo na creche e na relação com aquele coleguinha que às vezes é gaiato, né? Que quer tocar no corpo tem que falar pra ela, quais são as partes do corpo que as pessoas podem tocar em você? Tem que dizer pra ela que se um menino... brigar, porque às vezes, ah, é coisa de criança, não! não é coisa de criança. Famílias que tem seus filhos, homens, né? Constituídos socialmente como homens, elas têm que conduzir uma educação pra que ele respeite as mulheres. Eu não tenho que ficar alertando a minha filha em relação aos homens no sentido de alertar, ah, não use isso, não use aquilo, não fique assim, não sente assado, não sente desse jeito. [...] Esse machismo começa desde criança, na infância, a gente vai deixando, naturalizando, deixando pra lá, e aí a criança vai crescendo com traumas, né? E tudo mais. E aí a gente não tem essa educação com ela de ficar apelidando as partes do corpo, né? As partes íntimas do corpo, não existe isso, uma coisa que eu não tive acesso. Minha vó

não tinha esse negócio de falar o nome, imagine o nome da parte do seu corpo, que é o nome real e as pessoas ficam criando nomes. Então é vagina mesmo, é vulva, é pênis. Nós aqui não temos problema com a nudez, porque isso também tá dentro do feminismo, né? Vai aprendendo sobre essa questão do cuidado com o nosso corpo, a importância do autoconhecimento também do nosso corpo, principalmente quando mulheres, porque, eh... o silenciamento em relação a esses assuntos vai construindo uma criança também cheia de tabus, cheia de medo, de receios de si mesma..” (Gilmara, 34)

O relato de Gilmara faz-me lembrar de uma obra da escritora feminista Chimamanda **Adichie** (2017), que em seu livro *Para educar crianças feministas*, traz um pequeno manifesto acerca da educação feminista para crianças. Para a autora, é atribuída vergonha à sexualidade feminina desde muito cedo e isso é uma questão de controle dos nossos corpos. Ao decorrer do livro a autora sugere uma educação baseada no diálogo e comprometida com a justiça de gênero, amparada pela premissa de que as mulheres têm igual valor aos homens e nunca o contrário.

Gilmara tenta não reproduzir a falta de diálogo que vivenciou na sua educação na infância conversando com a filha sobre educação sexual, autocuidado e conhecimento sobre seu próprio corpo, assuntos que ainda são considerados tabus na nossa sociedade e mal vistos na educação de crianças, principalmente de meninas. A professora Silva Lane (1984), já trazia em seus escritos a importância da linguagem para o desenvolvimento do pensamento. Para a autora, “a linguagem enquanto produto histórico traz representações, significados e valores existentes em um grupo social, e como tal, é veículo da ideologia do grupo.” (p.41). Conforme é destacado nesse pequeno trecho do livro citado anteriormente acerca da educação feminista, Chimamanda **Adichie** (2017) sugere,

“Diga-lhe que o sexo pode ser uma coisa linda e que, além das evidentes consequências físicas (por ser mulher!), também pode ter consequências emocionais. Diga-lhe que o corpo dela pertence a ela e somente a ela, e que nunca deve sentir a necessidade de dizer “sim” a algo que não quer ou a algo que se sente pressionada a fazer. Ensine-lhe que dizer “não” quando sentir que é o certo é motivo de orgulho.” (ADICHIE, 2017, p. 24).

Transmitir conhecimento a partir de uma educação não sexista, antirracista, anticlassista, e não lgbtfóbica, preocupada com a linguagem e não reprodução de

violências pode ser um diferencial importante no desenvolvimento da criança, como também, reverberar na vida adulta, com mulheres menos inseguras com seu corpo, por exemplo. Contudo, para a autora bell **hooks** (2000), precisamos saber mais acerca da educação de crianças sob os princípios dos feminismos, é preciso conhecer “sobre como, na prática, podemos criar as crianças em ambientes antissexistas e, o mais importante, precisamos saber mais sobre que tipo de pessoas as crianças educadas nesses lares se tornam”. (p. 64).

Para a pedagoga Fran, se ver enquanto feminista foi um processo gradual de descobertas e desafios. A partir de sua experiência em um local masculinizado como o sindicato, viu a necessidade de se posicionar politicamente a favor das trabalhadoras, frequentemente oprimidas naquele ambiente, criando estratégias de enfrentamento para intervir e fazer jus aos seus direitos enquanto mulher em um espaço hierarquizado de poder em que viveu na pele a violência política.

“Eu me considerava feminista, isso há muito tempo, mas eu não militava no feminismo, né? Então, assim, eu me considerava feminista nos valores, nos princípios, mas eu não tinha uma militância no movimento feminista, porque eu ainda tava ligada nas questões mais gerais. Mas eu lembro que no sindicato, particularmente, que é um espaço profundamente autoritário e machista, né? [...] As brigas que se originavam em torno de brigas por ideias, assim, elas se transformavam muito rápido em quem fala mais alto, em quem grita mais. Então isso era muito forte. Os cargos que as mulheres ocupavam, que os homens ocupavam eram diferentes. E aí eu comecei a questionar muito mais isso, né? Na forma de organizar uma assembleia, as vezes eu montava mesa só com mulheres. Então, assim, dessa forma eu comecei a entrar mais nessas questões. Ah, tipo, no 8 de março ter artigos mais voltados para as questões das mulheres, né? a questionar mais essa lógica dentro desse espaço de que mulher não tem que ficar só na secretaria, tá ocupando aqueles espaços. [...] Então, assim, eu não acho que tive um momento que eu falo, de hoje pra amanhã eu entrei no movimento feminista, no movimento de mulheres, foi uma coisa que foi bem gradativa na minha vida, né? Por exemplo, eu sabia que eu nunca ia deixar de ser movimento, mas sabia que quando eu voltasse para o Brasil eu não ia mais ser do movimento sindical, né?”

Era uma coisa que eu não queria mais viver com aquelas relações que se estabeleciam. Entre vários tipos de relação uma delas era a relação que existia entre homens e mulheres.” (Fran, 63)

No discurso de Fran podemos perceber as intempéries da violência política ao mencionar seu envolvimento no sindicato, a discriminação sofrida por ser minoria, e como mulher não ter voz naquele espaço de poder, este muito visto e caracterizado como um ambiente masculinizado. A violência política¹² foi e ainda é invisibilizada pela sociedade brasileira. Só bem recentemente foi implementada a lei de nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, que “estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher”. (BRASIL, 2021).

Assim como Fran, todas as outras entrevistadas se sentiram invalidadas, subjugadas e depreciadas enquanto mulheres em algum momento da vida, sendo questionadas e pressionadas a se enquadrar numa estrutura a qual não concordavam, pelo contrário, questionavam e tinham o desejo de subvertê-la. Foi a partir do acesso aos feminismos que começaram a se perceber enquanto agentes de transformação, capazes de transformar, inicialmente, suas próprias realidades, e a realidade de outras mulheres, a partir de uma concepção subversiva de mundo.

No decorrer dos relatos se torna perceptível o movimento do afetar-se, a partir do compartilhamento dos ideais a outras mulheres, sejam elas do próprio ciclo familiar ou não. Ao entrar em contato com as convicções e posicionamentos feministas, cada uma das entrevistadas faz um constante retorno a si, revisitando memórias, revivendo o que foram submetidas, percebendo o que aprenderam e ainda está aprendendo no processo, e, principalmente, tomando consciência da importância do que podem transmitir, contribuindo, assim, com a transformação não só de si, mas também de tantas outras mulheres. Para o campo da Psicologia Social Crítica, “a multiplicidade das determinações sociais se reflete nas representações individuais do sujeito, ao mesmo tempo em que ele transforma o meio e luta para se alterar, modificando seu entorno.” (MIRANDA, 2014, p. 127).

3. PENSAMENTO FEMINISTA E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES

¹² Sobre Violência Política ver, também, Debaixo do tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Tássia Rabelo de Pinho, 2020.

“A partir do momento que eu me posiciono dessa forma liberta, essa forma de potência, as mulheres que tão ao meu redor percebem”

(Laysa Gonçalves)

Como tem sido evidenciado nesse estudo, historicamente, as mulheres sempre estiveram em posição de desvantagem nas relações de poder se comparadas aos homens. Nesse contexto, a ideologia patriarcal que está na estrutura da nossa sociedade impõe um lugar de “não poder” para a categoria mulher. Os estudos feministas há muito tempo já têm trazido em seu arcabouço várias discussões acerca do subpoder das mulheres e o termo empoderamento. Para a escritora brasileira Joice **Berth** (2018), “absorver o significado atual de poder pressupõe que estejamos assentados passivamente em suas mais variadas falhas sistêmicas.” (p. 19).

As discussões sobre empoderamento e o uso do termo têm sido disseminados dentro e fora do movimento feminista, de formas variadas, e por vezes, sem criticidade, tanto pela academia como também pela sociedade como um todo, causando, por vezes, certo esvaziamento do seu significado, promovendo, deste modo, sua despolitização, por isso a importância do seu constante questionamento. Mas antes de adentrarmos nesse tensionamento é importante trazer também seu viés semântico, conceitos e significados para uma melhor compreensão do termo.

Em seu livro *Empoderamento*, Joice Berth (2018), faz um importante apanhado sobre o significado e as definições acerca do termo empoderamento. Salienta a autora que a palavra é uma adaptação para o português do termo inglês *empowerment* com a intenção de dar um significado aproximado para melhor entendimento na nossa língua. No Brasil, “*empoderamento* é um neologismo, ou seja, um fenômeno linguístico que cria uma palavra ou expressão nova, ou ainda, atribui um novo sentido a uma palavra já existente”. (p. 23).

Assim como o termo gênero, conceituar empoderamento é complexo, pois existem várias explicações e contradições, inclusive, divergências ao seu conceito dentro do próprio feminismo. Apontando os estudos da socióloga feminista Magdalena León (1997), o debate em torno das discussões sobre empoderamento foi suscitado pelo movimento de mulheres, principalmente durante a segunda onda com o surgimento de grupos diversos de feministas que ajudaram a promover o

termo. Contudo, para a autora, “a variabilidade de uso e conteúdo faz com que o termo empoderamento em si tenha pouco significado, então as teóricas feministas nos anos noventa tentaram preencher esse vazio”. (LEÓN, 1997, p. 4, tradução minha¹³).

O conceito, então, começou a ser discutido nas práticas de ativistas e movimentos sociais, e só depois veio a fazer parte das discussões acadêmicas. Assim como na década de 1990, o termo ainda vem ganhando um espaço amplo de discussão até os dias atuais, entre os movimentos sociais, no senso comum, mas, principalmente, nos estudos acadêmicos. De acordo com Magdalena León (1997), as raízes da utilização do termo pelo movimento feminista têm sua importância na ideia de poder tanto das teorias como também dos movimentos sociais nas últimas décadas. Para a autora,

Na década de 1960, o discurso radical do movimento pelos direitos civis da população afro-americana nos Estados Unidos identificou a busca pelo 'poder negro' como uma estratégia de reivindicação. Na década seguinte, a ciência social crítica e o Movimento das Mulheres, particularmente o seu lado feminista, retomam e desenvolvem este conceito. (LEÓN, 1997, p. 4)

Uma das discussões entre as feministas é a concepção de que não há mulheres totalmente desprovidas de poder ou sem poder, e por isso, muitas estudiosas têm considerado problemático o termo, pois seu significado, de modo geral, quer dizer “dar poder”, no entanto, os estudos indicam que não há como transferir poder a alguém. Diante desse impasse, ou falta de uma melhor compreensão do conceito de empoderamento, algumas teóricas têm preferido chamar de “fortalecimento”, no entanto, neste estudo é adotado o termo empoderamento para basear as discussões. Destaco, nesse momento, a análise pertinente de Joice **Berth** (2018), ao explicitar que empoderamento não se trata da retirada de poder de uma pessoa para dar a outra, pois não significa inversão de opressão, mas seu enfrentamento “para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade.” (p. 19). Ainda sobre esse tensionamento, a escritora ressalta que,

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos

¹³Do original: La variabilidad del uso y contenido hace que el término empoderamiento en si mismo tenga poco significado, por eso las teóricas feministas en la década de los noventa han tratado de llenar este vacío.

falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade. (BERTH, 2018, p. 18)

A pesquisadora britânica, Jo Rowlands (1997), traz uma crítica acerca da forma que o termo tem sido utilizado. Para ela, “o uso atual do conceito é geralmente inconsistente e mal definido. Assim, as considerações sobre o termo podem ser polarizadas.” (p. 218). A autora acredita que para um melhor entendimento e embasamento acerca do termo empoderamento, se faz necessário, inicialmente, a compreensão de como se dá os tipos de poder, nos quais se debruçou em estudos.

A partir desses estudos, a pesquisadora encontrou quatro tipos de exercício do poder. São eles: *Poder sobre*, *o poder para*, *o poder com* e *o poder de dentro*. O *Poder sobre* é citado como a definição mais comum, por ser a mais encontrada na literatura. Exemplificando essa definição, “se A e B têm desejos incompatíveis e A prevalece, então o poder foi exercido. O poder nesse modelo, portanto, está localizado nos processos decisórios e no conflito.” (ROWLANDS, 1997, p. 219). De acordo com a autora, a compreensão prévia dessas percepções assume grande utilidade para posterior análise do termo empoderamento. Seguem, resumidamente, os outros tipos de poder já citados anteriormente:

O "poder de "como potência geradora ou produtiva (por vezes incorporando ou manifestando formas de resistência e/ou manipulação), que cria novas possibilidades e ações sem dominação; o "poder com", que multiplica os poderes individuais; e o "poder de dentro", que fornece a base para a construção. O empoderamento, dessa forma, deve ser mais do que a simples abertura ao acesso para a tomada de decisões; deve incluir também processos que permitam ao indivíduo ou grupo ter a capacidade de se perceber apto a ocupar espaços decisórios e a utilizá-los efetivamente. (ROWLANDS, 1997, p. 221).

A partir de análises e concepções feministas ou não, há muitos estudos sobre os conceitos e significados de poder e empoderamento, e conseqüentemente, várias definições que envolvem os termos. No artigo sobre as “Práticas de empoderamento feminino na América Latina” as psicólogas Paloma Marinho e Hebe Gonçalves

(2016), fizeram um importante estudo acerca do empoderamento e suas múltiplas facetas. O resultado comprovou a existência de várias perspectivas teóricas sobre as concepções do conceito de empoderamento. Nesse sentido, foi observado que algumas autoras privilegiam a intervenção a partir de uma dimensão individual, outras de forma coletiva, e tem ainda, as que adotam uma articulação entre ambas.

Ainda a partir desse estudo, ao privilegiar a dimensão individual do empoderamento, as teorias tomam como base a tomada de consciência sobre si e o corpo, crescimento e mudança pessoal, reconhecimento de recursos pessoais e sentido de humanidade, autoconfiança, poder interno, etc. No entanto, segundo as pesquisadoras, nesse viés, existem algumas autoras que reconhecem o empoderamento como algo que também pode ser observado e estimulado. Já no aspecto coletivo, como o nome já anuncia, compreende-se empoderamento a partir de uma concepção coletiva, de fora para dentro. (MARINHO; GONÇALVES, 2016).

As pensadoras alinhadas a esse viés são Nelly Stromquist (2001), que entende empoderamento como educação política e libertadora se baseando nos trabalhos de Paulo Freire. As pensadoras, Nazareth Meneghel, Olga Farina e Regina Ramão se alinham aos estudos de Magdalena León (2001), “que compreende o empoderamento como mudanças nas relações entre homens e mulheres, acompanhadas de transformações na linguagem e de novas construções sociais.” (MARINHO; GONÇALVES, 2016, p. 84). De acordo com Paloma Marinho e Hebe Gonçalves (2016), grande parte dos estudos compreende o empoderamento como um processo que perpassa do nível individual ao coletivo. Conforme destaca as autoras,

Aponta para isso a compreensão do empoderamento como tomadas de decisão individuais e coletivas, engajamento em ações individuais e coletivas, autonomia pessoal e de grupos oprimidos, mudanças nas relações entre homens e mulheres, empoderamento dentro de um modelo conceitual relacional. Esses estudos abordam o empoderamento como um processo que se dá tanto no âmbito individual quanto nos processos relacionais e coletivos. (GONÇALVES, 2016, p. 85).

Segundo os escritos da professora colombiana Magdalena León (1997), a concepção dualista entende o poder como o embate entre opostos, baseando-se em uma visão dicotômica, “como algo interpessoal ou estrutural; com sentido instrumental individual ou com sentido político coletivo; como estático, referindo-se à falta de poder, ou dinâmico, em termos de poder de resistir ou subverter.” (LEÓN,

1997, p. 15). Como contraponto a essa perspectiva, considerada como uma visão limitante surge à concepção de poder como processo, permitindo “que o empoderamento e o desempoderamento sejam vistos como duas faces da mesma moeda com suas múltiplas inter-relações.” (ibid.).

Conforme é destacado nos escritos da antropóloga brasileira, Cecília Sardenberg (2006), a educadora feminista Nelly Stromquist (2002), identifica quatro importantes dimensões ao se referir a dinâmica do empoderamento. Estas se caracterizam como: “*cognitiva* (visão crítica da realidade), *psicológica* (sentimento de auto-estima), *política* (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a *econômica* (capacidade de gerar renda independente).” (STROMQUIST, 2002 *apud* SARDENBERG, 2006 p. 32). Essas dimensões ajudam a compreender o quanto o processo de empoderamento das mulheres é dinâmico ao se desenvolver a partir de várias facetas.

Cecília Sardenberg (2006) tem trabalhado com a concepção de empoderamento como um processo que é desencadeado de fora para dentro, pois deve haver certo convencimento do outro como também de si, do seu “direito à igualdade, dignidade e justiça”. (p. 8) Para a pesquisadora, um dos objetivos do empoderamento é acabar com o patriarcado, como também, assumirmos o controle sobre nossos corpos. Conforme ressalta a autora,

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. (SARDENBERG, 2006, p. 2)

A pensadora indiana Srilatha Batliwala (1997), também compartilha dessa concepção ao considerar que empoderamento é um processo que além de desafiar as relações de poder, estimula a obtenção de maior controle sobre elas. O exercício do poder é feito a partir da sua redistribuição, considerando os atravessamentos de raça, gênero, classe social, como também, entre nações. Para a autora, o maior objetivo do empoderamento é desafiar o sistema patriarcal, transformando instituições e estruturas que reproduzem, constantemente, desigualdades, discriminação e violências.

A partir dos estudos da pesquisadora indiana, há teóricas/os que consideram a estrutura econômica como base para a “impotência” e desigualdade social. Dessa forma, acredita-se que o avanço em uma dimensão, pode conseqüentemente, influenciar na redistribuição de poder. Contudo, a autora ressalta que apesar de o fortalecimento da situação econômica promover ganhos às mulheres, ao se tratar das diferentes formas de opressão, nem sempre teremos sua redução ou erradicação, mantendo a posição de poder ainda como privilégio exclusivo dos homens. Conforme Srilatha Batliwala (1997) exemplifica a seguir,

No sul da Ásia, as mulheres em geral e as mulheres pobres em particular são relativamente impotentes, com pouco ou nenhum controle sobre os recursos, bem como pouco poder de decisão. Muitas vezes, mesmo os poucos recursos que eles têm à sua disposição - como terra escassa, florestas próximas, mão de obra, desenvolvimento de habilidades e seus corpos - não estão sob seu próprio controle e, por outro lado, as decisões que outros tomam afetam diariamente a vida deles. Isso não significa que as mulheres sejam, ou sempre foram, totalmente impotentes. [...] Da mesma forma, é evidente que melhorias na aptidão física e no acesso a recursos básicos como água, combustível, forragem, assistência médica e educação não geram automaticamente mudanças fundamentais na posição das mulheres. (BATLIWALA, 1997, p. 192).

A análise sobre as relações de poder a partir do viés econômico e social, de Srilatha Batliwala (1997), causa tensionamento ao questionar a suposta relação entre os recursos ofertados à classe média e a garantia de mudanças fundamentais na posição de poder das mulheres. Para a autora, se assim fosse, “as mulheres de classe média com alto nível de educação, empregos bem pagos e nutrição e cuidados médicos adequados não continuariam a ser abusadas fisicamente por seus maridos.” (BATLIWALA, 1997, p. 194). Segundo os escritos da autora, apesar de ter homens que apóiem e acreditem no empoderamento das mulheres como um ganho para ambos os sexos, ainda há resistência ao competirem pelo poder na esfera pública, ou quando as mulheres questionam o poder masculino e seus privilégios nas relações familiares patriarcais.

Nesse sentido, fica evidente o quão dinâmico e complexo se torna o processo de empoderamento em uma sociedade estruturalmente patriarcal, em que mesmo em situações favoráveis a nível econômico, ainda assim, há o distanciamento destas nas posições de poder. Fez-me associar ao relato de Edna, desacreditada ao ouvir do marido que apesar de ter estudado muito mais, ganhava bem menos se comparado aos ganhos financeiros dele. Concordo com a entrevistada ao dizer que

é muito perverso, pois a opressão de gênero se trata disso, um lugar de silenciamento, subempoderamento e, principalmente, reprodução de violências e permanência de privilégios entre os homens.

De acordo com a pensadora Cecília Sardenberg (2016), o processo de empoderamento não se dá de forma individualizada e nem é linear, mas de forma coletiva e espiralar, de modo a afetar “todo mundo: o indivíduo, a facilitadora, o coletivo, a comunidade.” (p. 8). Movimento que a autora acredita depender de fatores ou forças externas para seu desenvolvimento. Segundo Milene Moraes e Thais Rodrigues (2016), esses agentes externos podem intervir como *mediadores, catalizadores, ou propulsores* do processo. É uma forma de encorajamento às potencialidades das mulheres a partir da conscientização de uma ação política coletiva, que subverte a falta de autonomia e invisibilidade diante da sociedade.

Conforme ressalta a pesquisadora Sardenberg (2016), “uma ativista de fora pode ser a facilitadora do processo trazendo novas idéias e informações que, não apenas conscientizam, mas também induzam ou encorajem a ação.” (p. 8). Contudo, isso não quer dizer que a dimensão individual seja ignorada, mas vista a partir de uma contextualização política ampla. Compartilhando desse entendimento, a escritora Joice Berth (2018), considera importante destacar que,

O empoderamento individual e coletivo são duas faces indissociáveis do mesmo processo, pois o empoderamento individual está fadado ao empoderamento coletivo, uma vez que uma coletividade empoderada não pode ser formada por individualidades e subjetividades que não estejam conscientemente atuantes dentro de processos de empoderamento. É o empoderamento um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstroem e desconstroem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta as transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas. (BERTH, 2018, p. 36).

Um dos agentes que tem auxiliado as mulheres nesse processo de empoderamento são os movimentos sociais, o movimento de mulheres, e com destaque, o movimento feminista. Este, que através de séculos de lutas, reivindicações e engajamento político, fomentou o nascimento de políticas públicas voltadas para os direitos das mulheres, e que tiveram papel fundamental, contribuindo em várias dimensões, nas situações de violências, dependência econômica, autonomia e autoestima, na saúde integral das mulheres e acesso à justiça.

Em uma passagem do livro *Medo e ousadia: o cotidiano do professor publicado em 1986*, Paulo Freire e o professor nova-iorquino Ira Shor, tecem uma importante discussão acerca do termo empoderamento, seu uso e significado. Em resposta ao questionamento acerca da suposta existência de uma emancipação pessoal, Freire (1986), discorda, afirmando que apenas a sensação de liberdade não será suficiente para uma transformação mais ampla da sociedade. O educador acredita que “se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação global, [...] você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade.” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 71).

No campo da Psicologia Social, se discute o termo empoderamento comunitário. Termo com origem estadunidense, as pesquisadoras Adriane Roso e Romanini (2014), consideram que a sua criação “é uma tentativa de responder à lacuna posta pelo termo empoderamento, à medida que incorpora e valoriza o nível grupal e o comunitário no processo de busca da transformação social.” (ROSO; ROMANINI, 2014, p. 84). Essa percepção, diferente de uma perspectiva que privilegia a dimensão individual, essa proposta visa à luta pelos direitos na coletividade, ocupação digna dos espaços na sociedade, luta por justiça social, qualidade de vida e maior participação política. Para as autoras é possível destacar que,

Tal concepção de empowerment é denominada por Carvalho (2004a, 2004b) de “empowerment comunitário”. O autor considera-o como um processo que “suscita a elaboração de estratégias que procurem promover a participação visando ao aumento do controle sobre a vida por parte de indivíduos e comunidades, a eficácia política, uma maior justiça social e a melhoria da qualidade de vida” (2004a, p. 1092). E complementa que tal estratégia deve ter como resultado o aumento da capacidade dos indivíduos e coletivos para definirem, analisarem e atuarem sobre seus próprios problemas, além de desenvolver nos indivíduos a capacidade de analisar criticamente o meio social e político. (ROSO; ROMANINI, 2014, p. 91).

Diante de tudo que foi exposto, apesar de se mostrar no cotidiano de forma simplista e esvaziada, ao analisar mais profundamente, fica evidente a complexidade que envolve o processo de empoderamento das mulheres. Falando, especificamente, das situações de violência de gênero, o processo demanda um olhar ainda mais atento e cuidadoso, visto que o contexto de violências deixa marcas muito profundas. Milene Moraes e Thais Rodrigues (2016), consideram que para

isso é importante e necessário que se tenha um trabalho interdisciplinar considerando as várias dimensões que essa situação pode causar nas mulheres como o abalo significativo da saúde física e emocional, causando adoecimentos graves que podem se prolongar durante toda a vida, como também, serem irreversíveis.

De acordo com as pesquisadoras, devido a muitas dessas situações de violências “as mulheres passam a desenvolver psicopatologias como fibromialgias, depressão, síndrome do pânico. [...] São constantemente desqualificadas, humilhadas, culpabilizadas, fatos que acabam rebaixando sua autoestima e a autoconfiança.” (MORAES; RODRIGUES, 2016, p. 100). Nesse sentido, o processo de empoderamento de mulheres em situações de violências requer um olhar ampliado que envolva ações políticas e sociais que considerem as interseccionalidades de raça, classe, sexualidade, faixa etária e território. Para isso é preciso contar com a responsabilização do Estado, e agentes como os movimentos sociais e feministas para uma constante mobilização e transformação a partir da implementação de políticas públicas que sejam de fato eficientes.

3.1 “Eu era feminista sem saber”.

”Como é que eu não me dei conta disso?”

(Laysa Gonçalves)

Nas entrevistas houve uma recorrência de experiências relacionadas ao desejo de aprofundar e buscar, de alguma forma, mais conhecimento sobre as teorias feministas, seja por leituras pessoais e troca de saberes com feministas mais antigas, ou através de cursos de especialização como pós-graduação, mestrado, etc. Quanto mais compreendiam o pensamento feminista mais se identificavam e se interessavam em aprofundar-se nas discussões, e com isso, ter mais entendimento sobre o que lhes acontecia. Para a intelectual bel **hooks** (2013), “a teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim.” (p. 86). Nos relatos pode-se perceber o impacto pessoal e político que o conhecimento da teoria lhes proporcionou. Para a autora,

Tudo o que fazemos na vida está fundamentado em teoria. Seja quando conscientemente exploramos as razões para termos uma perspectiva específica, seja quando tomamos uma ação específica, há um sistema implícito moldando pensamento e prática. Logo em seu início, a teoria feminista tinha como principal objetivo explicar para mulheres e homens como o pensamento sexista funcionava e como podemos desafiá-lo e mudá-lo. (hooks, 2000, p. 27).

Através do relato de Marta podemos perceber sua experiência de aprendizado com outras mulheres, o que a faz inferir sobre a forma que algumas mulheres começam seus estudos no campo feminista. Porém, salienta que para além dos estudos mais teóricos é preciso uma movimentação interna, inquietações e o desejo de mudança na sociedade:

[...] “Eu percebo que as mulheres se aproximam do feminismo é pelo próprio estudo, pela própria teoria, pelo contato de pessoas, né? Eh... contatos com as feministas e aí vão buscar através da literatura e vão se identificando com a filosofia, com a teoria feminista e se encontram com o feminismo, né? Mas mesmo assim tem que ter, eh... através da leitura, tem que ter essa predisposição, tem que ter esse movimento interno de não aceitar, né? Esse formato de sociedade, eh... patriarcal. [...] Eu digo patriarcado hoje, mas naquela época eu não tinha esse conceito, né? Não sabia que energia era essa que movimentava, energia ou ideologia que movimentava essas relações de poder. (Marta, 53)

Segundo bell **hooks** (2000), as mulheres se organizaram por muito tempo de forma autônoma e informal, umas nas casas das outras para fazerem uma espécie de conversão de ideias para que não mais reproduzissem pensamentos sexistas e patriarcal. Nesse sentido, os primeiros grupos tinham essa função de diálogo aberto e conscientizador entre mulheres, eram verdadeiros formadores clandestinos de feministas, e por isso, chamados de grupos de conscientização como já foi trazido aqui anteriormente. Para a autora “antes que as mulheres pudessem mudar o patriarcado, era necessário mudar a nós mesmas; precisávamos criar consciência.” (**hooks**, 2000, p.18).

Ainda trazendo os estudos de hooks (2000), a partir desses grupos informais de conscientização, materiais com teorias feministas começaram a serem impressos e divulgados para um maior número de mulheres. Ativistas dos primeiros

movimentos começaram a luta para que o pensamento e teoria feminista fossem disciplinas nas universidades, o que veio acontecer no final da década de 1970, um grande ganho para as mulheres que buscavam por esse aprofundamento de maneira formal. Sobre esse cenário hooks afirma:

A criação dos Estudos de Mulheres como disciplina acadêmica proporcionou outro cenário, em que mulheres podiam ser informadas sobre pensamento feminista e teoria feminista. Várias mulheres que encabeçaram a introdução da disciplina Estudos de Mulheres em faculdades e universidades foram ativistas nas lutas por direitos civis, por direitos dos gays e nos primeiros movimentos feministas. (bell **hooks**, 2000, p.19)

No Brasil, a institucionalização dos estudos de gênero e feministas no âmbito acadêmico ganhou maior expressividade a partir do final dos anos 1970, o que resultou no surgimento de núcleos de estudos voltados para essas temáticas em várias universidades e centros de pesquisa, embora na Bahia, desde meados dos anos 1970, docentes e discentes da UFBA que integravam o Mestrado em Ciências Humanas já expressassem seu interesse, especialmente motivados pela disciplina “Sociologia da Família e Relações Entre os Sexos”, ministrada à época pela socióloga Zahidé Machado Neto, pioneira na Bahia, conforme lembra Sardenberg (2004).

A psicóloga Edna é uma das mulheres que iniciou a entrevista trazendo sua experiência profissional e a relação tardia com os estudos desde a infância. Relata sobre como o seu trabalho com mulheres em situação de violência trouxe a necessidade de buscar aprofundamento na temática a partir do curso de pós-graduação, pois não teve acesso a esse conteúdo na sua formação. Segundo a psicóloga e pesquisadora dos estudos de gênero e feministas, Lara Cannone (2020), “a matriz da graduação em psicologia muitas vezes já representa um obstáculo inicial, haja vista que a estrutura prioritariamente concentrada na própria disciplina enfraquece a chegada dos estudos feministas sobre mulheres e gênero.” (p. 70). Nesse sentido, Edna traz:

“Interessante, porque, assim, na faculdade não se fala, não se falava dessas temáticas e quando eu terminei a faculdade eu fiz os direitos humanos na UFBA. Foi onde que eu fui estudar e saber tanto sobre o feminismo, falar sobre a violência contra a mulher, e também onde que eu fui ver isso foi quando eu terminei a faculdade em 2014, não

tá muito longe, eu já entrei na faculdade muito tarde, com 45 anos eu entrei na faculdade. [...] Até os onze anos eu não tinha o registro, não sabia ler. Nunca tinha ido na escola, nem sabia que existia escola, porque lá não tinha. [...] Então quando eu terminei a faculdade eu fui pro CREAS, né? Trabalhar com violência contra a mulher, porque o CREAS é o lugar que recebe todas as violências. [...] Eu entrei na Prefeitura em 2015, e então lá que eu pude entender o que é, ouvir essa palavra violência e entender realmente essa violência contra a mulher, o que era, ver os relatos e a partir desses relatos eu comecei a me interessar, estudar, foi quando eu comecei a fazer essa pós em direitos humanos, né?” (Edna, 56)

O feminismo no mundo acadêmico foi uma grande conquista, pois deu oportunidade para que mulheres levassem o conhecimento da militância para a academia de forma sistematizada, como também, deu chance para que outras mulheres interessadas buscassem mais informações e se aprofundassem em seus estudos enquanto ciência. Estes, vistos como “instrumento de luta, principalmente na medida em que se volta para a investigação e análise de questões relativas à violência doméstica, à saúde da mulher e seus direitos reprodutivos” [...]. (COSTA; SARDENBERG, 1994, p. 388).

O relato de Edna traz a tona uma discussão necessária que remete ao acesso das mulheres negras e de camadas mais populares aos estudos de nível básico e superior no Brasil. Edna que só veio conhecer a escola aos 11 anos de idade, pois não sabia sequer da sua existência, só aos 45 anos conseguiu entrar na faculdade. Para a intelectual Vânia **Bonfim** (2006), “acessar tal sistema, assim como manter-se nele enfrentando a discriminação, é tanto uma meta enfadonha quanto ou mais uma tarefa exaustiva.” (p. 7). Nesse sentido, apesar da criação desses espaços de estudos e das ações afirmativas como as cotas raciais terem sido um ganho de grande importância social e política que possibilitou a inserção de mulheres negras na academia, as universidades ainda são espaços privilegiados em que poucas conseguem acessar e quando acessam a política de permanência é ineficaz.

No relato de Laysa podemos perceber certo entusiasmo em estudar e se aprofundar nos estudos feministas antes mesmo da sua graduação. A partir desse conhecimento passa a se dar conta, mais profundamente, das opressões que vivenciou durante toda sua vida, uma tomada de consciência por vezes muito

dolorosa e que a fez compreender as opressões como parte estrutural das relações sociais:

“Eu já estava na graduação, como era um tema que já vinha me aproximando desde essa época de São Paulo, [...] eu fazia os trabalhos só sobre isso, eu só sabia sobre isso, eu pesquisava sobre isso, queria ler mais sobre isso, o que era o feminismo e queria saber das teorias e na época tava muito essa coisa de meu corpo, minhas regras mais próximo do feminismo mais liberal. E aí eu fui gostando disso e tal, e aí depois eu fui descobrindo que tinham outras vertentes, um outro olhar sobre o mesmo fenômeno, de outras formas. Eu fui compreendendo, tipo assim, quanto mais eu lia mais eu me revoltava, mais eu via exemplos na minha vida passada e presente do que aquilo era, o que foi horrível, porque cada vez que eu lia algum texto ou alguma coisa sobre a origem das opressões, de que forma se dá a opressão, eu via um exemplo na minha cabeça de alguma coisa que eu tinha vivenciado e aquilo me deprimia demais, demais. Eu... meu Deus, como é que eu não me dei conta disso? [...] E aí na dinâmica das relações esse poder se apresenta de uma forma clara, mas quando a gente não tem a noção do feminismo a gente entende enquanto problema de relação, a gente não liga aquela opressão a um problema estrutural.” (Laysa, 34)

Trazendo os escritos de bell **hooks** (2000), acerca da importância dos estudos feministas, “a maioria de nós foi socializada por pais e mães e pela sociedade para aceitar pensamentos sexistas. Não nos dedicamos a descobrir as origens de nossas percepções. O pensamento feminista e a teoria feminista nos incitaram a fazer isso.” (p. 26). No depoimento de Laysa fica evidente o impacto que o aprofundamento às leituras feministas lhe proporcionou ao potencializar sua percepção político-social acerca das opressões que sempre lhe atravessou.

Para a autora, a maioria das pessoas não conhece a maneira que o pensamento feminista ajuda a transformar a vida das mulheres. Na concepção de bell hooks (2000), as trocas e compartilhamentos do pensamento feminista é o que alimenta o movimento. Nesse sentido, é a partir dos estudos e escritas feministas, trocas de conhecimento e engajamento político crítico que os feminismos vêm se

mantendo e se reinventando a cada dia. “Produzir um corpus de literatura feminista junto com a demanda de recuperação da história das mulheres foi uma das mais poderosas e bem-sucedidas intervenções do feminismo contemporâneo.” (hooks, 2013, p. 26).

A assistente social Gilmara também traz em seu relato sua relação com os estudos feministas, e fala de que forma o movimento negro contribuiu, inicialmente, no seu processo de conscientização enquanto mulher negra, lhe proporcionando desenvolvimento pessoal e político. E conta ainda como foi seu acesso as leituras de feministas negras, que diferente de Laysa, pôde ser acessado na graduação.

“O Quilombo do Urubu é um movimento negro que articula uma educação antirracista em um bairro periférico voltado predominantemente para a juventude negra, né? Então eu estava ali tendo a oportunidade também de no âmbito da universidade, pertencente a esse lugar de movimento negro e de estudante de ensino superior poder aprofundar os estudos sobre esses temas diversos. [...] É quando eu tenho essa oportunidade de me aproximar desse feminismo, né? Quando eu tive a oportunidade de ler já na graduação, não assim de forma muito aprofundada, mas a gente tinha uma disciplina num currículo da graduação de serviço social que é a diversidade de gênero, raça e etnia no contexto dos direitos humanos. [...] Nesse contexto da minha formação, pensando nessa formação política, na minha formação profissional, porque na disciplina eu também tenho uma oportunidade, né? De ler textos de Lélia Gonzalez, de Patrícia Hill Collins, né? Onde eu também ouço falar de Audre Lorde, né? Onde eu também ouço falar da Sueli Carneiro, da professora Ana Célia que fala da educação também anti-racista. Então no movimento negro eu começo e na graduação eu tenho essa possibilidade de ter acesso a essas leituras, né? (Gilmara, 34).

A experiência de Gilmara nos mostra a importância das ações da comunidade como agentes de transformação no seu processo de (auto) descoberta, a partir do momento em que tem acesso aos escritos de feministas negras naquele espaço. A rede tem um papel essencial na vida das mulheres, poder contar com o acolhimento

e apoio da comunidade faz diferença no processo. Segundo Adriane Roso e Romanini (2014), “o desenvolvimento de ações com os indivíduos ou com os grupos através do recurso do empoderamento (psicológico ou comunitário) constitui um pequeno passo em direção a um movimento maior e mais complexo, que é a conscientização. (p. 91).

A pedagoga e pesquisadora Fran, traz um pouco do seu percurso nos estudos de gênero e como foi sua participação nos espaços de luta enquanto militante feminista.

“Daí eu fui estudar e fazer esse máster em gênero, e aí foi um espaço muito importante na minha vida, porque eu tive condições de estudar, de entender as coisas que eu vivenciava e que eu já sabia na prática, eu tive oportunidade de aprender sobre aquilo, né? Aprender no sentido de fazer uma reflexão mais teórica, de ter referência do que ler, como ler, enfim. Então eu tive esse outro tipo de formação também. [...] Eu lembro que eu queria, aí eu decidi trabalhar com essas questões das mulheres, né? Aí entrei no doutorado. [...] Eu lembro que comecei a participar mais de movimentos de mulheres, de movimento feminista. Eu comecei a participar de vários espaços que tinham lá de movimento de mulheres, a gente criou uma associação que era casa latino-americana. Nessa associação criei o espaço de mulheres. [...] Aí eu fui me envolvendo mais nessa questão.” (Fran, 63).

O relato de Fran fez-me associar a uma discussão trazida por bell hooks (2013), em seu livro *Ensinando a transgredir: a teoria como prática libertadora*, em um dos capítulos, com inspiração em Paulo Freire, a autora fala da teoria como prática libertadora, pois não há como fazer uma separação entre teoria e prática, visto que uma capacita a outra. De acordo com a autora, “quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática.” (p. 85).

Todas as entrevistadas mencionaram a importância que os estudos feministas tiveram nas suas trajetórias de vida, possibilitando o conhecimento de novos repertórios, potencializando a visão crítica da sociedade e das relações

hierarquizadas de poder, como também, o reconhecimento das violências a que foram submetidas se tornando um caminho possível a sua elaboração, superação e luta. Como sugere os escritos de bell **hooks** (2019), ao mencionar o encontro com a teoria como uma espécie de cura aos machucados e dores silenciadas.

3.2 Lutas, desafios e o alcance a outras mulheres.

"A palavra é uma ferramenta importantíssima". (Gilmara de Oliveira)

Como o feminismo tem se mantido na vida dessas mulheres? Quais os desafios? De que forma elas têm se engajado nas lutas? E de quais estratégias se valem para que o conhecimento adquirido seja compartilhado a outras mulheres? Uma proposta de pedagogia feminista é amplamente acessada. Seja a partir do trabalho enquanto profissional de saúde, acadêmica, escritora ou enquanto militante, através de movimentos sociais ou por um caminho próprio. Neste tópico elas nos trazem algumas respostas significativas para esses questionamentos.

O alcance do pensamento feminista a outras mulheres é um dos intuitos dos feminismos, afinal, seus ideias devem chegar a todas, sem distinção de raça, classe ou sexualidade. Esse compartilhar de informações entre mulheres, ideias políticas, como também, a tentativa de rompimento de uma educação sexista, são considerados como uma proposta de pedagogia feminista.

Para as pesquisadoras Márcia Silva e Eliane Godinho (2017), a pedagogia feminista se dá com base na educação popular, e também na incorporação de lutas das mulheres por autonomia. De acordo com seus estudos, a educação popular é representada por lutas históricas das classes populares oprimidas/os. Segundo as autoras, a proposta de uma pedagogia feminista,

[...] Sintetiza as referências teórico-metodológicas da educação popular e da filosofia feminista, não só pelas características e procedimentos metodológicos, mas também pela conduta e pela postura de educadoras e/ou facilitadoras no processo. Neste projeto educativo também está a necessidade da educadora ou facilitadora perceber-se enquanto mulher, construída em uma ideologia patriarcal, pois estamos falando de mulheres pelas e para mulheres, ressaltando a importância do processo histórico do tornar-se mulher, que rompe com o silenciamento dessas histórias em algum momento invisibilizadas. (SILVA, GODINHO, 2017, p. 6).

Para Laysa o seu feminismo parte do convívio mais íntimo, a partir de trocas e vivências com as mulheres da sua relação familiar. Porém, seu alcance maior acontece através do trabalho enquanto psicóloga clínica, assegurando uma escuta política, amparada não só pelas teorias e abordagens do campo da psicologia, mas também, a partir de um olhar gendrado dos estudos feministas e de gênero, o que traz um cuidado diferenciado em seus atendimentos:

“Primeiramente as que estão mais próximas de mim, ne? porque na dinâmica do convívio você acaba falando das coisas que você acredita, das coisas que você ta aprendendo, eh... você acaba identificando no dia a dia, oh fulana você passou por isso, mas isso pode ser uma violência, você não acha não? Ah fulano falou isso pra você, eu acho isso um pouco abusivo, você não acha não? Esse tipo de coisa assim ao redor, você vai identificando e as pessoas vão modificando também. [...] Eu acredito que o meu feminismo hoje ele poderia impactar muito mais, mas ele impacta hoje nas mulheres mais próximas a mim e principalmente na minha clínica, porque eu não chego nas mulheres que eu atendo e falo você já ouviu falar na palavra feminismo, querida? Não é assim, ne? É a leitura que eu faço do mundo e das teorias que são machistas, ne? a teoria que eu sigo que é a Psicanálise lacaniana é de um homem branco, hétero, europeu, mas se eu não tiver essa leitura, inclusive uma leitura latino-americana, uma leitura brasileira, uma leitura feminista, eu vou ta desconectada completamente da minha clínica. Então o que eu consigo impactar hoje com o meu feminismo é na clínica e eu acho que é uma mudança muito potente, porque eu do contrário de minha analista eu não vou oprimir mais uma mulher, ne?” (Laysa, 34)

Assim como Laysa, Gilmar faz o mesmo movimento, partindo de trocas com familiares e pessoas mais próximas da sua comunidade. Ao pensar no coletivo, seu feminismo alcança as mulheres através da arte com a sua poesia. O que Gilmar relata a respeito do poder da palavra através da sua escrita poética faz-me lembrar do que a psicóloga Grada **Kilomba** (2019), traz em seu livro *Memórias da plantação*, quando se refere às palavras das mulheres negras como transgressão e reflexo da própria realidade, pois escrevem de um lugar próprio de conhecimento. “O discurso

das/os intelectuais *negras/os* surge, então, frequentemente como um discurso lírico e teórico que transgride a linguagem do academicismo clássico.” (p. 59).

Diferente do que é exigido pelas normas acadêmicas, Gilmara fala de uma linguagem acessível, de um feminismo que chega a periferia:

“Eu acho que esse feminismo também colabora pra gente entender o seguinte, o movimento que eu tô fazendo não favorece apenas a mim, não é só pra elevar a minha autoestima e meu ego, não é pra ficar nos holofotes e ser aplaudida exclusivamente. É um movimento que é pra refletir de forma positiva, boa para os meus e as minhas, pra quem está na relação comigo, pra quem acompanha a minha luta e pra quem não acompanha também, mas principalmente, pra quem tá ali ó, sem roer a corda como o meu esposo, algumas mulheres vizinhas, pessoas da minha família, né? [...] E eu acredito que o alcance tem sido um pouco maior a partir da poesia, né? Eu tenho construído uma relação com a escrita de modo que eu também me sinto liberta. Libertar a mente, o corpo, né? Libertar a ideia de que a gente tem que ficar limitado a tudo. Então a poesia pra mim como prática de liberdade é um elemento importante nesse contexto do ser feminista. Uma feminista que é uma mulher negra, cisgênera, em movimentos, em ciranda pela minha vida, pela vida de outras mulheres, pela vida principalmente das mulheres da minha casa, né? [...] A oportunidade que eu tenho de acessar certas informações são privilegiadas, mas eu tento compartilhar ao nosso jeito, né? Não tá usando a linguagem como dizem acadêmicuês para as pessoas e tal, mas, do cotidiano mesmo, né? [...] Quando eu consigo alcançar a galera da minha quebrada, né? Da periferia a partir de trabalhos realizados em bibliotecas comunitárias que estão localizadas em periferias. Então acho que o feminismo tá tendo esse alcance, assim, nessas ações, né? Nesses encontros, nessas cirandas. [...]. São as oportunidades de aquilombamento, né? A palavra é uma ferramenta importantíssima.” (Gilmara, 34).

Nas palavras emocionadas e cheias de entusiasmo de Gilmara fica evidente a forma com que seu feminismo tem encontrado as mulheres. Através da sua escrita e linguagem acessível sua arte chega a tantas outras através de trocas e cirandas

como é traduzido por ela. Ao mencionar que seu feminismo não serve apenas a sua autoestima ou para os holofotes, mas para compartilhar seu aprendizado, Gilmar se traduz enquanto uma agente de mudança, subvertendo a lógica patriarcal da competição entre mulheres, e assumindo um lugar de transformação social a partir da linguagem política do seu feminismo.

O alcance do feminismo da assistente social Marta se dá a partir do Coletivo de Mulheres do Calafate, fundado e administrado por ela e outras mulheres da comunidade. Relata que um dos desafios é manter um espaço que acolha as mulheres de forma mais leve, considerando a situação de vulnerabilidade e violência em que se encontram, sem o peso da cobrança por militância apenas, mas um feminismo que trabalhe, a princípio, o autoconhecimento e que fortaleça mulheres que sofrem diariamente diferentes tipos de violências:

[...] “Eu achei importante não fazer com que as integrantes convidadas a participar do Coletivo, começassem como tarefaira, como fazer ações de militância, ações políticas pra fora, né? mas como eu experimentei, vivenciei esse processo de movimento pra dentro, né? para o autoconhecimento. Então já tem esse movimento parecido no Coletivo de Mulheres do Calafate, né? E isso seduz algumas, porque não tem aquele peso da cobrança que nós somos responsáveis pra mudar, né? Nós não temos a responsabilidade pra mudar o mundo de hoje pra amanhã. [...] Temos que realizar as nossas ações [...] reconhecendo nossas limitações [...] Porque as companheiras tão dentro do mercado de trabalho, muitas companheiras vive situação de racismo, porque as companheiras vive algumas ainda em situação de violência, se não for violência doméstica, vive em situação de violência, né? por conta do patriarcado, no emprego, no mercado de trabalho, e aonde elas estão, na faculdade, né? [...] É a minha maneira de atuar como feminista, eu acho que vem atraindo, porque você está em um contexto social de desigualdade, de vulnerabilidade, de fome, porque nós militantes estamos nesse contexto, né? A maneira de eu convidar é passar essa maneira de atuação sem que atuar no movimento feminista sobrecarregue, né? Então elas conhecem, se reconhecem até como feministas, mas pra dar resposta a tantas coisas, que nos oprime ainda precisamos ser leve, né?” (Marta, 53)

Edna traz em seu relato uma inquietação acerca da ausência da temática violência de gênero nas escolas para que mais mulheres, assim como ela, consigam reconhecer quando estiver sendo violentadas. Relata, ainda, que seu feminismo contribui para sua autodefesa como mulher que convive diariamente com as opressões, pois hoje consegue identificar essas violências, conforme destacado na sua fala:

*“Eu acho que a gente devia levar isso mais assim, não sei, pra as escolas, né? Não sei como que a gente pode, eh... Levar isso como algo curricular mesmo, sabe? Porque as pessoas não sabem. E aí resolve tudo na pancada, resolve tudo, né? E o feminismo me ajuda hoje a me defender, a me cuidar. Ah eu tô sempre atenta, às vezes, assim, é algo que vem tão, assim, tão inconsciente que às vezes eu tô até ali dentro do ônibus quando eu escuto algo assim, meu Deus do céu, isso é violência, né? Poxa, ela tá sendo violentada ali, não tá percebendo, ou então chega os casos pra mim hoje que é um grande número de mulheres que chegam pra mim e através de indicação”.
[...] (Edna, 56).*

A feminista Fran, mais velha entre as entrevistadas, permanece trabalhando em espaços importantes de enfrentamento as violências de gênero. Nesse sentido, pode-se perceber o quão desafiador é manter-se nesse lugar de militância após anos de luta, se percebendo como um corpo cansado e que precisa desacelerar, mas ainda assim, continuar resistindo. Para ela, tem sido um grande desafio, visto que o envelhecer segue trazendo prejuízos a sua saúde física e mental, alterando assim, sua rotina de mulher e feminista.

“Parece que quanto mais você envelhece mais você fica querendo não se estressar mais, não ficar comprando briga, não sofrer mais, então você vai deixando de querer brigar por várias coisas, né? Eu acho que tudo isso te forma, né? [...] Eu não consigo me reconhecer enquanto pessoa se eu não tiver brigando, se eu não tiver militando em alguma coisa, porque já faz muitos anos que eu sou uma militante não importa em qual

área, mas é diferente. Por exemplo, minha memória mesmo ainda é muito boa comparando a outras pessoas, mas a memória recente começa a ficar mais comprometida, então você vai ler uma coisa te custa mais pra entender o texto, entendeu? [...] Quando eu voltei para o Brasil, na universidade eu fui trabalhar com um grupo que trabalhava com gênero e saúde, então aí já entrei profissionalmente trabalhando com isso. Fui pra uma comissão que tava discutindo a reorganização da casa-abrigo que tava fechada. Aí de lá fui pra comissão pra organizar a primeira conferência de políticas pra as mulheres do estado. [...] Voltando pra esse espaço profissional, mas militando também, né? com partido, no fórum de mulheres de Salvador. [...] Antes eu podia militar em vários espaços ao mesmo tempo como eu já fiz isso muitas vezes, agora eu não consigo. [...] Eu sei que muita coisa que acontece comigo, apesar de eu ta muito atenta pra isso, acontece, porque a gente nunca ta de olho aberto pra tudo, ne? Apesar de ta com o olho aberto do que muito mais gente, mas você não ta enxergando tudo. Está tão naturalizado em você, nas pessoas que estão ao teu redor, nas instituições que você trabalha, que você frequenta, que muita coisa acontece e você ainda vai se dando conta no processo, ne?" (Fran, 63)

Outro aspecto importante trazido no relato de Fran se refere a seu constante estado de alerta. Fran se vê em um processo sem fim de aprendizado, e fala sobre o desafio de manter-se sempre vigilante, pois ainda há situações de violências que podem passar despercebidas mesmo com seu olhar atento de anos de militância. Nesse sentido, mesmo sendo feminista e estando aliada a movimentos políticos, ainda assim, continua à mercê das violências de gênero por estar numa sociedade que ainda se beneficia da estrutura sexista. Nas palavras da Ângela **Davis** (2018), "eu diria que, à medida que amadurecem, nossas lutas produzem novas ideias, novas questões e novos campos nos quais nos engajamos na busca pela liberdade." (p. 27).

Fica evidente nessa categoria que o processo de empoderamento, de fato, requer um compromisso que vai além do individual, mas que tem seu alcance no

coletivo. Ser agente de transformação é uma das potencialidades dos feminismos. A pedagogia feminista se faz presente no compartilhar do conhecimento, fortalecendo a ruptura do silêncio, reverberando em mulheres mais engajadas, com compromisso ético e político no enfrentamento as violências, na luta por justiça de gênero e dignidade para as mulheres.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quando a teoria está lado a lado com a libertação coletiva não existe distância entre prática e teoria, elas se entrecruzam.”

(bell hooks, 2019)

A história das mulheres no Brasil deixou marcas muito profundas de violências, desrespeito, invisibilidade, inferioridade, desumanidade e mortes. A partir da Indignação relativa à forma como sempre foram vistas e tratadas, muitas delas resolveram gritar ao mundo suas reivindicações, inicialmente, lutando para subverter a lógica de uma sociedade baseada no machismo e sexismo. Posteriormente, através das lutas do feminismo negro, as interseccionalidades de raça, classe, sexualidade, idade e território começaram a ser vistas e também consideradas. Muitas morreram sem ter visto os resultados dos seus feitos, ou sem ter sido sequer reconhecidas por eles. Estas, que vieram antes de nós, construíram um caminho longo para que hoje tivéssemos as conquistas que temos hoje, para elas, todo nosso respeito e admiração.

Diante de todo esse contexto os feminismos contribuíram e vêm contribuindo muito para o empoderamento das mulheres. Tanto o estado, os movimentos sociais e a sociedade civil como um todo, são agentes que têm papel fundamental no enfrentamento e combate às violências de gênero na sociedade, pois foi através de mobilizações nas ruas e reivindicações incansáveis de mulheres que conseguimos os avanços e direitos que temos hoje.

O movimento feminista atualmente segue ainda com diversos desafios, pois apesar de muito já ter sido conquistado ao longo da história, ainda há muito a ser alcançado, o caminho ainda parece ser longo. Foram muitos anos de luta, avanços e retrocessos para que hoje se tivesse um movimento forte, com compromisso social, crítico e interseccional. Atualmente um movimento de mulheres, unidas pela luta aos

direitos humanos, igualdade, autonomia, educação e que têm suas trajetórias atravessadas pelas interseccionalidades de gênero, orientação sexual, raça/etnia, classe social, e tantos outros marcadores que fazem o movimento ser plural.

O Brasil tem enfrentado uma verdadeira epidemia no que diz respeito às violências de gênero, porque além dos índices nos darem essa indicação como já foi mostrado nesse estudo, há, ainda, uma subnotificação nos dispositivos de saúde das violências ocorridas, pois a notificação compulsória prevista em lei, nem sempre é preenchida pelos profissionais. Estarmos atentas a esses índices e buscar formas de enfrentamento é extremamente necessário e importante para o seu combate. As violências contra as mulheres estão presente em cada canto da sociedade, pois como já mencionado, temos uma sociedade de estrutura patriarcal que intimida, violenta e mata mulheres todos os dias. Vista como problema de saúde pública é preciso que se trabalhe a prevenção como instrumento de enfrentamento e combate.

Apesar de várias conquistas em relação ao combate as violências contra as mulheres, o desafio ainda é grande. Os casos de violências no país vêm aumentando consideravelmente a cada dia, e com isso, o feminicídio tem sido uma triste realidade, sendo as mulheres negras e pobres suas maiores vítimas. É importante a reflexão crítica de como o enfrentamento às violências, as lutas dos movimentos de mulheres, os estudos de gênero e as várias pautas trazidas pelos feminismos nos ajudaram a construir outra realidade, e com isso, outra forma de “ser mulher”, numa sociedade patriarcal, machista, misógina, racista, lesbofóbica, transfóbica, etarista e sexista.

As discussões sobre desigualdades de gênero, sexualidade, o “não poder” das mulheres, as várias formas de violências, que até então permaneciam restritas ao privado, inclusive temáticas mais recentes como a violência política de gênero que veio ter algum destaque a menos de duas décadas, e a equidade de gênero nos cargos eleitorais, vieram ganhar visibilidade através das lutas de mulheres do movimento feminista que reivindicaram direitos negados às mulheres há séculos.

Nesse sentido, os estudos de teorias, conceitos e práticas de ativistas feministas tiveram e ainda têm papel de grande importância ao contribuírem no processo de empoderamento das mulheres, auxiliando através de diversas frentes como a rede de enfrentamento, seminários, encontros nacionais, marchas mundiais, reivindicações, palestras, cartilhas, artigos acadêmicos, literatura, enfim, diversas são as formas que têm sido utilizadas para maior alcance pedagógico,

principalmente das mulheres em situações de violências.

Os resultados alcançados neste estudo reforçam os pressupostos levantados inicialmente, trazendo achados importantes como a relevância dos feminismos para a mudança de comportamento das mulheres; o processo de empoderamento que se coloca como um caminho necessário de justiça de gênero, transformação pessoal e social; o fortalecimento entre mulheres a partir de experiências que se assemelham e são compartilhadas no coletivo, como também, nos convocam a pensar novas possibilidades de estudos.

Considerando que esta pesquisa foi realizada com mulheres que tiveram acesso não só à educação básica, mas ao ensino superior, é importante serem consideradas a classe e o nível de escolaridade como fatores que fazem diferença no resultado final desta pesquisa, visto que uma das categorias se deu justamente a partir dos estudos e aprofundamento na aproximação das feministas com a academia, o que nos traria um resultado diferente caso a educação na história dessas mulheres não tivesse sido privilegiada, mesmo tendo algumas com dificuldades de acesso.

No tópico “Vivências e o atravessamento das violências de gênero” ficaram evidenciadas as várias formas de violências a que foram submetidas apenas por serem mulheres. As violências, discriminações e preconceito encontrados neste estudo, como a violência psicológica, conjugal, física, sexual, moral, racismo, sexismo, entre outras, ainda são constantemente naturalizadas pela sociedade e tidas, muitas vezes, como algo a ser ignorado. Foi a partir de reivindicações feministas que violências como estas, vistas como um problema do privado foram questionadas e reavaliadas como um problema de saúde pública e que precisava da atenção do estado.

A partir de uma análise crítica acerca da própria realidade, as mulheres desta pesquisa não apenas passam por uma conscientização a nível individual como alcançam autonomia, reconhecimento de si e autoconfiança, mas também, começam a considerar o coletivo como um caminho possível de luta, resistência, e superação da dor e violências ainda vivenciadas no cotidiano. Abrindo espaço para a transformação política e social de outras mulheres, elas trocam saberes e vivências a partir de um lugar próprio de reconhecimento que antecede as teorias feministas, mas que ganham corpo a partir do pensamento e convicções políticas que são coletivas.

Importante ressaltar nesse momento que enquanto mulher, para além da profissional, ouvir, transcrever e analisar todas essas histórias carregadas de significados e violências foi um grande desafio que me trouxe muitas reflexões. Ter a oportunidade de ouvi-las foi um presente, pois propiciou trocas, acolhimento, reconhecimento e elaboração não apenas das entrevistadas. Estava presente na entrevista tanto a pesquisadora e psicóloga com uma escuta qualificada, mas principalmente, havia ali outra mulher que também foi e é atravessada por violências. Nesse processo de escuta acolhi e fui acolhida, deixei ser tocada, afetada, mas acima de tudo, transformada. A escuta a essas mulheres também possibilitou a minha própria escuta, o meu reconhecimento, fortalecendo à minha luta interna e coletiva.

No tópico “Conhecendo o feminismo, o primeiro contato” encontramos formas variadas sobre como esse encontro foi possível, seja a partir do compartilhamento de informações com ativistas que já se intitulavam feministas, seja no encontro com mulheres em situação de violências no cotidiano do trabalho ou na academia, essas foram algumas vias de acesso do primeiro contato com os ideais políticos feministas.

Vale destacar nesse tópico que havia uma crença, na maioria das participantes, de que sempre foram feministas, apenas não conheciam enquanto teoria e como algo coletivo, era visto de forma individualizada. Para elas, suas atitudes subversivas já davam esse indicativo. Apesar de não conhecerem os princípios dos feminismos e sua ação política, para elas, os ideais se faziam presentes nos questionamentos, críticas e no não conformismo diante da sua condição de mulher.

Acerca do “tornar-se feminista, o (re) encontro de si”, segundo tópico analisado, este trouxe experiências singulares de como foi esse processo para as entrevistadas. Esse movimento de tornar-se feminista e se intitular como tal se revelou complexo e subjetivo, levando a uma reelaboração de si, enquanto mulheres, filhas, mães, esposas, amigas, trabalhadoras e cidadãs. O encontro de si se deu de forma semelhante, posto que ao se nomearem feministas saem do nível individual de descoberta do pensamento crítico para uma dimensão que é coletiva, ao passo que o olhar as questões pessoais se transformam e se fortalecem a partir do encontro com outras mulheres que compartilham de um objetivo comum, em prol de algo maior, coletivo.

No que tange ao tópico “Eu era feminista sem saber”, foi possível observar a

busca e valorização aos estudos do campo feminista como forma de aproximação às teorias. Importante considerar que o acesso aos estudos feministas e de gênero para as entrevistadas tornou-se potência à medida que propiciou uma prática política libertadora e de transformação. Nesse momento, faz-se necessário, destacar a importância e necessidade do acesso das mulheres à educação, posto que o reconhecimento desta, enquanto prática emancipadora, pode levá-las ao processo de empoderamento. Para bell hooks (2019), quando a teoria está lado a lado com a libertação coletiva não existe distância entre prática e teoria, elas se entrecruzam.

Por fim, na categoria “Lutas, desafios e o alcance a outras mulheres”, as trajetórias compartilhadas trouxeram resultados muito importantes para este estudo, pois confirmando uma das premissas, foi observado que existe uma rede de compartilhamento forte dos ideais políticos feministas. Visto que todas as entrevistadas, estando envolvidas em coletivos ou não, fazem a seu modo, esse trabalho de compartilhamento com outras mulheres.

Foi observado, também, que esse compartilhamento, em sua maioria, acontece, inicialmente, em casa, no próprio ciclo familiar, para posteriormente ser externalizado em diferentes formas e espaços. Seja no trabalho enquanto profissional de saúde, na educação enquanto pedagoga, na academia como pesquisadora, ou através da arte, através da literatura e poesia. Muitas foram as formas utilizadas para que esse alcance a outras mulheres fosse possível.

Outro ponto importante desse tópico diz respeito às lutas e desafios enfrentados diariamente pelas feministas. Um dos pontos mencionados pela entrevistada mais velha diz respeito à idade, posto que viver de militância, lutas e enfrentamentos diários é exaustivo, e tendo em vista a idade que avança, a dinâmica é modificada e as ações enquanto ativista são significativamente, afetadas, necessitando diminuir o ritmo.

Outro desafio trazido pelas participantes se refere ao cotidiano como feministas, em uma sociedade em que impera o machismo, sexismo e as relações desiguais de poder, é extremamente cansativo e adoecedor esse lugar de vigilância constante, visto que estar sempre atenta a como as relações vão funcionar e não se submeter a mais violências torna-se um grande desafio tanto a nível individual como coletivo.

Compreendo como limites desta pesquisa o quantitativo de mulheres, visto que o estudo foi realizado dentro de um contexto de pandemia, e por isso, houve

dificuldade de encontrar mais pessoas disponíveis no momento dos convites. Além disso, a dimensão da classe popular, como também, as mulheres sem acesso a educação, podem ser pontos considerados para serem trabalhados mais profundamente em estudos futuros.

Por fim, a partir deste estudo faz-se notória a importância da presença dos feminismos enquanto vetores de empoderamento das mulheres que vivenciam violências de gênero. O processo de empoderamento se deu a partir do entrelaçamento das dimensões individual e coletiva, possibilitando novas concepções da realidade, propiciando elaborações subjetivas, o reconhecimento e fortalecimento de si, compartilhamento de convicções políticas, como também, subvertendo a estrutura social ao juntarem forças com outras mulheres.

Como dito anteriormente, o intuito deste estudo foi trazer a importante presença dos feminismos na vida das mulheres e seu relevante papel no processo de empoderamento, no entanto, faz-se extremamente necessário considerar que nenhum feminismo será suficiente, visto que a responsabilidade de intervir é do estado, na construção de políticas de enfrentamento e medidas legais para o combate as violências contra as mulheres.

Diante do exposto, é fundamental o debate sobre as questões de gênero nos vários setores da sociedade para que essa discussão não se dê apenas na academia, mas que alcance, principalmente, as camadas mais populares, locais onde estão os maiores índices de violências do país. Nesse sentido, é necessária a contínua e incessante luta dos movimentos feministas, como também, o comprometimento do Estado com a manutenção e implementação de políticas públicas, com os direitos humanos e das mulheres.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, D. S. V.; SANTOS, H. M. **Gênero na psicologia: articulações e discussões**. Conselho Regional de Psicologia da Bahia, Salvador. 2013. 196 p.
- ANGELIM, F. P.; DINIZ, G. R. S. O Pessoal Torna-se Político: o papel do Estado no monitoramento da violência contra as mulheres. **Psicologia política**. vol. 9, nº 18, p. 259-274. Jul./dez. 2010.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de. **Violência psicológica doméstica: vozes da juventude**. São Paulo: Lacri - Laboratório de Estudos da Criança/PSA/IPUSP. 2001. 132 p.
- BAIROS, L. Nossos Feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis – SC. vol. 3, n. 2. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, 1995.
- BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Soc. estado**. Brasília, vol. 29, n. 2, Maio/Agosto. 2014.
- BATLIWALA, S. “**El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción**”. Em Poder y empoderamiento de las mujeres, compilado por Magdalena León, 190-210. Bogotá: Tercer Mundo Editores — Universidad Nacional de Colombia. 1997.
- BENTO, M. A. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I; BENTO, M. A. S.(org). **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).
- BERTH, J. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte / MG: Letramento, 2018.
- BONFIM, V. M. S. **Mulheres negras, acesso ao sistema de ensino: implicações nas hierarquias sociais**. IX SEMOC – Semana de mobilização científica. Segurança, violência e drogas. Universidade Católica do Salvador. 2006. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/3324>
Acesso em: 30 mai. 2021
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)**: Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. n. 422, Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 34 p.
- BRASIL. **Política Nacional de Atenção a Saúde Integral da Mulher. Princípios e Diretrizes**. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf
Acesso: 3 de agosto de 2022.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003**. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.778.htm

Acesso em 24 jun. 2021

CAMPOS, B.; TCHALEKIAN, B.; PAIVA, V. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/ COVID-19 em São Paulo. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo. V. 32, 2020.

CARDOSO, C. L. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. 383 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2012.

CARDOSO, C. P. A construção da identidade feminista negra: experiências de mulheres negras brasileiras. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2013.

CARNEIRO, S. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org). **Pensamento feminista - conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

CARNEIRO, S. Gênero, raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**. v.3 n. 2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência 2018**. Ipea e FBSP. Rio de Janeiro, junho de 2018. Disponível em:

BRASIL. Código Penal. **Decreto Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: https://www.mpdfpt.mp.br/portal/pdf/unidades/procuradoria_geral/nicceap/legis_armas/Legislacao_completa/Codigo_Penal.pdf

BRASIL. **Decreto Lei nº 1.973, de 1º de Agosto de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm
Acesso: 23 mar 2021.

BRASIL. **Decreto Lei nº 13.427, de 30 de março de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13427.htm Acesso: 27 de julho de 2022.

BRASIL. **Decreto Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm Acesso: 10 de agosto de 2022.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. Salvador. v. 5 n. 2. UFBA. 2005.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Estudos feministas**. Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec. Ano 2, 1994.

COSTA, S. M; SILVA, V. O. C. **De mulheres para mulheres: uma análise crítica sobre o trabalho das psicólogas diante da rede (in) visível e a precarização das políticas públicas**. in: FONSECA, A. L. B. da, OLIVEIRA, W. L. G. de. (orgs). *Múltiplas facetas de saúde: da sociedade à cultura*. 1.ed. – Salvador, BA : Devires, 2021, p. 96-110.

COSTA, S. M; SILVA, V. O. C. A violação dos direitos das mulheres diante da invisibilidade da violência psicológica. In: **anais do 10º Coninter** - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Anais. Niterói(RJ), 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xc22021/432652-a-violacao-dos-direitos-das-mulheres-diante-da-invisibilidade-da-violencia-psicologica/>. Acesso em: 5 de fev. 2022.

CZAPSKI, A. R. S. Gênero, movimento feminista e o enfrentamento da violência doméstica. **Revista Humanidades e Inovação** v.4, n. 2 – 2017.

DAMASCENO, M. G, ZANELLO, V. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, DF. v. 38, nº3, 450-464. Jul/Set. 2018.

DAVIS, A. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução Livre Plataforma Gueto. Cap.4. 2013. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/165852/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf> Acesso: 23 de Nov. 2021.

DIAS, M. B. A Lei Maria da Penha na justiça – A Efetividade Da Lei. 340/2006 de Combate à Violência Doméstica e domiciliar contra a mulher. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: 2007. Disponível em:<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-163/a-efetividade-da-lei-de-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-e-os-institutos-de-protecao/>

Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília-DF Abril/2016.

ECHEVERRIA, G. B. A Violência Psicológica Contra a Mulher: Reconhecimento e Visibilidade. Centro Universitário Tiradentes. Dossiê. Vol. 04, N. 01. Jan/Mar. 2018.

FIGUEIREDO, A. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0102, 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>. Acesso em: 11 jan. 2020.

FREIRE, P. SHOR I. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. São Paulo: Paz e Terra. 2011.

GARCIA, L. P. A magnitude invisível da violência contra a mulher. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, Brasília-DF, **Brasil Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, v.25, n.3, p.451-454, jul-set, 2016.

GARCIA, L. P. A magnitude invisível da violência contra a mulher. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, Brasília-DF, **Brasil Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, v.25, n.3, p.451-454, jul-set, 2016.

GIFFIN, K. **Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): 146-155, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 132-141, 1988.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, p. 7-32, 1993.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1º ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2000. Disponível em: file:///C:/Users/Vida/Downloads/678-03062021-193913%20(1).pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

hooks, b. **Teoria feminista: da margem ao centro**. 1º ed. – São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. 1º ed. – São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

Instituto Maria da Penha. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/>

JOVCHELOVICH. S, BAUER M. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano**. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KUZMA, J. M. G. NEVES, J. G. SILVA, A. B. Da Contribuição pedagógica do movimento feminista no combate à violência de gênero. **EDUCA–Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 4, nº 9, p. 48 a 64, 2017.

LEÓN, M. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: Tercer Mundo, 1997.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

MAHEIRIE, K. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Interações**, São Paulo, vol. 7, nº 13, p. 31 a 44. Jan-Jun, 2002.

MARINHO, P. A. S, GONÇALVES, H. S. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. Temas vários. **Revista Estudos Sociais** Nº 56 abril-junho, p. 80-90. 2016

MARQUES, M. C. CHAVIER, K. R. L. A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil. VI Seminário CETROS, Crise e mundo do trabalho, desafios para a classe trabalhadora. Universidade Estadual do Ceará – UECE. 2018

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Vozes, Petrópolis, RJ, 1994.

MIRANDA, S. F. Identidade sob a perspectiva da psicologia social crítica: revisitando os caminhos da edificação de uma teoria. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 5 - n. 2, p. 124-137, jul./dez. 2014

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAIS, M. O. RODRIGUES, T. F. Empoderamento feminino como rompimento do ciclo de violência doméstica. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 16, n. 1, p. 89-103, jan./jun. 2016.

COSTA, S. M; SILVA, V. O. C. **De mulheres para mulheres: uma análise crítica sobre o trabalho das psicólogas diante da rede (in) visível e a precarização das políticas públicas**. in: FONSECA, A. L. B. da, OLIVEIRA, W. L. G. de. (orgs). *Múltiplas facetas de saúde: da sociedade à cultura*. 1.ed. – Salvador, BA : Devires, 2021, p. 96-110.

Mori, N; Fleischer, S; Figueiredo, A; Bernardino-Costa, J; Cruz, T. Orgs. *Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador*. Brasília: **CFEMEA:MDG3 Fund**. 1ª ed. 232p. 2011.

MOTA, A. B. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu** (13), 1999. p.191-221. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635327>
Acesso: 11 de julho de 2022.

NEVES, S. NOGUEIRA, M. C. N. Metodologias feministas: A Reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. p. 408-412. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/ZMkjGGcWRPMvKLFWZ94xfHf/?lang=pt&format=pdf> Acesso: 28 de Nov. 2021.

NOGUEIRA, C. *Feminismo e Discurso do Gênero na psicologia Social*. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho. 2001.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2): 440 maio-agosto/2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200002/8618>

OLIVEIRA, A. L. **Direito das mulheres**: um enfoque sobre Nísia Floresta e a política da tradução cultural. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências jurídicas – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2015.

OLIVEIRA, C. S. S. et al. Mulheres e violências: interseccionalidades. **Technopolitik**, Brasília, DF, 2017.

Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS). Folha informativa – violência contra as mulheres. OPAM/OMS Brasil. 2017. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820

Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais. [recurso eletrônico] – N. 1 (2016). Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2016.

PERES, O. RICOLDI, A. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. 42º Encontro Anual da ANPOCS GT8 - Democracia e desigualdades. Caxambu/MG. 2018.

PINHO, T. R. Debaixo do tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 28(2). 2020.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003. Coleção História do povo brasileiro.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, nº 36, p. 15-23, jun, 2010.

RAGO, M. “Estar na hora do mundo”: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos. Dossiê Biopolítica e governamentalidade em saúde. **Interface**. Botucatu. 2019.

RAGO, M. “Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos” In: LIMA, C.C.; SCHMIDT, S.P. (org). **Poéticas e políticas feministas** Florianópolis: Editora das Mulheres, 2004.

RAGO, M. A “mulher cordial”: feminismo e subjetividade. Departamento De História da Unicamp. *Verve*, 6: 279-296, 2004.

RAMOS, M. D. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. **Revista Estudos Feministas**. vol.20 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2012.

REY, F. L. G. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia**: Caminhos e desafios. São Paulo: Cengage Learning. p. 46-51. 2005.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro**. 1.ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2018.

ROWLAND, R. KLEIN, R. Tradução – Feminismo Radical – História, Política, Ação. (2013). Artigo Original: Radical Feminism: History, Politics, Action. In: **Radically Speaking**: Feminism Reclaimed. North Melbourne, Victoria: Spinifex Press, 1997.

SAFFIOTI, H. I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2007.

SANTOS, I. M. M. dos; SANTOS, R. da S. A etapa de análise no método história de vida – Uma experiência de pesquisadores de enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, p. 714-719. 2008 Out-Dez.

SARDENBERG. C. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO - NEIM/UFBA, Salvador, p. 5-10. 2006.

SARDENBERG. C. Estudos feministas: um esboço crítico. NEGIF/UFC e REDOR. Amaral, Célia (org.), Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero, Salvador; Fortaleza: REDOR, NEGIF, 2004, PP.17-40.

SCHUCMAN, L. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, SP. 2012. 122 páginas. Capítulo V: Aspectos Psicossociais da Branquitude Paulistana; Capítulo VI: Fissuras entre a Branca e a Branquitude: possibilidades para a desconstrução do racismo, p. 67-110.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **SOS Corpo**, Recife, p.1-35, 1995.

Secretaria de políticas para as mulheres. SPM-Ba. Monitor da violência, 2020. Disponível em: <http://www.mulheres.ba.gov.br/2020/09/2932/Monitor-da-Violencia-Bahia-registra-aumento-no-numero-de-casos-de-feminicidios-em-relacao-ao-primeiro-semester-de-2019.html>

SILVA, E. R. Feminismo radical – pensamento e movimento. Travessias, Ed. 4. v. 2, nº 3. Educação, Cultura, Linguagem e Arte. 2008.

SILVA, M. A; GODINHO, E. A construção de uma pedagogia feminista latinoamericana na perspectiva da educação popular. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e 13 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

SILVA T. O. G, FERREIRA. G. S. E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo a margem das ondas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(3): 530, set/dez, 2017.

SOARES, V. Muitas faces do feminismo no Brasil. Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da USP — NEMGEUSP. 1995.

SOUZA, P. A, ROS, M. A. Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, n. 40, p. 509-527, Outubro de 2006.

SWERTS, M. S. O. (Org.). Manual para elaboração de trabalhos científicos. Alfenas: UNIFENAS, 2014. Disponível em: <http://www.unifenas.br/pesquisa/manualmetodologia/normasdepublicacoes.pdf>

TAVARES, M; CRUZ, M. H. S. **A crítica feminista à política social: entre fluxos e refluxos.** In: GÓIS, J. B. H; SOUZA, S. C. (orgs). Temas de Política Social: análises e discussões. Curitiba, CRV, 2019, p. 229-252.

TIMM, F. B, PEREIRA, O. P, GONTIJO, D. C. Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. **Psicologia Política**, V. 11. nº 22. P. 247-259. 2011.

WALKER, L. E. The battered woman syndrome. Cap. 5 - Descriptions of violence and the cycle of violence: violence cycle theory. 3rd ed. 2009.

ZANELLO, V. **Saúde Mental, Gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. 331 p.

APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



I - INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- Título da Pesquisa: *“Como é que eu não me dei conta disso?”* Transformando dor em luta: os feminismos como forma de empoderamento de mulheres que vivenciaram violências de gênero.
- O objetivo central do estudo é conhecer o processo de empoderamento de mulheres que vivenciaram violências de gênero e encontraram nos feminismos um caminho possível de superação.

Pesquisadora responsável: Suzana Maiara Costa, psicóloga CRP03/15632

II - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

Você está sendo convidada a participar da pesquisa: ***“Como é que eu não me dei conta disso?”*** Transformando dor em luta: os feminismos como forma de empoderamento de mulheres que vivenciaram violências de gênero, desenvolvida por Suzana Maiara Costa, discente de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia – PPGNEIM/UFBA, sob orientação da Dr^a. professora Márcia Santana Tavares.

Após informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizada de forma alguma. A sua participação consistirá em uma entrevista de forma online em horário de sua preferência através das plataformas de comunicação por vídeo chamada como

Google meet, Zoom ou Whats app. Para tal serão utilizados tópicos-guia em que perguntas iniciais serão utilizadas para dar base à entrevista. Cada participante terá sua entrevista gravada para melhor registro e acompanhamento das informações.

Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, possibilitando mais um estudo sobre os feminismos como ciência política que trabalha em favor do direito das mulheres; dará visibilidade as violências contra as mulheres enquanto um problema social e de saúde pública, mas também como os feminismos têm colaborado para proporcionar a essas mulheres uma vida sem violências.

Por se tratar de um tema relacionado às violências contras as mulheres, temática complexa e que lida com a subjetividade de cada mulher de forma singular, a entrevista pode provocar “gatilhos”, ou seja, um desconforto emocional por estar lidando com memórias que podem ser desconfortáveis durante o momento da entrevista. Caso queira, poderá, a qualquer momento, desistir e retirar sua autorização, a recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Nesse sentido, caso venha sentir algum desconforto ou constrangimento durante a entrevista é importante que informe à pesquisadora, pois será avaliada a necessidade de adequação ou suspensão da pesquisa. Neste caso, seguiremos as recomendações das Resoluções 510/2016 e 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que sugere o diálogo sobre as providências cabíveis, podendo proporcionar assistência imediata e possível indenização.

Caso decida por dar continuidade, a pesquisadora que também se trata de uma profissional de psicologia seguirá, atentamente, observando e respeitando o tempo da entrevistada, dando-lhe o suporte psicológico necessário. Você poderá interromper a entrevista sempre que precisar. Seus dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação em nenhum momento, caso assim queira. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12. Os resultados serão divulgados na dissertação do mestrado e artigos científicos que vierem a ser escritos. Quaisquer dúvidas que apresente serão explicadas novamente

pela pesquisadora e, caso queira, poderá entrar em contato também com o Comitê de ética responsável.

III. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia - CEPIPS. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses das participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade”.

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 – Brasília DF.

Comitê de Ética em Pesquisa Escola de Enfermagem (CEPEE) da UFBA
Rua Augusto Viana, s/n, Sala 435 - Canela - Salvador, Bahia – Brasil. CEP: 40110-060. Telefone: (71) 3283-7615, E-mail: cepee.ufba@ufba.br

Eu, XXXXXXXXXXXX, RG XXXXXX, concordo em participar do estudo “Como é que não me dei conta disso?” Transformando dor em luta: os feminismos como forma de empoderamento de mulheres que vivenciaram violências de gênero, e autorizo a manutenção do meu nome de registro com o objetivo de aproximar as minhas vivências à realidade de mulheres que vivenciam situações semelhantes e, sobretudo, para reafirmar, enquanto participante, o meu compromisso político feminista.

Salvador, XX de XXXXX de XXXX

Assinatura da pesquisadora

Assinatura da participante

APÊNDICE II – CARTA-CONVITE

PPGNEIM

Programa de Estudos Interdisciplinares
sobre MULHERES, GÊNERO e FEMINISMO
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas /UFBA



CARTA – CONVITE

Venho, através dessa carta, convidá-la a participar da pesquisa: **“Como é que não me dei conta disso?” Transformando dor em luta: os feminismos como forma de empoderamento de mulheres que vivenciaram violências de gênero**, desenvolvida por Suzana Maiara Costa, Psicóloga – CRP03/15632, discente de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA), sob orientação da professora Márcia Santana Tavares.

O estudo tem como **objetivo central conhecer o processo de empoderamento de mulheres que vivenciaram violências de gênero e encontraram nos feminismos um caminho possível de superação**. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, possibilitando mais um estudo sobre os feminismos como ciência política que trabalha em favor do direito das mulheres; dará visibilidade as violências contra as mulheres enquanto um problema de saúde pública; mas também como o feminismo tem colaborado para proporcionar a essas mulheres uma vida sem violência.

Caso aceite colaborar com essa pesquisa e atenda aos critérios como: **ser mulher, ter idade adulta, morar no estado da Bahia, ser envolvida com movimento feminista através de coletivo, Ongs ou grupos de mulheres, e já tenha vivenciado alguma situação de violência apenas por ser mulher**, ficarei feliz em tê-la como participante desse estudo. A condução da entrevista será feita a partir do método de história de vida, o que dará oportunidade de narrar sua história livremente a partir da sua própria perspectiva. Caso deseje não expor sua identidade, poderá ser anônimo e o seu nome alterado. Devido ao contexto de pandemia da COVID-19, a entrevista acontecerá no formato *online*, através de plataformas como *Zoom* ou *Google meet*, sendo que, nossa primeira conversa poderá ser realizada conforme sua preferência, através de chamadas de áudio ou vídeo.

Ressalto que **essa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia (UFBA)**, de acordo com a portaria nº 510 de 2016, sendo apreciada e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem (CEPEE). A partir da sua aceitação em participar da entrevista, após nosso primeiro contato, será solicitada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE que será enviado por e-mail, com o fim de registrar e assegurar a autorização na pesquisa, atendendo à Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

Caso tenha interesse em contribuir, aguardo sua resposta o mais breve possível para agendarmos nosso primeiro contato, momento em que explicarei maiores detalhes da pesquisa e que você poderá tirar qualquer dúvida sobre ela. Ficarei muito grata em contar com sua contribuição!

Atenciosamente,

Suzana Maiara Costa

Psicóloga CRP-03/15632

E-mail: suzen1000@yahoo.com.br

APÊNDICE III - ENTREVISTA

PARTE I: Identificação

a. Nome:

c. Raça/cor:

e. Escolaridade:

g. Renda:

i. Religião:

b. Gênero:

d. Sexualidade:

f. Profissão:

h. Idade:

PARTE 2: Questionamentos iniciais

1- Como foi o seu processo de encontro com o feminismo?

2- Que tipo de violências vivenciou por ser mulher?

3- De que forma seu feminismo alcança outras mulheres?

**ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM
PESQUISA** (Recorte do parecer para comprovação de aprovação do da pesquisa)

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA - UFBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O movimento feminista como forma de empoderamento de mulheres em situação de violência de gênero.

Pesquisador: SUZANA MAIARA COSTA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 40109220.1.0000.5531

Instituição Proponente: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.588.785

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 12 de Março de 2021

Assinado por:
Daniela Gomes dos Santos Biscarde
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar
Bairro: Canela **CEP:** 41.110-060
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 **Fax:** (71)3283-7615 **E-mail:** cepee.ufba@ufba.br